

**CESIT**

**ie** Instituto de  
economia



ISSN 1980-5144

# CARTA SOCIAL E DO TRABALHO

**36**

Jul. / Dez. 2017

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Diretor

*Paulo Sérgio Fracalanza*

Diretor Executivo do CESIT

*Denis Maracci Gimenez*

Conselho Editorial

*Anselmo L. dos Santos*

*Carlos Alonso Barbosa de Oliveira*

*Carlos Salas Paez*

*Christoph Scherrer*

*Clemente Ganz Lúcio*

*Eugenia Troncoso Leone*

*Frank Hoffer*

*Geraldo Di Giovanni*

*Hugo Rodrigues Dias*

*José Carlos de Souza Braga*

*José Dari Krein*

*José Ricardo Barbosa Gonçalves*

*Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo*

*Magda Barros Biavaschi*

*Marcio Pochmann*

*Paulo Eduardo de Andrade Baltar*

*Waldir José de Quadros*

*Walter Barelli*

Editoria

*Marcelo Weishaupt Proni*

*Maria Alice Pestana de Aguiar Remy*

Projeto Visual e Editoração Eletrônica

*Célia Maria Passarelli*

Endereço

Instituto de Economia da Unicamp

Cidade Universitária Zeferino Vaz

Caixa Postal 6135

CEP 13083-970 – Campinas – SP

Telefone: 55 (19) 3521-5720

E-mail: [cesit@unicamp.br](mailto:cesit@unicamp.br)

<http://www.cesit.net.br/>

## Sumário

Apresentação .....	i
<b>Artigos</b>	
Observações sobre a questão social no Brasil <i>Marcelo Weishaupt Proni</i> .....	01
A frágil recuperação do mercado de trabalho brasileiro <i>Tiago Oliveira</i> .....	22
Três anos de perdas e retrocessos para as mulheres no mercado do trabalho <i>Marilane Oliveira Teixeira</i> .....	31
Retrato do desemprego juvenil no Brasil e no Ceará nos anos de 2004 e 2014 <i>Thais Leite Galvão e Silvana Nunes de Queiroz</i> .....	46
Compartilhar é cool: o <i>coworking</i> é a nova cara do trabalho do empreendedor jovem, qualificado e flexível <i>Breilla Zanon</i> .....	62
<b>Resumo</b>	
Relações público-privadas no sistema de saúde brasileiro <i>Maria Fernanda Godoy Cardoso de Melo</i> .....	75
<b>Monografia</b>	
As realidades econômicas dos netos de Keynes: obstáculos ao ideal keynesiano <i>Augusto Maganha Barbosa</i> .....	81

## Apresentação

A *Carta Social e do Trabalho* é uma publicação aberta a análises referentes a uma diversidade de temas, priorizando o mundo do trabalho e suas interfaces com a sociedade, assim como o campo das respectivas políticas públicas, com especial atenção para o Brasil e suas múltiplas regiões. Os textos publicados na presente edição trazem um amplo espectro de preocupações e buscam colaborar para reflexões sobre questões que fazem parte do debate público contemporâneo.

No artigo que abre a edição, Marcelo Weishaupt Proni oferece uma visão panorâmica da questão social no Brasil a partir da identificação das suas principais dimensões, entendendo a pobreza como fenômeno multidimensional resultante de distintas desigualdades sociais. O texto demonstra que as desigualdades sociais se mantiveram muito elevadas no Brasil, mesmo após um período de crescimento econômico, evolução positiva do mercado de trabalho e melhoria das condições de vida da população, e argumenta que a recente recessão econômica e o redirecionamento das políticas sociais reverteram aquelas tendências, precarizando o mercado de trabalho e ampliando a vulnerabilidade social. Dessa forma, coloca em discussão o papel do Estado no enfrentamento da questão social e indica um conjunto amplo de políticas públicas necessárias para a superação dos problemas apontados.

O artigo seguinte, assinado por Tiago Oliveira, busca explicitar a fragilidade do processo de recuperação do mercado de trabalho no Brasil no ano de 2017, após o forte impacto causado pela recessão econômica entre 2015 e 2016. A análise enfatiza a relação entre as trajetórias do desemprego e do emprego formal com base em indicadores selecionados. O autor argumenta, ao final, que as tendências em curso apontam para um padrão de desenvolvimento econômico fundado na geração de empregos precários e de baixos salários, abortando a possibilidade de um projeto nacional capaz de assegurar um patamar digno de bem-estar para os trabalhadores.

No terceiro artigo, intitulado “Três anos de perdas e retrocessos para as mulheres no mercado do trabalho”, Marilane Oliveira Teixeira examina de que maneira a crise econômica recente afetou a inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro, destacando a condição mais vulnerável das mulheres negras. Os indicadores usados na sua análise são: a composição da população economicamente ativa, a taxa de ocupação, a taxa de desocupação, a força de trabalho potencial, a taxa de informalidade, a distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica, o rendimento médio mensal e a variação no número de microempreendedores individuais. Os dados da PNAD Contínua permitem evidenciar que houve perdas e retrocessos em relação à força de trabalho feminina no Brasil, prejudicando com mais intensidade as mulheres negras.

Na sequência, Thais Leite Galvão e Silvana Nunes de Queiroz analisam o desemprego dos jovens no Brasil e no estado do Ceará em dois momentos: 2004 e 2014. Depois de ressaltar que os jovens são o grupo etário no qual as taxas de desemprego são mais elevadas, tanto na experiência internacional como especialmente no País, ressaltam a pressão exercida por esse grupo sobre o mercado de trabalho. A pesquisa é resultante de

monografia que utilizou microdados da PNAD para a elaboração de diversos indicadores, com destaque para o perfil sociodemográfico e socioeconômico dos jovens desempregados. Ao final, destacam a importância do aperfeiçoamento de políticas públicas destinadas a combater o desemprego juvenil e a melhorar a inserção ocupacional dos jovens.

O quinto artigo, de autoria da socióloga Breilla Zanon, é fruto de pesquisas de campo destinadas a contribuir para o estudo de novas tendências profissionais e da mobilidade ocupacional. O texto propõe uma reflexão sobre a transformação das formas de organização do trabalho de profissionais sem vínculo de emprego que buscam compartilhar o local de trabalho, dando origem a um fenômeno relativamente novo: o *coworking*. A autora descreve o momento de seu surgimento no Vale do Silício e discute as transformações ocorridas em meio à profunda alteração da organização empresarial nas últimas décadas, que teve como consequência mudanças no perfil dos trabalhadores. Atualmente, esse compartilhamento do espaço de trabalho por diversos profissionais passou a ser entendido como a possibilidade de alcançar uma dinâmica de trabalho mais ágil e eficiente. O *coworking* busca potencializar um melhor rendimento a partir da formação e ampliação de uma *networking* de profissionais que além de dividirem custos operacionais compartilham conhecimentos, informações e experiências, fortalecendo o espírito de colaboração. Ao final, indaga se este modelo flexível de trabalho pode possibilitar uma ressignificação de situações de instabilidade no mercado de trabalho pelos trabalhadores que se transformam em “empreendedores”.

O sexto texto é uma resenha expandida da tese de doutorado de Maria Fernanda Godoy Cardoso de Melo, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Instituto de Economia da Unicamp. O objetivo do estudo “Relações público-privadas no sistema de saúde brasileiro” é discutir as relações entre o setor público e a iniciativa privada no sistema de saúde brasileiro decorrentes do padrão de financiamento vigente. A discussão remete para o debate mais geral a respeito das mudanças ocorridas em sistemas de saúde universais de países europeus num contexto de afirmação da agenda neoliberal.

Finalmente, esta edição se completa com uma seção especial, que traz uma reflexão sobre a reflexão de Keynes a respeito da possibilidade de que o progresso tecnológico e a consolidação da democracia resultassem, nos países desenvolvidos, em eliminação do desemprego involuntário, redução da jornada de trabalho e melhoria da distribuição de renda – ou seja, a possibilidade de que as gerações do futuro vivessem numa sociedade mais justa, mais livre, mais avançada. O texto, intitulado “As realidades econômicas dos netos de Keynes: obstáculos ao ideal keynesiano”, corresponde a uma versão revisada da monografia apresentada por Augusto Maganha Barbosa na conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas na Unicamp. O diálogo com autores contemporâneos coloca em evidência os motivos que levaram o prognóstico de Keynes a não se realizar e reforçam a necessidade de renovar a utopia de uma sociabilidade moderna que não seja comandada pela lógica do mercado, mas sim pelos princípios e valores que asseguram uma “vida boa”.

Boa leitura!

Os editores

## **Observações sobre a questão social no Brasil**

*Marcelo Weishaupt Proni*

### **Introdução**

Numa perspectiva histórica, pode-se constatar que a questão social vai se modificando ao longo do tempo, em conexão com mudanças econômicas, políticas e culturais, apresentando especificidades em cada país ou mesmo em cada região de um país. Para entender os determinantes da questão social numa dada conjuntura não basta apreender as causas da existência de pessoas em situação de pobreza ou miséria, sendo necessário também entender os mecanismos responsáveis pela desfiliação e pela vulnerabilidade social, assim como a maneira como o Estado enfrenta tais problemas em resposta às tensões, lutas e mobilizações sociais (IANNI, 1991).

A metamorfose da questão social está relacionada, em especial, com alterações estruturais e institucionais do mercado de trabalho, com mudanças na distribuição de renda, com modificações do regime de propriedade, com a ampliação (ou redução) de direitos sociais e com a eficácia das políticas públicas correspondentes (CASTEL, 1998).

Evidentemente, a periodização de tal metamorfose varia de uma nação para outra. Por exemplo, na Inglaterra, a inflexão no modo como a questão social foi tratada em diferentes épocas está relacionada com a expansão da cidadania e a mudança na estratificação social (MARSHALL, 1977) e pode ser expressa por inovações institucionais: a aprovação da “nova lei dos pobres”, em 1834; a criação do sistema nacional de seguro-desemprego, em 1911; a elevação da seguridade social a um direito universal, em 1946; e a reforma do sistema de seguridade social em razão da austeridade fiscal, em 2012. Certamente, tais inovações institucionais só ganham sentido quando contextualizadas, sendo fundamental entender as transformações estruturais que marcam as conjunturas históricas correspondentes.

Por sua vez, nos EUA a forma de enfrentamento da questão social foi se modificando conforme se alteravam as condições de participação na vida econômica e o entendimento das causas da pobreza, requerendo mudanças na condução de políticas federais (GALBRAITH, 1987). Alguns marcos gerais podem ser citados: o “new deal” em resposta à crise social causada pela grande depressão econômica na década de 1930; a declaração de “guerra contra a pobreza” em meio à luta dos negros por direitos civis, em 1964; o combate à imigração ilegal, em 1986; e a ampliação da cobertura de serviços médicos para a inclusão da população de baixa renda em planos de saúde privados, com subsídio governamental, em 2010. Pode-se dizer que a delimitação dos problemas na área social cujo enfrentamento é considerado prioritário dependeu de inflexões no modo de fazer política.

Também convém citar a França, onde a gravidade da questão social motivou a mobilização popular e produziu experiências inéditas, como no caso da “Comuna de Paris” (1871) e do governo da “Frente Popular” (1936-1938). Mas, o equacionamento dos problemas

só ocorreu com o aparecimento do Estado de Bem-Estar Social, que adotou o compromisso com o pleno emprego e universalizou políticas sociais, eliminando a pobreza e soldando a coesão social. Note-se que, durante os “anos dourados” (1947-1973), a prosperidade econômica e a consolidação da democracia foram essenciais para ampliar os direitos do cidadão e proporcionar inclusão social. Porém, o retorno do desemprego crônico e da vulnerabilidade social, nos anos 1990, provocou o surgimento de uma “nova questão social” (ROSANVALLON, 1995; CASTEL, 1998). Na verdade, houve uma redução na capacidade do Estado nacional de regular a concorrência e financiar gastos crescentes na área social, levantando questionamentos contra o Welfare State (ou “Estado Providência”). Em adição, deve-se frisar que a disputa em torno da garantia de direitos sociais universais continua em aberto no século XXI, na França e em vários países da União Europeia.

No Brasil, a questão social tem sido entendida como uma herança do passado escravista e um produto do subdesenvolvimento, que se manifesta de formas distintas e com intensidade diversa em cada conjuntura histórica, em cada região do País. A abolição da escravidão pode ser entendida como um divisor de águas entre a questão social no Império e na República oligárquica. Posteriormente, houve outra metamorfose da questão social após a Revolução de 1930 e as mudanças institucionais estabelecidas pelo Estado Novo. Nas décadas seguintes, à medida que avançava a industrialização e a urbanização, a questão social foi se modificando gradualmente, refletindo o surgimento de modernas modalidades de privação e exclusão social, novas facetas da pobreza (rural e urbana) e novos entendimentos sobre quais são as necessidades básicas da população. Segundo Ianni (1991, p. 4), “[...] a sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”. Também é importante mencionar que foram se modificando o escopo das políticas sociais e os métodos adotados nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) para atenuar a pobreza e atender as principais demandas sociais.

Importa ressaltar que se verificou um novo divisor de águas com a Nova República e, em especial, a Constituição Federal de 1988, que elevou os direitos sociais a um patamar superior (BENEVIDES, 2001). Desde então, vários esforços foram realizados para eliminar a miséria e equacionar a questão social no Brasil. Avanços significativos foram obtidos em algumas frentes, em especial na redução da pobreza extrema e no combate à fome, mas parcela expressiva da população continuou exposta a carências e privações ou a situações de alta vulnerabilidade social.

Em última análise, a questão social se refere à desigualdade das condições de vida e à reprodução da pobreza e da exclusão social. Por isso, uma série de perguntas têm sido feitas em estudos sobre o tema (ARRETCHE, 2015). Por exemplo: Quais são as causas da profunda desigualdade social no País? Quais são os fatores responsáveis pela persistência de pobreza crônica em pleno século XXI? Como são definidos, no imaginário social e no debate público, os critérios que delimitam as situações de alta vulnerabilidade? Quais são os bens e serviços de uso coletivo a que todo cidadão deve ter acesso? Como são mensurados os problemas incluídos na agenda pública? Quem são e onde residem os grupos sociais mais vulneráveis? Como cuidar dos segmentos da população privados de uma condição de vida digna? As desigualdades sociais estão se reduzindo no Brasil

contemporâneo? Quais políticas públicas são necessárias para efetivamente reduzir as desigualdades, superar a questão social e assegurar um desenvolvimento nacional com justiça social?

O presente artigo não pretende responder todas essas perguntas. Fica evidente que a questão social é complexa e requer uma análise multidisciplinar. O objetivo é oferecer ao leitor uma visão panorâmica a partir da identificação das principais dimensões de problemas prioritários, entendendo a pobreza como fenômeno multidimensional, resultante das desigualdades sociais. Pretende-se demonstrar que as desigualdades sociais permanecem muito elevadas no Brasil, assim como argumentar que o crescimento econômico e seus impactos sobre o mercado de trabalho nacional são requisitos necessários para melhorar as condições de vida da população, mas não suficientes para alterar de forma significativa o quadro das precariedades e vulnerabilidades sociais. Trata-se, enfim, de colocar em discussão o papel do Estado no enfrentamento da questão social e indicar a necessidade de coordenar um conjunto amplo de políticas públicas para esse fim.

## **1. Dimensões da questão social no Brasil**

Analicamente, pode-se examinar a questão social – entendida como fenômeno historicamente mutável, mas persistente – tomando como referência o modo como a desigualdade se manifesta em três dimensões: i) distribuição patrimonial, ii) distribuição de renda e iii) quadro geral das condições de vida (efetividade dos direitos sociais).

### *1.1. A questão social pela ótica da desigualdade patrimonial*

A concentração da riqueza nas mãos de uma minoria de grandes proprietários impediu que ampla parcela da população se tornasse empreendedora e tivesse seu próprio negócio ou adquirisse uma pequena propriedade rural, e mesmo que obtivesse casa própria. Isto se expressa claramente, ainda hoje, na concentrada distribuição do patrimônio pessoal (imóveis urbanos, imóveis rurais, ativos financeiros e outros bens de valor).

As informações disponíveis sobre a distribuição patrimonial confirmam a persistência da elevada concentração da riqueza no País no século XXI. Por exemplo, os Censos Agropecuários do IBGE demonstram a elevadíssima concentração fundiária, com o índice de Gini da terra sempre acima de 0,850 (em 1985, 1995 e 2006). Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural do Incra, a área total correspondente às grandes propriedades privadas aumentou de 238 milhões de hectares para 244,7 milhões de hectares entre 2010 e 2014 (36,1% da área total de imóveis rurais registrados), sendo que 175,9 milhões de hectares são improdutivos. Considerando as 5,8 milhões de propriedades rurais existentes no Brasil (60% do território do País), apenas 1,4% (78,7 mil imóveis) concentram 40% da área total correspondente; os 130 mil grandes latifúndios são donos de 47,2% das terras, enquanto 3,8 milhões de minifúndios ocupam não mais do que 10,2% da área total de imóveis rurais.

Conforme cálculo da Oxfam Brasil (*A distância que nos une*, 2017) baseado em informe do banco Credit Suisse (*Global Wealth Databook 2016*), em 2016, 74,2% de todo o patrimônio privado (do qual 32% eram ativos financeiros) estavam concentrados no décimo

decil da população brasileira (47,9% nas mãos de apenas 1%), ao passo que os 50% mais pobres da população detinham apenas 3,1% do patrimônio computado (os 20% mais pobres detinham insignificante 0,1% desse total). Portanto, a concentração do estoque de riqueza tem como contrapartida uma grande proporção de famílias patrimonialmente muito pobres. E é importante frisar que tal fenômeno foi produzido e reforçado pela desigualdade na apropriação dos fluxos de renda monetária.

A estreita relação entre concentração da riqueza e da renda no Brasil pode ser constatada em dados da Receita Federal referentes às declarações do Imposto de Renda de Pessoa Física. Considerando o ano de referência 2014, para o qual cerca de 26,5 milhões de brasileiros declararam o IRPF, nota-se que as pessoas mais ricas do País (estrato com renda mensal maior que 20 s.m.), que correspondiam a 8,4% dos declarantes (mais de 2,2 milhões), possuíam 46,4% da renda total declarada e 59,4% do patrimônio pessoal. Os super-ricos (71.440 declarantes, 0,27% do total) – isto é, os que tinham renda mensal superior a 160 s.m. – possuíam 14% do rendimento total bruto e detinham 22,7% dos bens e direitos declarados. Por outro lado, as pessoas mais pobres nesta base de dados (estrato com renda mensal até 2 s.m.), que correspondiam a 10,8% dos declarantes (quase 2,9 milhões), possuíam apenas 0,8% da renda total e 3,1% do patrimônio declarado. Mas, é preciso esclarecer que os dados da Receita Federal não contemplam o conjunto da população economicamente ativa, somente as pessoas que são obrigadas a declarar seus rendimentos e seu patrimônio (apenas 26% da PEA em 2015). Certamente, as desigualdades se amplificam quando computados os trabalhadores que não declaram o IRPF.

A questão social está enraizada, portanto, no grave problema da privação de patrimônio pessoal, que por sua vez está associado com os baixos rendimentos recebidos por uma parcela expressiva dos trabalhadores.

## 1.2. A questão social pela ótica da desigualdade de renda

A concentrada distribuição pessoal da renda no Brasil resulta em grande medida da desigualdade de rendimentos entre os ocupados (desigualdade salarial), que se mantém em razão dos baixos salários da maioria dos trabalhadores em contraste com os salários relativamente elevados de uma minoria<sup>1</sup>. Essa desigualdade originada no mercado de trabalho afeta diretamente a distribuição de renda familiar (ou domiciliar).

A desigualdade de renda diminuiu de forma significativa ao longo da década de 2000, mas o Brasil ainda possui um índice de Gini muito elevado em comparação com outras nações<sup>2</sup>. O grau de concentração varia conforme o tipo de renda e a fonte da

---

<sup>1</sup> Além disso, convém mencionar que os baixos salários da maioria da população trabalhadora reforçam a relativamente baixa participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional (ou seja, afetam a distribuição funcional da renda).

<sup>2</sup> Na metodologia adotada pelo Banco Mundial, o índice de Gini da renda domiciliar no Brasil é estimado em 0,529 (2013), mais elevado do que no Chile (0,505 em 2013), no México (0,481 em 2012) e no Peru (0,447 em 2013); bem maior do que na Argentina (0,423 em 2013) e nos Estados Unidos (0,411 em 2013); muito distante do índice estimado para Portugal (0,360 em 2012), Espanha (0,359 em 2012), França (0,331 em 2012), Reino Unido (0,326 em 2012) e Alemanha (0,301 em 2011).

informação, mas a trajetória de redução expressiva fica evidente em todas as séries disponibilizadas pelo IBGE. Com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), considerando a renda domiciliar *per capita*, o índice de Gini se reduziu de 0,594 em 2001 para 0,522 em 2013; e considerando apenas os rendimentos do trabalho, esse índice se reduziu de 0,545 para 0,490 entre 2004 e 2014.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE referentes à PNAD Contínua para 2016, o índice de Gini referente ao total da renda mensal dos brasileiros (incluindo todos os rendimentos do trabalho e de outras fontes, como aposentadorias, aluguéis e transferências) foi estimado em 0,525. Mas, as diferenças regionais são muito expressivas: o Nordeste é a região com maior desigualdade (0,545), em seguida vem o Sudeste (0,520), o Norte (0,517) e o Centro-Oeste (0,493), ao passo que a região Sul é a menos desigual (0,465). Por sua vez, considerando a renda domiciliar *per capita*, o índice de Gini para o Brasil (0,549) indica um nível bastante elevado de concentração de renda em 2016. O Distrito Federal (0,583) é a Unidade da Federação mais desigual, enquanto Santa Catarina (0,429) é a que tem a melhor distribuição de renda entre seus habitantes.

A concentração de renda é mais facilmente percebida quando são analisadas as desproporções na distribuição da renda nacional pelos estratos sociais. Os dados da PNAD Contínua mostram que, em 2016, as pessoas pertencentes ao último decil (os 10% mais ricos) concentravam 43,4% da massa total do rendimento mensal domiciliar *per capita* no Brasil, ao passo que o primeiro decil (os 10% mais pobres) detinham apenas 0,8% do total. Segundo o IBGE (2017), as pessoas situadas no último percentil da distribuição (o 1% mais rico) contavam com uma renda mensal média de R\$ 27.085, enquanto a metade mais pobre da população (os 50% com menor renda domiciliar *per capita*) recebia em média R\$ 747, ou seja, cerca de 36 vezes menos. Note-se que, em 2016, o salário mínimo legal foi definido em R\$ 880 e o rendimento médio mensal dos ocupados (computando todas as fontes de renda) foi estimado em R\$ 2.053.

É necessário mencionar que tanto a concentração do patrimônio como a concentração da renda são reforçadas pelo sistema tributário vigente no Brasil, que acentua a reprodução dessas duas dimensões da desigualdade, em vez de reduzi-las (OXFAM BRASIL, 2017). A elevada participação dos tributos que incidem sobre o consumo, a limitação nas alíquotas do IRPF, a isenção de impostos sobre lucros e dividendos, assim como a baixa taxa sobre heranças e imóveis e a ausência de tributação sobre grandes fortunas têm sido apontadas como fatores que contribuem para a regressividade do sistema tributário nacional e a ampliação da desigualdade de renda (AFONSO et al., 2017). Note-se que os 10% mais pobres da população brasileira pagam de impostos o equivalente a 32% da sua renda anual, enquanto para os 10% mais ricos essa porcentagem é de 21%.

Portanto, concentração de renda e pobreza são os dois lados da mesma moeda, sendo necessário entender os vários mecanismos estruturais e institucionais que interferem na distribuição da renda pessoal.

Outro indicador obrigatório no diagnóstico da questão social é a proporção de pessoas pobres (pela ótica da renda) no conjunto da população. Mas, diferentes critérios têm sido usados nessa mensuração.

Em outubro de 2003, o Governo Federal estabeleceu como critério para definir a “linha de pobreza” – e delimitar o público-alvo do Programa Bolsa Família (PBF) – uma renda mensal familiar *per capita* de R\$ 100 (na época o valor correspondia, aproximadamente, a US\$ 1,15 por dia), mas os beneficiários se concentrariam naqueles que estavam abaixo do limiar da pobreza extrema (renda mensal familiar *per capita* de R\$ 50). A Lei 10.836, que criou o PBF em janeiro de 2004, definiu valores um pouco maiores: R\$ 120 e R\$ 60 (ou seja, seriam priorizadas as famílias com renda *per capita* até R\$ 2 por dia). Em 2011, com o Brasil sem Miséria, essas linhas foram elevadas para R\$ 140 e R\$ 70<sup>3</sup>. Tomando os valores de 2003 como referência, a prevalência da pobreza caiu de 25% da população em 2003 para 7,5% da população em 2014, enquanto a pobreza extrema caiu de 10% para 3%. Portanto, a pobreza e a extrema pobreza se reduziram de forma expressiva, nesse período.

Utilizando o critério do Banco Mundial (linha de corte: US\$ 1,90 por dia), havia 9,5 milhões pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil em 2013. A maioria morava no campo. De fato, a miséria no meio rural é “estrutural”, ou seja, a baixa renda é uma condição que permanece mesmo quando a conjuntura econômica melhora. Em geral, as famílias pobres no meio rural possuem algumas características muito desfavoráveis: insuficiência de terra para cultivo; adultos com trabalho informal e jornada de trabalho inferior a 20 horas; idosos que não recebem aposentadoria ou pensão; e ausência de beneficiários do PBF. Essas famílias vulneráveis, que em sua maioria residem na região Nordeste e na região Norte, são as que apresentam as piores condições de vida (alimentação, saúde, educação, moradia etc.).

É importante frisar que a pobreza voltou a aumentar a partir de 2015 em meio à recessão econômica e ao aumento do desemprego. Segundo a *Síntese de Indicadores Sociais* do IBGE, a porcentagem da população com renda domiciliar *per capita* até um quarto de salário mínimo (linha do Benefício de Prestação Continuada – BPC) aumentou de 8% em 2014 para 12,1% em 2016. A edição da *Síntese* de 2017 inclui distintas “linhas de pobreza”. Assim, pelo critério do Programa Bolsa Família, aumentou para 4,2% a porcentagem dos brasileiros que estavam na pobreza extrema (renda domiciliar *per capita* até R\$ 85 mensais), ao passo que a pobreza (até R\$ 170) se elevou para 8,5% da população, em 2016. Por sua vez, adotando o critério de pobreza extrema utilizado pelo Banco Mundial (US\$ 1,90 por dia – cerca de R\$ 133,70 por mês em 2016), a estimativa subiu para 13,3 milhões de pessoas (cerca de 6,5% da população). Mas, há indicadores de pobreza que abarcam uma parcela maior da população. Por exemplo, se o recorte é uma renda mensal domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo (R\$ 440 em 2016), a porcentagem se eleva para 29,9%. Se o critério é uma renda domiciliar *per capita* até 50% do valor da mediana nacional (R\$ 443,50), a pobreza atinge 30,1% da população em 2016 (IBGE, 2017).

Em 2017, o Banco Mundial passou a diferenciar a linha de pobreza conforme o nível de desenvolvimento econômico das nações. No caso brasileiro, o critério mais adequado seria uma renda *per capita* de até US\$ 5,5 por dia (R\$ 387 por mês em 2016). Assim, as pessoas em situação de pobreza monetária no País correspondiam a 25,4% da população,

---

<sup>3</sup> Em 2016, o valor de referência do PBF foi corrigido para R\$ 85 e podiam ter acesso ao benefício as famílias com renda de até R\$ 170 mensais por pessoa.

cerca de 52,2 milhões de pessoas em 2016 (IBGE, 2017). Por esse critério, a pobreza no Brasil se reduziu de 45,8% da população em 2003 para 20,4% em 2014, indicando uma melhoria significativa da situação de mais de 40 milhões de pessoas; e que, apesar da forte geração de empregos e da valorização do salário mínimo, a pobreza ainda atingia 41,5 milhões de pessoas. Mas, com a recessão econômica, a pobreza voltou a se elevar de modo preocupante.

### 1.3. A questão social pela ótica da desigualdade das condições de vida

No que diz respeito à efetividade dos direitos sociais para a população brasileira, há um número elevado de indicadores sociais que esclarecem as variadas facetas da exclusão e da vulnerabilidade social. No presente texto, são mencionados apenas alguns indicadores em cinco temas básicos: alimentação, moradia, educação, saúde e trabalho. É possível constatar que nessas áreas prioritárias da política social houve melhorias significativas, pelo menos até 2014, mas muitas pessoas continuaram sem condições adequadas para uma vida digna. Pode-se constatar que o fato da proteção social não ser efetiva para parcela expressiva da população é um dos fatores responsáveis pela persistência da questão social no País.

O primeiro tema a destacar é a diminuição drástica do problema da fome no Brasil. De acordo com a FAO, o índice de prevalência de subalimentação na população total era de 4,5% em 2004-06 e se reduziu para 0,3% em 2014-16; a estimava era que havia 700 mil pessoas subalimentadas no País em 2014 (FAO; FIDA; OMS; PMA; UNICEF, 2017). Mas, eliminar o problema mais agudo de desnutrição não é o mesmo que garantir segurança alimentar para toda a população. O IBGE estima que a proporção de domicílios com algum grau de insegurança alimentar se reduziu de 35% para 22,6% entre 2004 e 2013. Em termos absolutos, havia 52 milhões de pessoas residindo em domicílios onde não havia acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, em 2013, sendo que a insegurança alimentar grave atingia 7,2 milhões de pessoas (IBGE, 2014).

A prevalência de insegurança alimentar (IA) na área rural é maior que na área urbana: 35,3% dos domicílios contra 20,4%, em 2013. E a gravidade do problema também é maior no campo: enquanto 6,8% dos domicílios da área urbana tinham moradores em situação de IA moderada ou grave, na área rural essa proporção era de 13,9%. Considerando a distribuição regional, nota-se que 45% dos brasileiros com algum grau de IA residiam no Nordeste, onde 14,5% dos domicílios apresentavam IA moderada ou grave e outros 23,6% tinham IA leve, em 2013 (IBGE, 2014).

O segundo tema prioritário é a condição da moradia (ponto central no direito à cidade). Tomando como base os microdados da PNAD, estima-se que havia um *déficit* habitacional<sup>4</sup> de 6,273 milhões de unidades em 2007 e de 6,068 milhões em 2014 (11,1% e 9% do total de domicílios particulares, respectivamente) (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016). Em 2014, 28,3% do *déficit* estavam localizadas nas maiores regiões metropolitanas (1,715 milhão de unidades) e 12,4% em áreas rurais (753

---

<sup>4</sup> O *déficit* habitacional corresponde à soma do estoque de unidades habitacionais precárias que precisam de reposição com o número estimado de unidades que precisam ser incrementadas para atender a demanda existente de novas moradias.

mil); em termos absolutos, o *déficit* era maior no Estado de São Paulo (1,327 milhão de unidades) e em Minas Gerais (529 mil), mas em termos relativos as maiores porcentagens pertenciam ao Maranhão (20% dos domicílios particulares) e ao Amazonas (16,2%). O *déficit* habitacional afeta majoritariamente as famílias com renda mensal até 3 s.m. – representavam 83,9% no meio urbano em 2014 –, sendo correto argumentar que a falta de moradia adequada é um problema grave para parcela expressiva da população de baixa renda.

Houve uma mudança no motivo do *déficit* predominante em cada momento. Em 2007, o principal componente do *déficit* habitacional no Brasil era a coabitação familiar involuntária (39,3%), seguida de ônus excessivo com aluguel (família com renda mensal até 3 salários mínimos que gastam mais de 30% do orçamento nesse quesito) (32,2%), habitação precária (domicílio rústico ou improvisado) (23%) e adensamento excessivo de domicílios alugados (mais de três moradores por dormitório) (5,5%). Em 2014, o problema principal passou a ser o ônus excessivo com aluguel (48,2%), a coabitação familiar reduziu pouco sua participação relativa (31,5%), o peso da habitação precária se reduziu significativamente (14,2%) e a proporção relativa ao adensamento excessivo não se alterou (6%). Portanto, houve aumento do *déficit* habitacional apesar do Programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009, mas isso ocorreu principalmente por causa da valorização dos imóveis urbanos e da inflação no valor dos aluguéis. É importante ressaltar que o número de habitações precárias diminuiu de 1,442 milhão para 863 mil domicílios entre 2007 e 2014, enquanto a coabitação familiar caiu de 2,464 milhões para 1,911 milhão de domicílios. Assim, é possível afirmar que muitas famílias pobres conseguiram melhores condições de moradia nesse período, mas a precariedade e a inadequação continuavam atingindo um número elevado de pessoas.

É importante ressaltar que o direito à moradia inclui também a infraestrutura urbana, isto é, o acesso ao fornecimento de energia elétrica, à rede de abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo. Excluindo os domicílios computados no cálculo do *déficit* habitacional, havia cerca de 11,275 milhões de domicílios carentes de pelo menos um tipo de serviço de infraestrutura em 2014, o que correspondia a 19,5% dos domicílios particulares permanentes urbanos do País. Em termos relativos, esse problema era particularmente grave na região Norte (51,5%), muito frequente no Centro-Oeste (38,8%) e no Nordeste (30,2%), e atingia uma proporção menor dos domicílios urbanos no Sul (16,2%) e no Sudeste (7,6%) (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016). Além disso, também convém mencionar que havia 1,9 milhão de moradias em terrenos não legalizados, em 2014, problema que se localizava principalmente nas maiores regiões metropolitanas do País (onde atingia, em média, 4,8% dos domicílios permanentes particulares urbanos).

Certamente, a forte recessão econômica em 2015-2016 e a retração nos gastos com programas habitacionais e de saneamento básico interromperam a lenta melhoria das condições de moradia da população pobre no Brasil, mas ainda não há indicadores disponíveis para demonstrar a evolução recente do *déficit* habitacional e da proporção de domicílios com “condição inadequada” (que também costuma incluir outras variáveis, como ausência de banheiro exclusivo, cobertura imprópria e densidade domiciliar excessiva).

Além disso, é preciso frisar que o “direito à cidade”<sup>5</sup> envolve outros aspectos não tratados aqui, mas que deveriam ser considerados na análise da questão social.

O terceiro tema a ser destacado é a condição educacional da população. De acordo com a *Síntese de Indicadores Sociais 2015*, do IBGE, a taxa de analfabetismo se reduziu de 11,5% para 8,3% da população de 15 anos ou mais de idade entre 2004-2014. Essas pessoas se tornaram analfabetas porque não frequentaram a escola quando tinham entre 6 e 14 anos.

No período 2004 a 2014, houve um aumento significativo na porcentagem de crianças de 4 a 5 anos de idade frequentando a pré-escola (61,5% para 82,7%), assim como de crianças até 3 anos de idade em creches (13,4% para 24,6%). A ampliação da obrigatoriedade da educação básica para crianças a partir de 4 anos teve um efeito bastante positivo, reduzindo a desigualdade de acesso à escola por faixa renda, mas é importante mencionar que, em 2014, uma em cada cinco crianças de 4 a 5 anos em famílias de baixa renda não frequentava a pré-escola (22,4% no primeiro quintil de renda domiciliar *per capita* e 19% no segundo quintil, contra 5,9% no quinto quintil). Por sua vez, a baixa oferta de vagas em creches públicas para crianças até 3 anos de idade continuava sendo um problema para grande parte das famílias brasileiras (IBGE, 2015).

A taxa de frequência escolar bruta na faixa etária entre 6 e 14 anos aumentou levemente entre 2004 e 2014 (96,1% para 98,5%), garantindo a universalização do direito ao ensino fundamental (IBGE, 2015). Na faixa etária entre 15 e 17 anos, também houve pequena elevação da taxa (81,8% para 84,3%), mas fica evidente que uma porcentagem significativa dos jovens abandona o estudo.

Ainda segundo a *Síntese* do IBGE (2015), a taxa de conclusão do ensino médio entre pessoas de 20 a 22 anos de idade passou de 45,5% para 60,8% entre 2004 e 2014. Mas, há diferenças raciais neste indicador que merecem ser ressaltadas: a menor taxa de conclusão do ensino médio dos negros (aumentou de 33,4% para 52,6%) contrasta com a maior taxa dos brancos (57,9% para 71,7%).

Embora tenha havido avanços importantes no que se refere à frequência escolar no Brasil, a redução do *déficit* educacional da população adulta é um processo mais lento: a escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais de idade aumentou no período 2004-2014, passando de 6,4 para 7,8 anos de estudo completos (até 2004, o ensino fundamental equivalia a 8 anos de estudo, tendo sido ampliado para 9 anos). Esse *déficit* tem relação direta com a pobreza monetária da população mais vulnerável. Os adultos do primeiro quintil de renda domiciliar *per capita* tinham uma escolaridade média muito menor do que a dos adultos do último quintil (5,5 anos de estudo completos contra 10,8), em 2014 (IBGE, 2015).

Em 2016, conforme a PNAD Contínua, o Brasil possuía cerca de 11,8 milhões de analfabetos (7,2% da população de 15 anos ou mais de idade), dos quais 6 milhões estavam na faixa etária de 60 anos ou mais. Mas, é importante ressaltar que essa taxa era bem maior

---

<sup>5</sup> O Estatuto das Cidades, aprovado em 2001, ampliou o conceito de direito à moradia inscrito na Constituição Federal de 1988, uma vez que incluiu o direito à terra urbana, ao saneamento ambiental, aos serviços de infraestrutura, à mobilidade urbana e aos espaços de convivência e lazer (PRONI; FAUSTINO, 2016).

na população negra do que na branca (9,9% contra 4,2%). E que as desigualdades regionais também se manifestam nesse terreno: a taxa de analfabetismo era de 14,8% no Nordeste, enquanto no Sul e no Sudeste era de apenas 3,6% e 3,8%, respectivamente.

A distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade segundo o grau de instrução, em 2016, coloca em evidência os problemas acumulados ao longo das últimas décadas no campo educacional: 11,2% não tinham frequentado a escola ou não tinham completado o primeiro ano, 30,6% não tinham concluído o ensino fundamental, 13% tinham o ensino fundamental completo, 29,7% tinham o ensino médio completo e 15,3% concluíram o ensino superior. A polarização é clara: 41,8% dos brasileiros adultos não tinham sequer a escolaridade básica e 45% tinham pelo menos 12 anos de estudo completo.

Registre-se, por fim, que apenas 11,9% dos jovens na faixa etária entre 16 e 29 anos conseguiam conciliar o estudo com o trabalho, em 2016, enquanto 21,5% só estudavam e outros 40,7% só trabalhavam. E que a crise econômica fez a proporção de jovens entre 16 e 29 anos que “nem estudam nem trabalham” aumentar de 22,7% para 25,8%, entre 2014 e 2016 (IBGE, 2017).

O quarto tema que precisa ser examinado é o quadro das condições de saúde da população. A taxa de mortalidade infantil no Brasil se reduziu de modo expressivo no período 2000-2015: de 29,0 para 13,8 óbitos de crianças até um ano de idade por 1.000 nascidos vivos. Essa redução resultou, em grande medida, de políticas públicas nas áreas de atenção primária à saúde, com foco no atendimento materno e ao recém-nascido, na promoção do aleitamento materno e na expansão da imunização, assim como de políticas de proteção social, como os programas de transferência de renda; resultou, também, da elevação da escolaridade dos pais, de melhorias nas condições de vida da população mais pobre e de investimentos no campo do saneamento básico. Mas, é relevante apontar as desigualdades regionais. De acordo com o relatório *Saúde Brasil 2015/2016*, do Ministério da Saúde, as menores taxas de mortalidade infantil em 2014 pertenciam às regiões Sul e Sudeste (10,7 e 12,3 óbitos por 1.000 nascidos vivos), enquanto as mais altas pertenciam às regiões Norte e Nordeste (17,7 e 16,3 óbitos por 1.000 nascidos vivos).

Pode-se considerar as diferenças nas taxas de mortalidade infantil como expressão de diferenças nas condições gerais de vida em distintos territórios ou entre distintos grupos populacionais. O Censo Demográfico de 2010 permite estimar uma taxa de 18,6 óbitos por 1.000 nascidos vivos para o estrato de renda domiciliar per capita até R\$ 70,00 e de 10,4 óbitos por 1.000 para o estrato de renda domiciliar per capita superior a R\$ 1.020,00 (MDS/SAGI, 2012).

Em 2005, a esperança de vida ao nascer para o brasileiro era de 72,0 anos de vida; dez anos depois, havia aumentado para 75,4 anos. As diferenças na probabilidade de morte entre os sexos se refletem neste indicador: em 2015, a estimativa da expectativa de vida ao nascer foi bem maior para as mulheres (79,1 anos) do que para os homens (71,9 anos). Em adição, as diferenças regionais também são expressivas: a esperança de vida ao nascer mais baixa para 2015 foi observada no Maranhão (70,3 anos) e a mais alta em Santa Catarina (78,7 anos); os estados das regiões Sul e Sudeste apresentam esperança de vida acima da média nacional, enquanto as demais regiões apresentam expectativas abaixo da média.

Certamente, há muito que melhorar nos campos da saúde preventiva e da atenção médica, tanto no sentido de reduzir a mortalidade como para combater doenças que podem ser prevenidas ou mesmo eliminadas. De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, o número de mortes registradas no Brasil, em 2014, alcançou um total de 1.227.039 óbitos. Desse total, 27,7% correspondem a mortes por doenças cardiovasculares, 16,5% a mortes por neoplasias (câncer), 12,8% a mortes por causas externas (principalmente acidentes de trânsito e homicídios), 11,3% a mortes por doenças respiratórias, e 4,3% a mortes por doenças infecciosas e parasitárias. Outro indicador relevante é a mortalidade por “causas evitáveis”, estimadas para 2015 em 43.096 óbitos entre menores de 5 anos de idade e 720.694 na população com idade entre 5 e 74 anos (somando as duas categorias, 60,4% do total das mortes naquele ano).

As constantes reclamações da população em relação à qualidade dos serviços de atenção médica oferecidos pelo Estado e, muitas vezes, à dificuldade de atendimento (em especial nos casos de internação e de tratamento de doenças graves) atestam que a maioria dos cidadãos brasileiros não tem assegurado esse direito social, ou é mal atendida. O mapeamento do setor aponta os principais problemas: número insuficiente de leitos em hospitais, falta de equipamentos, infraestrutura inadequada e, principalmente, falta de médicos e de outros profissionais na atenção básica (problemas muito frequentes nas cidades do interior do País, em especial nas regiões Norte e Nordeste). Ademais, menos de um quarto da população não depende dos serviços públicos de saúde (ainda que os utilize, se necessário): em 2015, 49 milhões de pessoas eram beneficiárias de planos de saúde (serviços privados), mas a crise econômica fez o número se reduzir para 47,3 milhões ao final de 2017.

Por fim, é preciso mencionar o tema da inserção no mercado de trabalho, que também é um direito social, uma vez que há uma grande desigualdade na forma de inserção ocupacional, no risco de ficar desempregado e na cobertura da proteção aos trabalhadores. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar o aumento do desemprego causado pela recessão econômica, após um longo período de declínio gradual da taxa de desemprego entre 2003 e 2014. Segundo a PNAD Contínua, a taxa de desocupação se elevou de 6,8% da força de trabalho brasileira no 3º trimestre de 2014 para 8,9% no mesmo período de 2015, 11,8% em 2016 e 12,4% no 3º trimestre de 2017. Em termos absolutos, o número de desempregados praticamente dobrou no período recente, atingindo aproximadamente 13 milhões de pessoas, sendo que a maioria desses trabalhadores não tinha direito a receber o seguro-desemprego.

O IBGE também estima o número de pessoas que estão subempregadas ou que estão involuntariamente inativas. No 3º trimestre de 2017, a taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (pessoas ocupadas com jornada semanal menor que 40 horas e que gostariam de trabalhar em período integral) foi de 6,1%. Por sua vez, a força de trabalho potencial (pessoas inativas que gostariam de trabalhar, mas não procuraram trabalho ou não estavam disponíveis para trabalhar) foi estimada em 5,9%. Agregando os três indicadores, a taxa composta da subutilização da força de trabalho (que soma os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e os que fazem parte da força de trabalho potencial) alcançou 23,9%, o que correspondia a 26,8 milhões de pessoas.

É preciso considerar que os mercados de trabalho são regionalmente muito desiguais. As maiores taxas de desocupação no 3º trimestre de 2017 pertenciam aos estados de Pernambuco (17,9%) e Bahia (16,7%), enquanto as menores foram registradas em Santa Catarina (6,7%) e no Mato Grosso do Sul (7,9%). Por sua vez, agregando os outros dois indicadores da subutilização da força de trabalho, as maiores taxas foram observadas na Bahia (40,1%), Piauí (38,5%) e Maranhão (37,0%) e as menores em Santa Catarina (10,9%), Mato Grosso (14,8%) e Rondônia (15,5%).

Deve-se esclarecer que a inserção ocupacional não assegura a efetividade dos direitos do trabalho. Por exemplo, de acordo com estimativa da PNAD Contínua, em 2014, em torno de 25% da população ocupada tinham rendimento mensal menor que o salário mínimo legal, enquanto outros 9,5% dos ocupados não recebiam remuneração. Por sua vez, no 4º trimestre de 2014, 35,3% dos ocupados não estavam contribuindo para a Previdência Social. Três anos depois, no último trimestre de 2017, 36,6% dos ocupados (33,1 milhões de pessoas) não contribuíram para a Previdência. Ou seja, a recessão econômica agravou o problema, uma vez que cerca de 2,2 milhões de trabalhadores deixaram de contribuir entre o final de 2015 e o final de 2017 em razão da redução dos empregos formais.

De fato, embora tenham sido registrados esforços em vários aspectos relativos à oferta e qualidade dos empregos, aos mecanismos de proteção ao trabalhador e seguridade social, ao combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil, à promoção da igualdade de tratamento no emprego e à capacidade de representação sindical, que contribuíram para melhorar as condições de trabalho, no início da década atual ainda eram bastante elevados os *déficits* de trabalho decente no País, especialmente nas regiões economicamente menos desenvolvidas (OIT, 2012). Parcelas expressivas dos trabalhadores estavam expostas a situações de vulnerabilidade ocupacional em razão da informalidade, dos baixos salários, da discriminação racial e de gênero e da falta de representação sindical.

Evidentemente, a recente recessão econômica contribuiu para agravar esse quadro, sendo possível estimar que metade da força de trabalho brasileira convive cotidianamente com uma situação ocupacional precária, instável e insegura. Portanto, a privação de trabalho decente, que atinge principalmente os grupos mais vulneráveis (tais como jovens e negros com baixo grau de instrução e pertencentes a famílias de baixa renda), deve ser entendida como um aspecto persistente da questão social no Brasil.

Os poucos exemplos aqui apresentados bastam para demonstrar que a pobreza é um fenômeno multidimensional, ou seja, a insuficiência de renda está associada com uma série de necessidades básicas insatisfeitas e com situações de privação de direitos sociais inscritos na Constituição Federal. Pode-se argumentar que os casos mais graves são aqueles em que ocorre a sobreposição de um conjunto amplo de carências sociais, ao passo que há situações em que apenas um direito social é desrespeitado. Em outras palavras, como o grau de vulnerabilidade pode variar bastante entre grupos populacionais e entre regiões do País, o diagnóstico da questão social precisa levar em conta tais variações e gradações.

Além disso, embora a proporção de pessoas em “pobreza extrema” tenha se reduzido no Brasil, até 2014, é preciso frisar que a pobreza não se limita à dimensão monetária (medida pela renda familiar ou domiciliar *per capita*). Por outro lado, convém ressaltar que

há vários indícios de que a “pobreza multidimensional” aumentou entre 2015 e 2017, não só em razão da deterioração do mercado de trabalho, mas também em função da contenção do gasto social e da mudança na gestão das políticas sociais.

## **2. O papel do Estado no enfrentamento da questão social**

A conquista de direitos sociais foi um processo longo e tortuoso, que se iniciou na era Vargas com o ensino primário gratuito e obrigatório nas escolas públicas e com os direitos trabalhistas para os empregados urbanos com carteira de trabalho, mas só alcançou um patamar avançado com a Constituição Cidadã, em 1988. Esta define claramente que o enfrentamento da questão social é um fundamento essencial para a construção da nação. Em seu artigo 3º, estabelece: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Em seu capítulo II, artigo 6º, estabelece: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Os artigos 7º ao 11º, por sua vez, são dedicados aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, que incluem uma “relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa”, “seguro-desemprego”, “salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família”, assim como a liberdade de associação sindical e uma série de outros mecanismos de proteção social. Além disso, a Constituição Federal também assegura direitos e garantias fundamentais<sup>6</sup>, entre as quais a “assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Posto isso, é essencial entender que, embora na Constituição Federal vigente sejam atribuídas as responsabilidades que cabem ao Estado nacional em diversos campos de atuação, o governo federal se depara com questões de várias ordens, que mudam conforme o contexto e podem ser tratadas por meio de diferentes estratégias. No Brasil contemporâneo, pode-se dizer que a questão social está conectada com várias outras que se inserem na agenda pública: questão nacional, questão regional, questão agrária, questão urbana, questão do emprego, questão racial, questão indígena, questão ambiental, questão democrática, entre outras. Mas, tais questões são geralmente tratadas separadamente.

As políticas necessárias para o enfrentamento da questão social não se restringem àquelas destinadas ao combate à pobreza monetária, nem abrangem todas as medidas que podem contribuir para a redução das desigualdades sociais. Para efeito meramente ilustrativo, podem ser mencionadas as principais políticas e ações do Poder

---

<sup>6</sup> No capítulo I, o artigo 5º estabelece: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Executivo (e algumas intervenções do Poder Legislativo e do Poder Judiciário) que incidem sobre as desigualdades sociais no Brasil, agrupadas em cinco frentes:

- i) *Distribuição patrimonial*: legislação fundiária, reforma agrária, política tributária, política habitacional (financiamento à casa própria), FGTS, urbanização de favelas e legalização da propriedade.
- ii) *Distribuição de renda*: política salarial, política tributária, definição do salário mínimo legal, controle da inflação, volume de emprego e nível das remunerações no setor público, políticas de transferência (garantia) de renda.
- iii) *Direitos trabalhistas*: seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, programa de qualificação profissional, fiscalização das relações de emprego, combate ao trabalho infantil e ao trabalho compulsório, efetividade da Justiça do Trabalho, fortalecimento da representação sindical, sistema público de previdência social.
- iv) *Direitos sociais*: política de saúde, política educacional, políticas de desenvolvimento urbano (incluindo moradia, saneamento básico e mobilidade urbana), regulação dos serviços de uso coletivo, programa de eletrificação rural, acesso a água potável no meio rural, assistência social e combate à fome, política de esporte e lazer, política de segurança pública.
- v) *Promoção da equidade (combate à discriminação)*: estratégia de empoderamento das mulheres, programas de promoção da igualdade racial, programa de proteção aos povos indígenas, programas para pessoas com deficiência, ações de promoção da igualdade no emprego, ações de combate à violência contra a mulher, ações de combate à homofobia, acolhimento de imigrantes e refugiados.

É importante frisar que algumas políticas ou ações mencionadas acima não se referem diretamente à questão social – da maneira como é entendida na maioria dos estudos feitos no País –, tais como: política tributária, controle da inflação, efetividade da Justiça do Trabalho, fortalecimento da representação sindical, regulação dos serviços de uso coletivo, política de esporte e lazer, política de segurança pública, assim como as iniciativas de combate à discriminação e de promoção da equidade. Fica evidente que os direitos sociais incluem temas que extrapolam a atual agenda pública referente à questão social.

Desde 1988, a questão social tem sido definida, em cada conjuntura histórica, de acordo com o quadro institucional vigente, as transformações estruturais que reconfiguraram a sociedade e as diretrizes estabelecidas pela dinâmica política (resultantes das coalizões partidárias no poder). Explicando: os problemas cujo enfrentamento deveria ser prioridade na agenda pública, tendo como referência os direitos sociais inscritos na Constituição Federal, foram definidos em cada governo em função de fatores que variam de um mandato para outro, em especial, as demandas sociais predominantes, a capacidade de pressão dos diferentes movimentos sociais, os compromissos assumidos pelos governantes eleitos e a situação orçamentária da União e das entidades subnacionais.

A maneira como a questão social é enfrentada ou atenuada é um dos principais parâmetros usados para caracterizar o padrão de desenvolvimento nacional. Entre 2004 e 2014 (com breve interrupção entre o último trimestre de 2008 e meados de 2009), houve

conjunturas econômicas favoráveis à adoção de políticas públicas destinadas a garantir a efetividade dos direitos sociais para parcelas da população brasileira que estavam marginalizadas. Observou-se uma redução significativa da pobreza, queda da desigualdade de rendimentos, melhoria expressiva do mercado de trabalho e avanços importantes no campo das políticas sociais. Pode-se argumentar, em adição, que neste período houve um esforço no sentido de estabelecer um padrão de desenvolvimento socialmente inclusivo, embora tal padrão ainda não houvesse se consolidado (FONSECA; FAGNANI, 2013).

Porém, a partir de junho de 2013, começou uma campanha midiática para desacreditar a Presidência da República, e a partir de 2014 surgiram dificuldades de financiamento do gasto público. Finalmente, a mudança na condução da política macroeconômica em 2015 e o anúncio de uma agenda de reformas neoliberais em 2016 denotaram uma clara inflexão na estratégia de desenvolvimento nacional, com o Governo Federal e o Congresso Nacional argumentando que o elevado gasto social (em especial, a despesa com a Previdência Social) havia provocado *déficits* recorrentes e estava comprometendo o equilíbrio das contas públicas.

Atualmente, continua em debate a estratégia de desenvolvimento nacional mais adequada para o Brasil. Há, pelo menos, duas propostas na mesa que afetam diretamente os trabalhadores (OLIVEIRA, 2017). De um lado, uma estratégia de crescimento econômico centrada no setor privado, com inserção externa subordinada ao grande capital internacional, restringindo a atuação do Estado à garantia do bom funcionamento dos mercados e reduzindo a maioria das políticas de proteção social a programas focados na população mais pobre. De outro, uma estratégia de desenvolvimento centrada na superação da dependência externa (financeira e tecnológica) e no combate às desigualdades sociais, priorizando a política industrial, a modernização da infraestrutura e a competitividade externa, mas colocando a questão social no centro da agenda pública.

A estratégia neoliberal procura argumentar que a dificuldade de manter um ritmo de crescimento econômico relativamente elevado decorre do descontrole do gasto público, o qual, por sua vez, decorre da tentativa do governo federal de atender um amplo e diversificado leque de demandas de segmentos da sociedade brasileira (MENDES, 2014). Nessa perspectiva, os direitos sociais inscritos na Constituição Federal e o “populismo político” dos diversos governos pós-1988 criaram fortes pressões sobre o orçamento da União, afetando o ambiente macroeconômico e as decisões de investimento do setor privado. O argumento é que a carga tributária cresceu muito e, mesmo assim, o Estado não possui recursos suficientes para arcar com todas as despesas assumidas, principalmente as políticas sociais universais, as linhas de crédito subsidiado e os incentivos a segmentos econômicos favorecidos. Assim, se os direitos sociais não cabem no orçamento, a solução é cortar direitos, redefinindo as responsabilidades do Estado e reformulando o escopo de programas existentes. Note-se que, nesta visão, o desenvolvimento nacional se beneficiaria do combate à pobreza (mensurada por indicadores básicos de renda, saúde e educação) e da redução da desigualdade de renda, vistos como benéficos para o crescimento sustentado da economia nacional, em especial por meio do aumento da produtividade do trabalho e da diminuição da pressão sobre o orçamento do governo (políticas sociais focadas na população pobre).

O documento *Uma ponte para o futuro*, divulgado em outubro de 2015 pelo então presidente do PMDB, Michel Temer, explicitou a agenda de políticas e reformas que seriam adotadas pelo governo federal a partir do ano seguinte. No que diz respeito ao tema discutido aqui, não há compromisso com o combate às desigualdades sociais nem com a universalização dos direitos sociais. Ao contrário, o que se pretende é reduzir a amplitude da questão social e redefinir as obrigações do Estado nesse campo, priorizando políticas de baixo custo *per capita* destinadas às populações mais vulneráveis. Os dois pontos do documento que se referem diretamente à questão social são os seguintes:

- h) estabelecer uma agenda de transparência e de avaliação de políticas públicas, que permita a identificação dos beneficiários, e a análise dos impactos dos programas. O Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes;
- i) na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos.

Em contraposição, os adeptos do social-desenvolvimentismo defendem uma estratégia socialmente progressista. Argumentam que houve uma transição para um padrão de desenvolvimento nacional mais inclusivo a partir de 2004, o qual esteve assentado em quatro pilares (CALIXTRE; BIANCARELLI; CINTRA, 2014, Introdução): i) o crescimento econômico impulsionado pelo aumento do emprego e do salário mínimo real (com melhoria da distribuição dos rendimentos do trabalho); ii) o avanço na direção de um Estado de bem-estar social (para a garantia dos direitos sociais) por meio da implementação de um vasto conjunto de políticas públicas, tanto as universais como as direcionadas aos grupos sociais mais pobres; iii) a expansão do ciclo de crédito doméstico (em especial, o crédito consignado e o crédito ao consumidor) num cenário de queda da taxa de juros; e iv) a articulação de um conjunto de investimentos públicos, seja diretamente por meio de empresas estatais e de projetos da União e de governos estaduais, seja indiretamente por meio dos empréstimos do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil ao setor privado ou da participação em consórcios para viabilizar grandes projetos de infraestrutura e de logística.

O volume 2 do documento *Por um Brasil justo e democrático*, elaborado por um conjunto de instituições dedicadas ao debate de temas nacionais e divulgado em setembro de 2015, procurou oferecer subsídios para um projeto de desenvolvimento nacional, em oposição ao discurso neoliberal que predominava na grande mídia. Trata-se de uma visão integrada de desenvolvimento, baseada em três entendimentos principais: (i) a retomada do dinamismo econômico requer a recomposição da capacidade de financiamento do Estado e um esforço articulado de reindustrialização; (ii) é fundamental enfrentar as várias dimensões das desigualdades sociais por meio da proteção social e da universalização dos direitos sociais; e (iii) é preciso firmar um compromisso concreto com a sustentabilidade ambiental. Além disso, essa proposta tinha como pressuposto a compreensão de que para o Brasil se tornar uma nação desenvolvida é necessária uma relação sinérgica entre democracia e cidadania social.

Embora existam divergências a respeito do papel do Estado no equacionamento da questão social, é possível afirmar que a própria definição da questão social e a

delimitação das políticas adequadas para o seu enfrentamento estão relacionadas com a visão predominante em cada corrente política sobre as responsabilidades e funções do Estado na sociedade contemporânea.

### **3. Observações finais**

Este artigo procurou apresentar uma definição abrangente da “questão social” e explicar que o seu entendimento requer uma contextualização histórica. Também buscou explicar que a questão social está enraizada em três dimensões das desigualdades sociais, passando em seguida a examinar as principais áreas de atuação do Estado no enfrentamento da questão. Por fim, pretendeu colocar em discussão a questão social na atual conjuntura econômica e política do País.

É possível afirmar que a vulnerabilidade social diminuiu no Brasil, entre 2003-2014, o que fortalece o argumento de que havia um firme compromisso do governo federal em áreas prioritárias. Embora muitas lacunas possam ser apontadas no que se refere à garantia dos direitos sociais nesse período, havia, sem dúvida, um reconhecimento público de que a questão social deve ser equacionada por meio de políticas de Estado.

É um equívoco supor que o foco das políticas sociais naquele período fosse o combate à pobreza extrema, ainda que as políticas públicas adotadas tenham tido uma eficácia limitada. Há vários indícios de que a inserção no mercado de trabalho e as condições de vida (alimentação, moradia, saúde, educação) melhoraram significativamente para parcela expressiva da população brasileira até 2014.<sup>7</sup> Não obstante, estava evidente, naquela época, que ainda faltava muito para a superação da questão social e que era necessário avançar na direção de um modelo de desenvolvimento nacional que fosse mais efetivo no combate às desigualdades e na inclusão social.

Não há dúvida de que existe uma relação estreita entre crescimento econômico, geração de empregos e elevação dos salários, de um lado, e redução da pobreza e das desigualdades sociais, de outro. Mas, embora seja necessária, a prosperidade econômica não é condição suficiente para resolver a questão social no País. Um padrão de desenvolvimento socialmente inclusivo requer a adoção de um amplo conjunto de políticas públicas – ou seja, só pode ser obtido quando o Estado efetivamente assume a responsabilidade de assegurar os direitos sociais.

Entretanto, a estratégia social-desenvolvimentista não foi adotada. Predominou a estratégia neoliberal. E o resultado foi catastrófico. A profunda recessão econômica de

---

<sup>7</sup> Acrescente-se que houve mobilidade social ascendente, entre 2002 e 2014, mas a estrutura social brasileira se manteve bastante desigual, como esclarece Quadros (2016): “A desigualdade social não foi reduzida. Houve uma mobilidade social – isso é inquestionável –, redução da miséria, da pobreza, e crescimento da classe média baixa. Isso é um avanço para quem foi beneficiado. Agora, a desigualdade é outro fenômeno. Com a transferência de recursos [públicos] que é feita através dos juros [da dívida pública], não há como reduzir a desigualdade. Então, concordo com essa análise de que aconteceram dois fenômenos: houve uma melhoria nas condições [de vida] das camadas populares até 2014, porém tudo indica que a desigualdade se agravou”.

2015-2016 e a reorientação da agenda pública em 2016-2017 acarretaram uma piora generalizada em termos de ocupação e de rendimentos do trabalho e a deterioração das condições de vida dos segmentos sociais mais vulneráveis.

O congelamento anunciado do gasto federal com políticas sociais e a aprovação da reforma trabalhista em 2017 projetam para os próximos anos uma clara regressão social no Brasil. O Estado brasileiro (por iniciativa do governo federal e com o apoio do Congresso Nacional) desrespeita o capítulo da Constituição Federal sobre os direitos sociais, restringe o enfrentamento da questão social a ações de alcance limitado e volta a contribuir para o aumento das desigualdades sociais.

Para impedir a tragédia anunciada, é fundamental derrotar o projeto neoliberal. Para acabar com o quadro estrutural de vulnerabilidades sociais, é preciso construir democraticamente um novo projeto de desenvolvimento nacional, que promova maior inclusão social por meio da geração de empregos de qualidade, da elevação dos pisos salariais, da universalização da proteção social e do combate às desigualdades sociais e regionais. Trata-se de resgatar a capacidade de planejamento público e de criar uma base sólida para o financiamento das políticas públicas. E de reconhecer que as políticas sociais também podem contribuir para estimular o dinamismo do mercado interno, ou seja, que o gasto social também pode gerar prosperidade econômica.

O debate sobre os rumos do País deve se acirrar em 2018. Espera-se que os argumentos apresentados ao longo deste artigo ajudem a subsidiar a reflexão das correntes mais progressistas. Para finalizar, convém citar três contribuições ao debate sobre a questão social no Brasil que permanecem válidas e instigantes:

“Diante de uma realidade social muito problemática, incômoda e, às vezes, explosiva, uma parte do pensamento social prefere “naturalizá-la”, considerá-la como “fatalidade” ou apenas herança arcaica pretérita. Dentre as explicações que “naturalizam” a questão social vale a pena destacar duas que, apesar de não esgotarem o assunto, dão uma ideia das metamorfoses que transfiguram as desigualdades sociais. Uma tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de assistência social. [...] Outra explicação tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão” (IANNI, 1991, p. 6-7).

“As ideias de cidadania e de direitos estão sempre em processo de mudança e de reconstrução. Significa que não podemos estagnar, num determinado período ou numa determinada sociedade, uma lista fechada de direitos específicos. Essa lista será sempre histórica e culturalmente determinada. A expansão da cidadania social implica, conforme destaca Vitória Benevides, para além de uma ação efetiva dos poderes públicos e da pressão popular, um tipo de mudança cultural, no sentido de provocar o que está mais enraizado nas mentalidades marcadas por preconceitos, por discriminação, pela não aceitação dos direitos de todos, pela não aceitação da diferença. Trata-se, portanto, de uma mudança cultural especialmente importante no Brasil que viveu longo período de escravidão e de violação sistemática do respeito à dignidade humana; de

políticas oligárquicas, coronelistas e patrimoniais; de um sistema de ensino autoritário e elitista, voltado mais para a moral privada do que para a ética pública; de complacência com a corrupção e com os privilégios; do descaso para com a violência, quando ela é exercida exclusivamente contra os pobres e os socialmente discriminados; de nossas práticas religiosas essencialmente ligadas ao valor da caridade, em detrimento do valor da justiça; de nosso sistema familiar patriarcal e machista; de nossa sociedade racista e preconceituosa contra todos os considerados diferentes; de nosso desinteresse pelo associativismo solidário; de nosso individualismo consumista. Tudo isso está ainda muito presente em nossa sociedade. É contra essa deturpação histórica e cultural que deve ser acionada a cidadania ativa e a participação cidadã” (FEITOSA, 2006, p. 45-46).

“As conquistas sociais acumuladas têm sido transformadas em causa de “gastos sociais excedentes”, que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos estados, segundo a interpretação neoliberal. A contrapartida tem sido a difusão da ideia liberal de que o “bem-estar social” pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. A intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao *mercado e à filantropia*, como alternativas aos direitos sociais que só têm existência na comunidade política. Como lembra Yazbek (2001), o pensamento neoliberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, e opera uma profunda despolitização da “questão social” ao desqualificá-la como *questão pública, questão política e questão nacional*” (IAMAMOTO, 2013, p. 335).

### Referências bibliográficas

- AFONSO, José Roberto; LUKIC, Melina R.; ORAIR, Rodrigo O.; SILVIERA, Fernando G. (Orgs.) *Tributação e desigualdade*. Belo Horizonte: Letramento; Casa do Direito; FGV Direito Rio, 2017.
- ARRETCHE, Marta (Org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.
- BENEVIDES, Maria Victoria. A questão social no Brasil: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. *Revista Videtur Letras*, São Paulo, USP, v. 3, 2001.
- CALIXTRE, André; BIANCARELLI, André; CINTRA, Marcos (Eds.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica dos salários*. Petrópolis: Vozes, 1998 [1995]. Introdução.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A questão social no Brasil: análise do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos do Brasil).

FAO; FIDA; OMS; PMA; UNICEF. *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2017*. Fomentando la resiliencia en aras de la paz y la seguridad alimentaria. Roma: FAO, 2017.

FEITOSA, Maria Luiza P. de A. M. Direitos humanos, econômicos, sociais e culturais. *Prim@Facie*, UFPB, v. 5, n. 8, p. 36-46, 2006.

FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo (Orgs.). *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. 2 v.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil 2013-2014*. Belo Horizonte: FJP, 2016.

GALBRAITH, John K. *A sociedade afluyente*. São Paulo: Pioneira, 1987 [1958].

IAMAMOTO, Marilda V. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. *Ser Social*, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, dez. 2013.

IANNI, Octavio. A questão social. *São Paulo em Perspectiva*, v. 5, n. 1, p. 2-10, 1991.

IBGE. *Pesquisa suplementar de segurança alimentar*. PNAD 2013: a percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 08.dez.2014.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2015: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2017: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 [1963].

MDS/SAGI. Taxas de mortalidade infantil por região e faixa de renda domiciliar per capita entre os censos de 2000 e 2010. *Estudo Técnico* n. 05/2012, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Brasília, 2012.

MENDES, Marcos. *Por que o Brasil cresce pouco? Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Saúde Brasil 2015/2016*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Déficit habitacional no Brasil 2007*. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

OIT. *Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000*. Coordenação: José Ribeiro Soares Guimarães. Brasília: Organização Internacional do Trabalho; Escritório da OIT no Brasil, 2012.

OLIVEIRA, Tiago. *Trabalho e padrão de desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2017.

OXFAM BRASIL. *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017.

PMDB. *Uma ponte para o futuro*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 29.out.2015.

POR um Brasil justo e democrático. O Brasil que queremos: subsídios para um projeto de desenvolvimento nacional. Elaboração: Brasil Debate, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Fórum 21, Fundação Perseu Abramo, Plataforma Política Social, Le Monde Diplomatique Brasil, Rede Desenvolvimentista. São Paulo, set. 2015, v. 2.

PRONI, Marcelo W.; FAUSTINO, Raphael B. Avanços e limites da política de desenvolvimento urbano no Brasil (2001-2014). *Planejamento e Políticas Públicas*, IPEA, Brasília, n. 46, p. 181-215, jan./jun. 2016.

QUADROS, Waldir. “Houve mobilidade social. Mas a desigualdade social não foi reduzida. Agravou-se”. Entrevista especial com Waldir Quadros. *Instituto Humanitas Unisinos (IHU)*, 11 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/554856-qhouve-mobilidade-social-mas-a-desigualdade-social-nao-foi-reduzida-agravouq-entrevista-especial-com-waldir-quadros>

ROSANVALLON, Pierre. *La nueva cuestión social: repensar el Estado providencia*. Buenos Aires: Manancial, 1995.

*Marcelo Weishaupt Proni* é professor livre docente do Instituto de Economia da UNICAMP e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit).

## **A frágil recuperação do mercado de trabalho brasileiro**

*Tiago Oliveira*

### **Introdução**

No início de 2015 uma “tempestade perfeita” se abateu sobre o mercado de trabalho brasileiro, interrompendo a trajetória virtuosa do período 2004-2014 marcada por uma queda substantiva das taxas de desemprego, ampliação do emprego formal, aumento do rendimento médio real do trabalho e diminuição do grau de concentração de renda (OLIVEIRA, 2017).

A opção por uma agenda da austeridade em uma economia em franca desaceleração – dada, entre outras coisas, pela incapacidade da política fiscal amplamente apoiada em desonerações tributárias em impulsionar os investimentos, num cenário político marcado por profundas incertezas, e pela paralisação de cadeias produtivas importantes como a do petróleo e gás e da construção, por conta de investigações judiciais – provocou uma depressão econômica sem paralelos históricos.

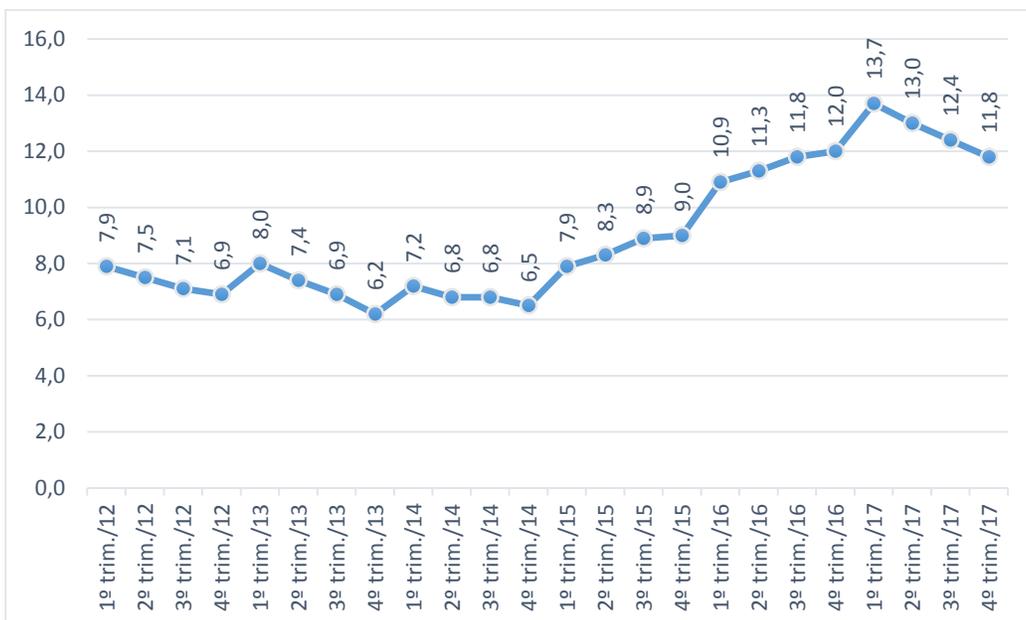
O objetivo deste artigo é explicitar a fragilidade do processo de recuperação do mercado de trabalho no Brasil no ano de 2017, após o forte impacto causado pela recessão econômica entre 2015 e 2016. Será enfatizada, nesta breve análise, a relação entre as trajetórias do desemprego e do emprego formal.

### **1. A evolução do desemprego no período recente**

Menos como resultado dos efeitos práticos imediatos da implementação da agenda da austeridade, e mais pela sinalização dada aos agentes econômicos de que uma “convenção do crescimento” estava sendo abandonada, o mercado de trabalho brasileiro operou, a partir do primeiro trimestre de 2015, um forte ajuste, manifesto pela alta por nove trimestres consecutivos da taxa de desocupação, que passou de 6,5% no último trimestre de 2014 para 13,7% no primeiro trimestre de 2017, conforme dados da Pnad Contínua do IBGE.

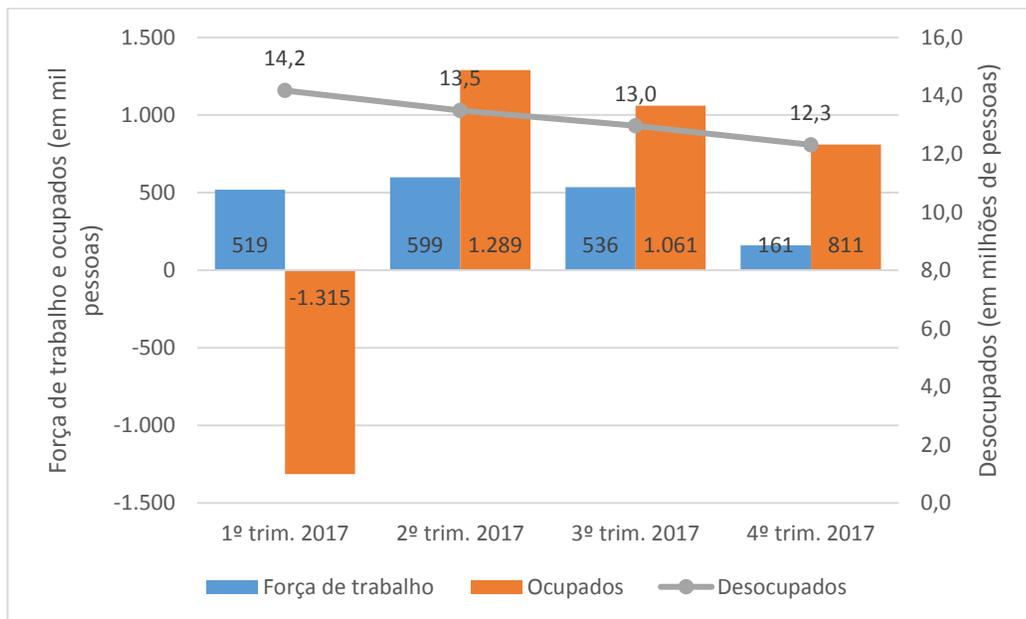
A partir do segundo trimestre de 2017, porém, a taxa de desocupação brasileira iniciou uma trajetória de queda que já perdura por três trimestres consecutivos. Do patamar de 13,7% registrado no primeiro trimestre de 2017, houve um recuo para 11,8% no último trimestre do mesmo ano (Gráfico 1). Neste mesmo intervalo de tempo, registrou-se pela primeira vez desde o início da crise uma geração de vagas superior ao número de pessoas que se incorporam ao mercado de trabalho. Deste modo, o contingente de desocupados diminuiu continuamente, passando de 14,2 milhões, no primeiro trimestre de 2017, para 12,3 milhões de trabalhadores no último trimestre do ano passado (Gráfico 2).

Gráfico 1. Evolução da taxa de desocupação  
Brasil: 1º trimestre de 2012 ao 4º trimestre de 2017



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração própria.

Gráfico 2. Evolução da força de trabalho, dos ocupados e dos desocupados  
Brasil: 1º trimestre de 2017 ao 4º trimestre de 2017

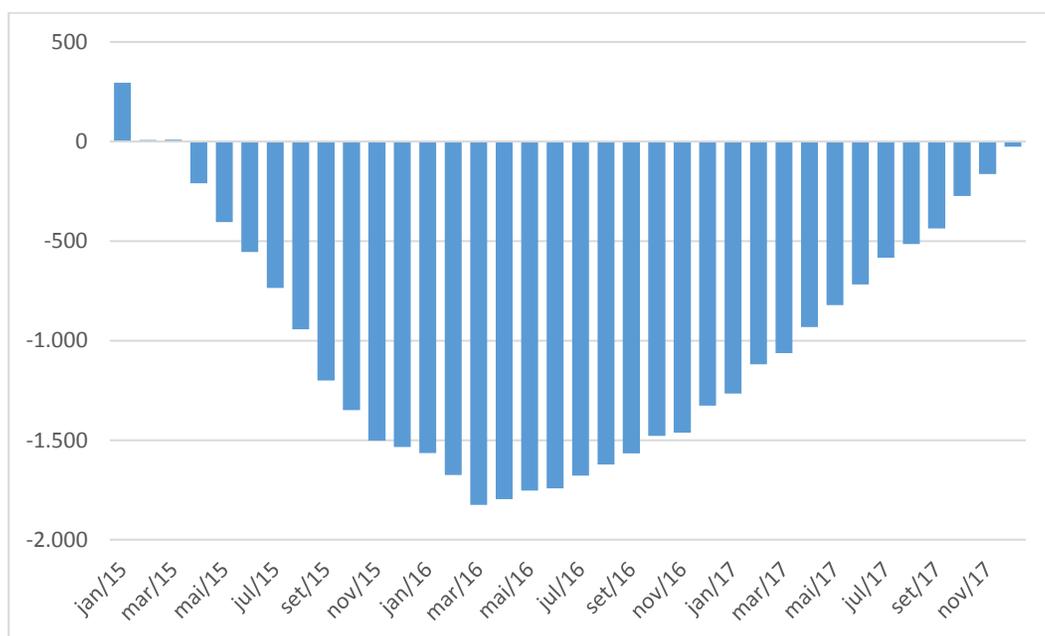


Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Elaboração própria.

## 2. A sazonalidade do desemprego e a variação do emprego formal

Além disso, após atravessar, entre meados de 2015 e o final de 2016, um longo período de saldos negativos bastante significativos na movimentação do emprego formal, resultado de um número de desligamentos sistematicamente e expressivamente superior ao de admissões, o mercado de trabalho brasileiro passou a registrar a partir de 2017 uma redução mais acelerada daquele saldo negativo, a ponto de, em dezembro passado, ter sido verificada uma situação de praticamente equilíbrio entre o número de trabalhadores admitidos e desligados no mercado de trabalho formal (Gráfico 3).

Gráfico 3.  
Evolução do saldo da movimentação do emprego com carteira de trabalho assinada no setor privado (acumulado em 12 meses)  
Brasil: Janeiro de 2015 a dezembro de 2017



Fonte: MTb. Caged. Elaboração própria.

À primeira vista, portanto, os números apresentados conformam um quadro favorável para o mercado de trabalho brasileiro – taxa de desocupação em queda, ocupação em alta, diminuição do número de desocupados, eliminação do saldo negativo da movimentação do emprego formal – o que estaria em linha com o processo em curso de ligeira retomada da economia brasileira.

Entretanto, um olhar mais cuidadoso sobre as informações prestadas pela Pnad contínua e pelo Caged desautoriza visões otimistas quanto ao processo de recuperação do mercado de trabalho brasileiro.

Em primeiro lugar, o que por ora é possível afirmar é que o ano passado marcou o início da retomada do comportamento sazonal da taxa de desocupação. Conforme se depreende da observação dos dados referentes aos anos de 2012, 2013 e 2014, a sazonalidade da taxa de desocupação medida pela Pnad Contínua expressa-se por um comportamento de alta no primeiro trimestre, seguida de sucessivas quedas nos três trimestres seguintes. Tal comportamento não ocorreu no biênio 2015-2016, conforme já se notou, o que revela a intensidade do ajuste sofrido pelo mercado de trabalho brasileiro no aludido período, e voltou a se manifestar no ano passado. Ademais, não se pode deixar de destacar que a taxa de desocupação assinalada no último trimestre de 2017 (11,8%) é apenas ligeiramente inferior à registrada no mesmo período de 2016 (12,0%), a maior para o período da série histórica da pesquisa.

Apesar da retomada da sazonalidade da taxa de desocupação ser em si um fato positivo, cabe o seguinte questionamento: o mercado de trabalho brasileiro está diante de uma trajetória de queda sustentável da taxa de desocupação, ainda que pontuada por oscilações próprias da conjuntura, ou a crise reposicionou a taxa média de desocupação em um novo patamar, próximo ao dobro do verificado nos anos pré-crise, ao redor do qual as oscilações conjunturais se darão a partir de agora? O comportamento da taxa de desocupação ao longo de 2018 permitirá que respostas mais conclusivas possam ser dadas acerca desta questão.

### **3. O crescimento da informalidade**

Em segundo lugar, cumpre notar que a retomada da sazonalidade da taxa de desocupação esteve ancorada na geração de postos de trabalho de baixa qualidade: do pouco mais de três milhões de postos de trabalho gerados na economia brasileira nos últimos três trimestres de 2017, a sua quase totalidade foi de ocupações sem proteção social, uma vez que não asseguram aos trabalhadores contribuição previdenciária, licença maternidade, décimo terceiro salário e férias remuneradas, por exemplo.

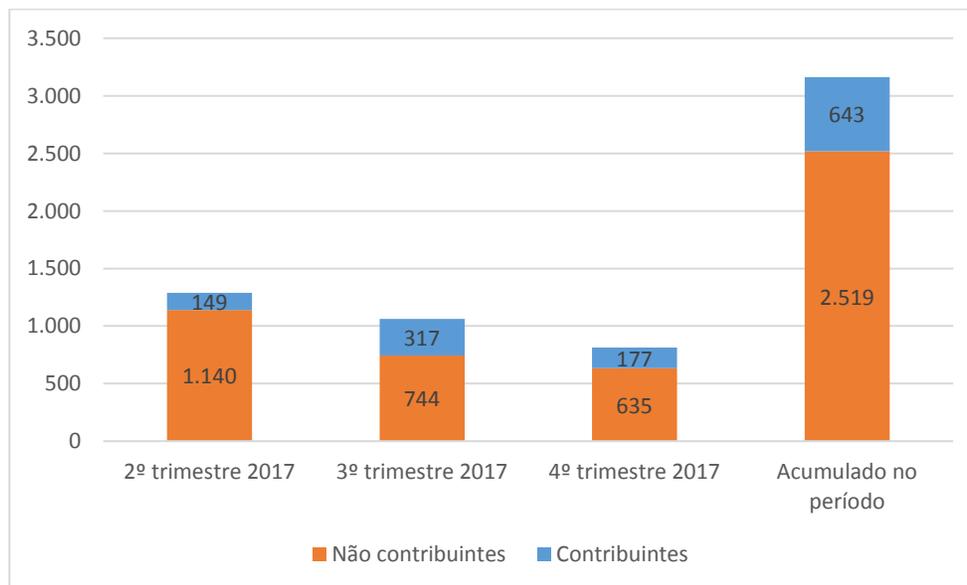
Em números: nesse período, o aumento do emprego no setor privado sem carteira de trabalho, inclusive trabalhadores domésticos, foi de aproximadamente 1,3 milhão de postos de trabalho, contra um recuo de 118 mil ocupações com carteira assinada. No setor público, o aumento da ocupação sem carteira de trabalho assinada foi de 653 mil, com carteira assinada de apenas 82 mil, enquanto que os militares e os funcionários públicos estatutários assinalaram uma diminuição de 136 mil ocupações. O trabalho por conta própria, por seu turno, formado em sua ampla maioria por ocupações sem contribuição previdenciária, registrou uma expansão superior a um milhão de vagas no período em análise (Quadro 1).

Quadro 1  
 Variação da ocupação, por posição na ocupação  
 Brasil: acumulado do 2º trimestre ao 4º trimestre de 2017

Empregado no setor privado (inclusive trabalhador doméstico)	1.160
Com carteira de trabalho	-118
Sem carteira de trabalho	1.279
Empregado no setor público	600
Com carteira de trabalho	82
Sem carteira de trabalho	653
Militar e funcionário público estatutário	-136
Conta própria	1.086
Outros*	314
Total	3.160

Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração própria.  
 \* Empregadores e trabalhadores familiares auxiliares.

Gráfico 4.  
 Evolução da ocupação, por contribuição previdenciária em qualquer trabalho  
 Brasil: 2º trimestre de 2017 ao 4º trimestre de 2017



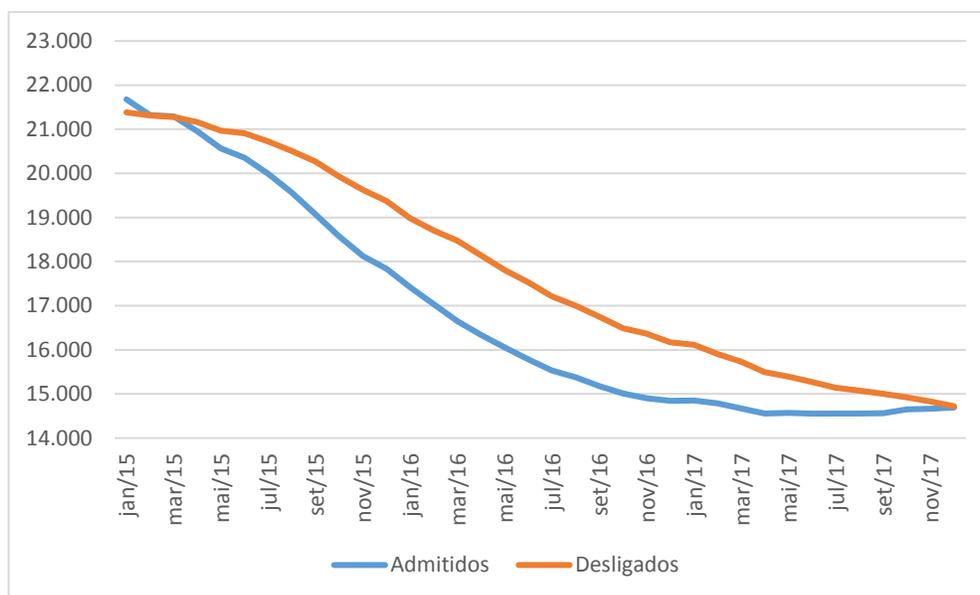
Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração própria.

O aumento do grau de precarização do mercado de trabalho brasileiro também pode ser visualizado por meio da contribuição previdenciária dos novos postos de trabalho criados no intervalo de tempo em exame. Nesse quesito, do total das novas ocupações (3,1 milhões), aproximadamente 2,5 milhões não possuíam vinculação contributiva com a previdência. Isto quer dizer que de cada 10 postos de trabalho gerados entre o segundo e o último trimestre de 2017, aproximadamente 8 eram desprotegidos do ponto de vista previdenciário. O Gráfico 4 apresenta a variação trimestral da ocupação por contribuição para instituto de previdência.

#### 4. O fraco desempenho do emprego formal

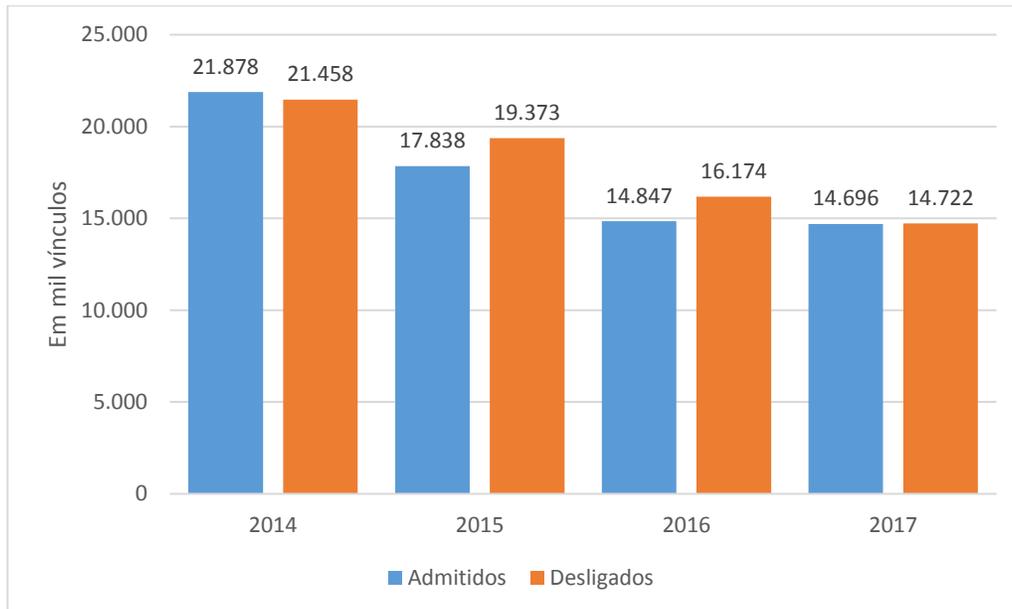
Por fim, porém não menos importante, convém chamar a atenção para o fato de que a redução do saldo negativo na geração de empregos formais, iniciada ainda em 2016, mas acelerada em 2017, esteve apoiada sobretudo na redução no ritmo dos desligamentos, e muito pouco na ampliação da contratação de novos trabalhadores, conforme pode ser visualizado no Gráfico 5. Não se pode deixar de registrar, inclusive, que 2017 foi o ano que registrou o menor número de admissões desde o início da crise, aproximadamente 150 mil a menos do que o assinalado em 2016 e muito abaixo do verificado em 2015 (Gráfico 6).

Gráfico 5  
Evolução do número de admitidos e desligados com carteira de trabalho assinada no setor privado (acumulado em 12 meses)  
Brasil: Janeiro de 2015 a dezembro de 2017



Fonte: MTb. Caged. Elaboração própria.

Gráfico 6  
Número de admitidos e desligados com carteira de trabalho assinada  
no setor privado  
Brasil: 2014 a 2017



Fonte: MTb. Caged. Elaboração própria.

Parece claro, portanto, a fragilidade do processo de “recuperação” do mercado de trabalho brasileiro. A queda da taxa de desocupação, para além da discussão de que pode ter sido resultado de um mero retorno do seu comportamento sazonal, é explicada integralmente pela criação de postos de trabalho com pouca ou nenhuma proteção social. Além disso, a eliminação do saldo negativo da movimentação do emprego formal é resultado quase que exclusivamente da redução do número de desligamentos e não do aumento das admissões.

Poder-se-ia argumentar, porém, que o comportamento esperado ao longo de um processo de recuperação é exatamente como o acima descrito: em um primeiro momento, seriam as ocupações menos protegidas que liderariam a absorção da mão de obra desocupada; os postos de trabalho protegidos, ou seja, o assalariamento com carteira assinada nos setores privado e público e o funcionalismo público estatutário, assumiriam a dianteira desse processo em um segundo momento apenas, ampliando, ao fim e ao cabo, a qualidade da estrutura ocupacional.

Uma forma de avaliar a pertinência desse tipo de argumentação é verificar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro em um momento similar ao atual. Para tanto, o triênio 2004-2005-2006 parece adequado, posto que foi nesse período que se iniciou a recuperação do mercado de trabalho brasileiro observada na década passada. Contudo, a Pnad Contínua tem o início de sua série histórica somente em 2012. Recorrendo à Pnad que lhe antecedeu, de periodicidade anual, é possível constatar que no referido período foram os empregos em estabelecimentos que lideraram a retomada do mercado de trabalho brasileiro. Neste universo em particular, o emprego protegido sempre esteve à frente do assalariamento sem carteira assinada: em 2004, representou 62,0% dos empregos criados; em 2005, 92,4%; e em 2006, 85,1%. Quanto às ocupações por conta própria, é importante frisar que sua importância foi bastante residual no período em análise: apenas em 2005 atingiu uma cifra relevante, 11,9% do total de vagas criadas. Logo, não é possível afirmar, com base na experiência brasileira recente, que a recuperação econômica se reflete, primeiramente, na criação de empregos mais precários, para depois assumir outro perfil, mais favorável, amparado em um peso maior dos empregos protegidos.

A questão central a esse respeito é que a dinâmica econômica atual, para além do seu baixo ritmo de expansão, está assentada em setores tradicionais de baixa remuneração e produtividade, de modo que a ocupação cresce sobretudo como imperativo da sobrevivência, muito mais que como resultado de uma demanda robusta, estruturada ou sofisticada de mão de obra qualificada.

## **5. Comentário final**

Nesse contexto, a reforma trabalhista, em vigor desde o final do ano passado, não se propõe a enfrentar os problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro e do sistema nacional de relações de trabalho. Logo, ela não pode ser vista como uma iniciativa que irá mitigar ou mesmo reverter, mais cedo ou mais tarde, as tendências acima apontadas. Pelo contrário, ao promover uma redução da proteção institucional dada aos trabalhadores por parte do Estado e dos sindicatos, e ao aumentar as garantias, a autonomia e a flexibilidade das empresas na gestão do trabalho (DIEESE, 2017a; 2017b), ela termina por sancionar um padrão de desenvolvimento econômico fundado na geração de empregos precários e de baixos salários, o que atua em desfavor de um projeto nacional que almeje a construção de um país justo e de uma economia forte, capazes de assegurar um patamar digno de bem-estar para as massas de trabalhadores e trabalhadoras.

### Referências bibliográficas

DIEESE. A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil. *Nota Técnica* n. 178, Dieese, São Paulo, maio, 2017a. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>>. Acesso em: 28/12/2017.

DIEESE. Relações de trabalho sem proteção: de volta ao período anterior a 1930? *Nota Técnica* n. 179, Dieese, São Paulo, maio, 2017b. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec179ConjunturaReforma.pdf>>. Acesso em: 28/12/2017.

OLIVEIRA, Tiago. *Trabalho e padrão de desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

*Tiago Oliveira* é doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e técnico do DIEESE.

## **Três anos de perdas e retrocessos para as mulheres no mercado do trabalho**

*Marilane Oliveira Teixeira*

### **Introdução**

A crise econômica alterou a condição de vida da maioria da população brasileira e promoveu grande retrocesso econômico e social. Entre os anos de 2015 e 2016 o PIB registrou queda de 7,5% com forte impacto nos indicadores de mercado de trabalho. No primeiro trimestre de 2017, conforme dados da PNAD Contínua, a desocupação no Brasil atingiu um patamar recorde, com 14,1 milhões de pessoas sem emprego. Deste total, as mulheres representavam 50,6%, sendo que as mulheres negras correspondiam a 63,2% das desempregadas. O fim da recessão econômica não foi seguido por aumento significativo do PIB nem por recuperação expressiva do emprego e dos salários, ao longo de 2017 (DIEESE, 2017; IPEA, 2017).

Esses últimos três anos contrastam com o ciclo de prosperidade econômica que se estendeu de 2003 a 2014, o qual foi acompanhado de uma importante dinamização do mercado de trabalho, com efeitos positivos sobre os estratos mais pobres da população e os assalariados em geral. Dentre os diferentes avanços dessa etapa de crescimento econômico com inclusão social, o aumento do emprego formal, ao lado da elevação dos salários reais e a redução da pobreza estão entre as mais importantes conquistas do período (TEIXEIRA, 2017).

O propósito deste artigo é examinar alguns indicadores que permitem evidenciar de que maneira a crise econômica afetou a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, destacando a condição mais vulnerável das mulheres negras.

### **1. Com a crise mais mulheres saíram em busca de emprego**

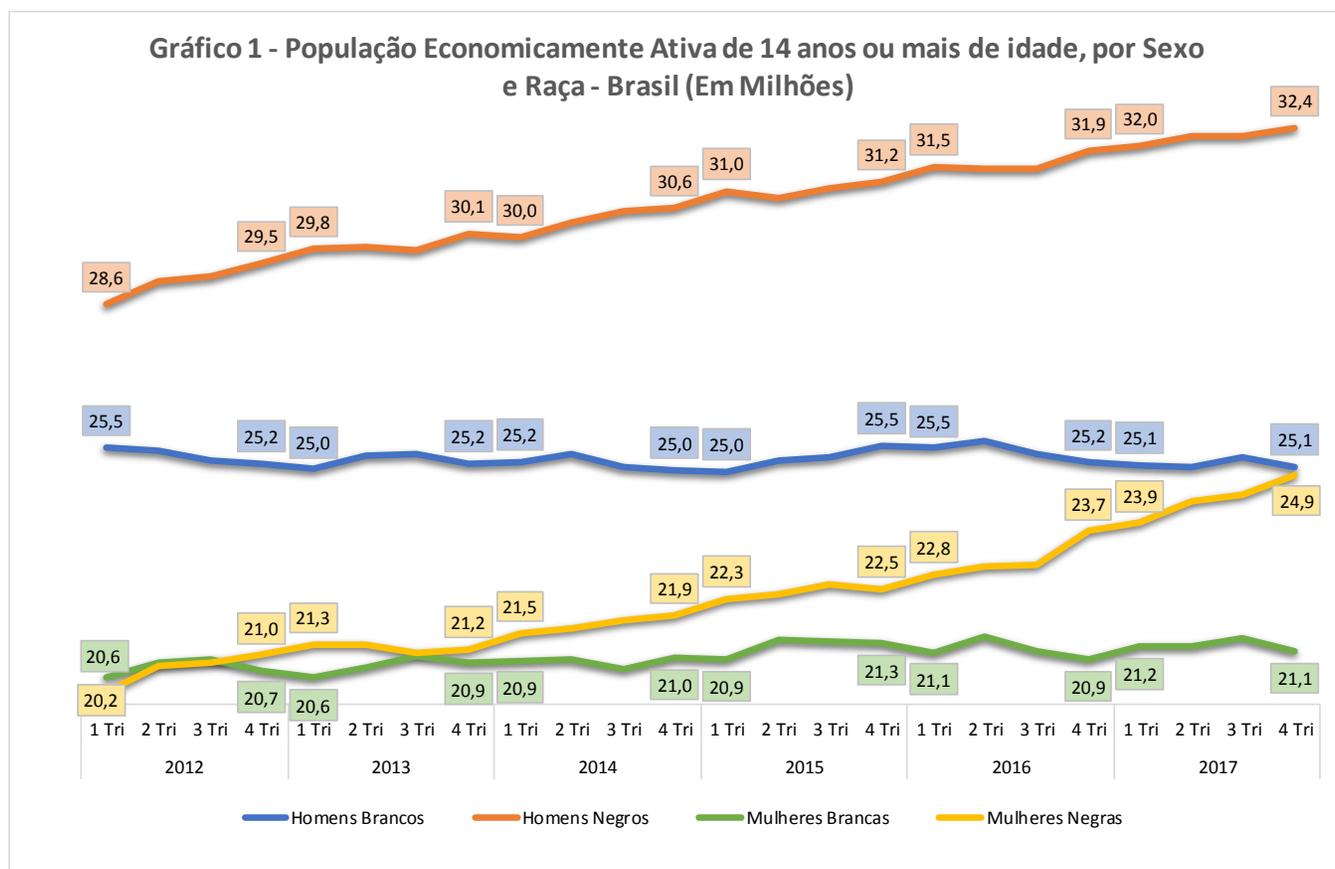
Entre o 4º trimestre de 2014 e o de 2017, ingressaram na PEA (População Economicamente Ativa) em torno de 3,151 milhões de mulheres, sendo que 95% eram negras<sup>1</sup>. Um dos efeitos da crise é ampliar a PEA sem, contudo, incorporá-la no mercado de trabalho pela ausência de oportunidades de trabalho. A maior parte destas mulheres se tornou desempregada, uma vez que entre o 4º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de 2017, em três anos, o saldo foi de apenas 271 mil postos de trabalho. Foram as mulheres negras as responsáveis por este resultado positivo: aumento de 1.075.674 postos de trabalho para as negras e queda de 804.777 entre as brancas, resultando num saldo de 270.897. Ou seja, entre 2014 e 2017, ingressaram 3,151 milhões de mulheres no mercado de trabalho e

---

<sup>1</sup> Neste texto, segue-se o padrão das análises realizadas pelo IBGE, utilizando-se a classificação negros/as, resultante da somatória de dados referentes a quem declara cor da pele preta ou parda.

apenas 270.897 encontraram ocupação. As demais mulheres que não encontraram ocupação se somaram às que já se encontravam desempregadas, elevando as taxas de desemprego.

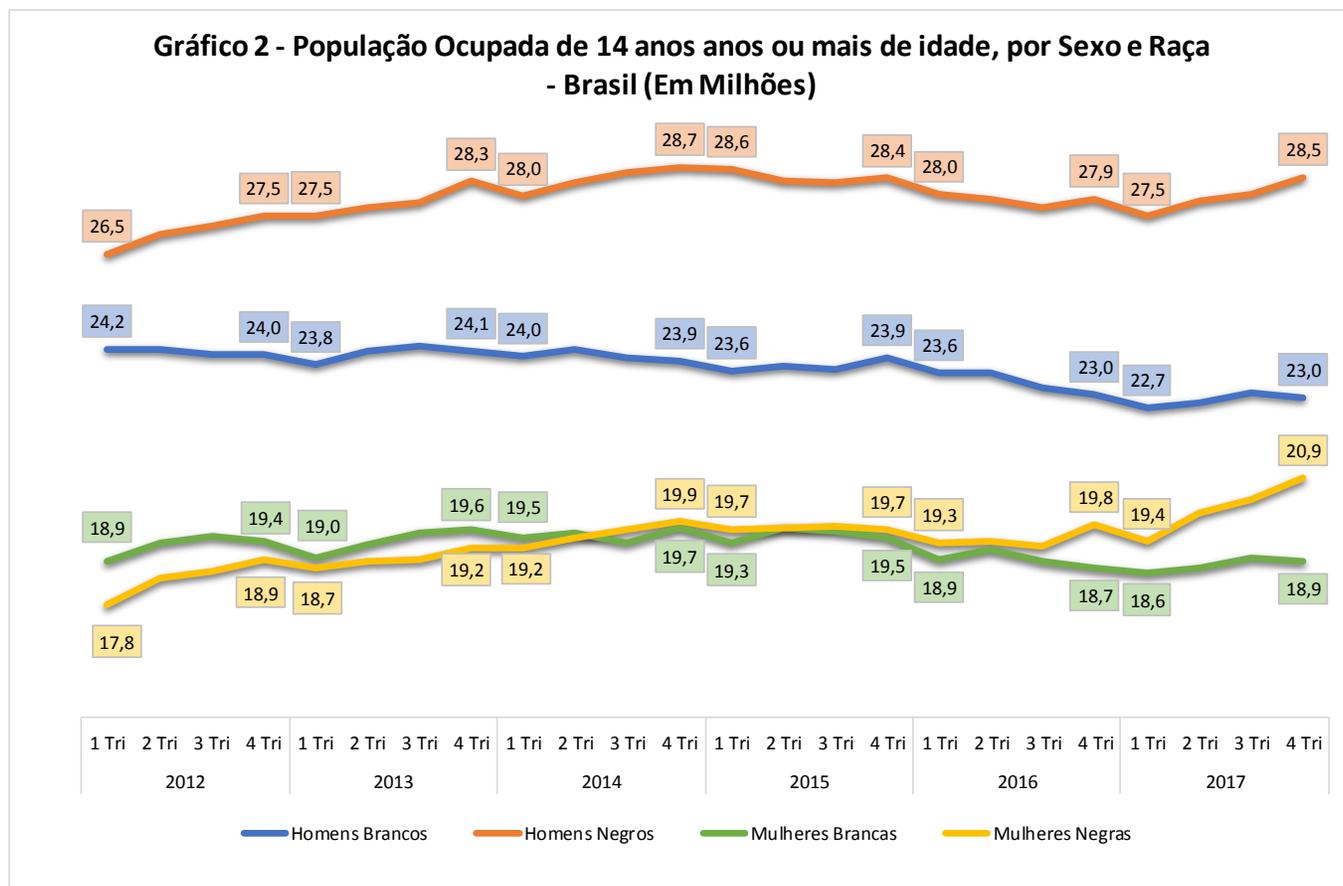
A partir de 2013 também ocorreu uma alteração significativa na composição da PEA feminina, as mulheres negras passaram a ser maioria e a diferença foi se intensificando até 2017. Em 2012 as mulheres brancas representavam 50,4% da PEA e vem reduzindo a sua participação desde então: 48,9% no 4º trimestre de 2014 para 45,9% para o mesmo período de 2017, enquanto as negras elevaram para 51,1% em 2014 e 54,1% no 4º trimestre de 2017. Essa alteração na composição da PEA também ocorreu com os homens negros em relação aos brancos. Os dados demonstram que o crescimento da PEA ocorreu entre a população negra, enquanto a população branca apresentou queda ou estancamento (Gráfico 1).



Fonte: IBGE - PNADC. Elaboração própria.

## 2. Taxa de ocupação cresce entre as mulheres negras

Na comparação entre 2014 e 2017 (4º trimestre) os dados sugerem que a população ocupada reduziu para todos, exceto para as mulheres negras. Entre os homens brancos caiu (-3,7%); entre homens negros caiu (-0,8%); entre mulheres brancas caiu (-4,1%); e entre mulheres negras cresceu (5,4%). É importante ressaltar que no caso das mulheres negras a recuperação do emprego entre as ocupadas ocorreu nos últimos três trimestres de 2017 e está associado a qualidade do emprego gerado, que trataremos mais adiante. Conforme descreve o Gráfico 2, há dois comportamentos distintos para o período: a ocupação evoluiu de 2012 a 2014 para todos, exceto os homens brancos em queda desde o início da série analisada. A partir de 2015 caiu a ocupação voltando a crescer no último ano e o destaque são as mulheres negras; entre 2016 e 2017 a ocupação cresceu cerca de 1,811 milhões de postos de trabalho e as mulheres negras responderam por 64% desse aumento (1,161 milhões).

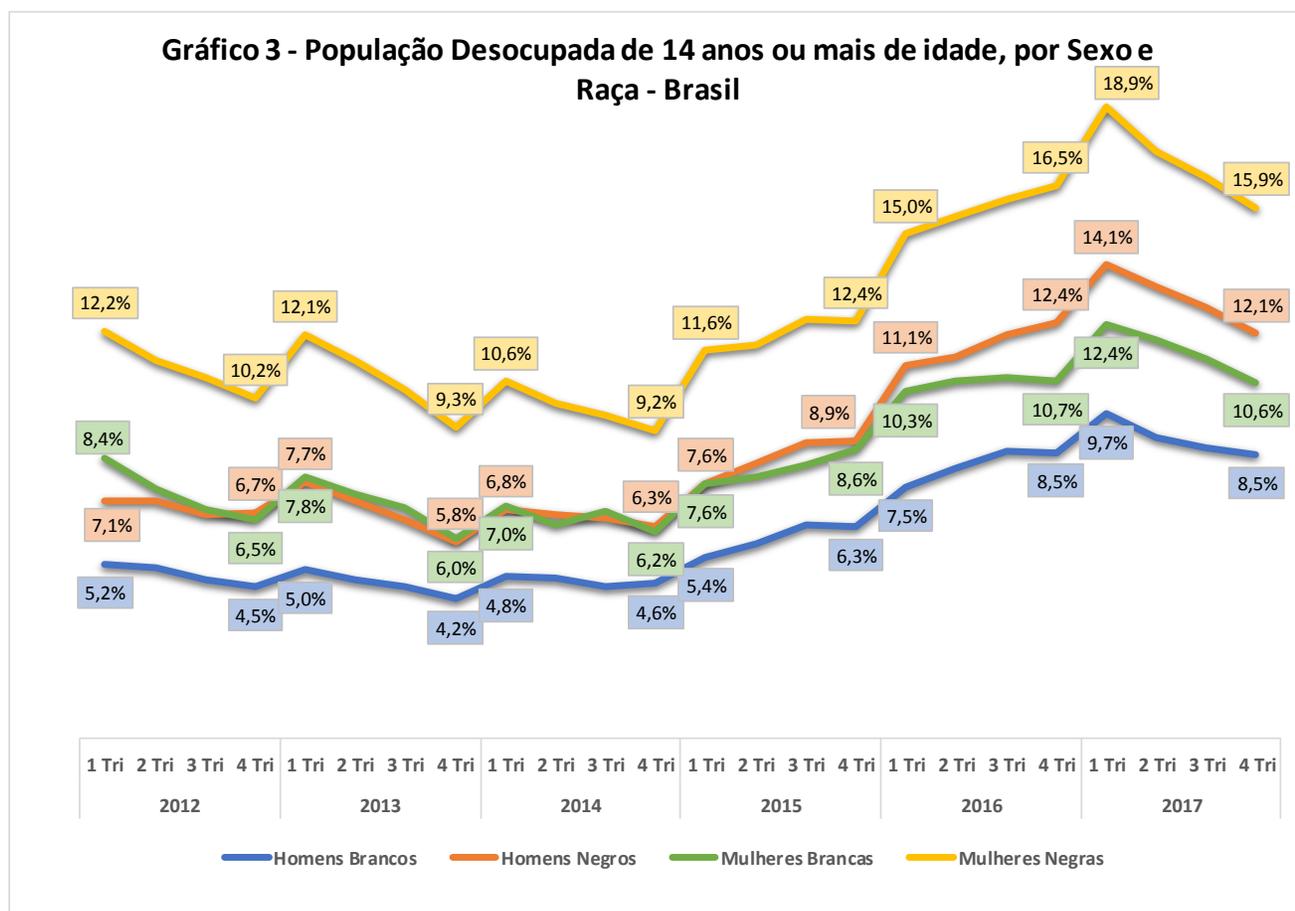


Fonte: IBGE - PNADC. Elaboração própria.

### 3. A taxa de desocupação continua superior entre as mulheres

As taxas de desocupação também seguem mais desfavoráveis às mulheres. Entre os anos de 2012 e 2017, o menor percentual de mulheres desempregadas foi registrado em 2014 com a taxa de 6,2% para as mulheres brancas e 9,2% para as mulheres negras, mesmo assim superior às taxas masculinas (Gráfico 3). No 1º trimestre de 2017 a taxa alcançou seu maior percentual quando evoluiu para 12,4% para as mulheres brancas e 18,9% para as mulheres negras. Entre 2014 e 2017 (4º trimestre) o desemprego entre as mulheres brancas cresceu 73% e entre as mulheres negras praticamente dobrou (96%).

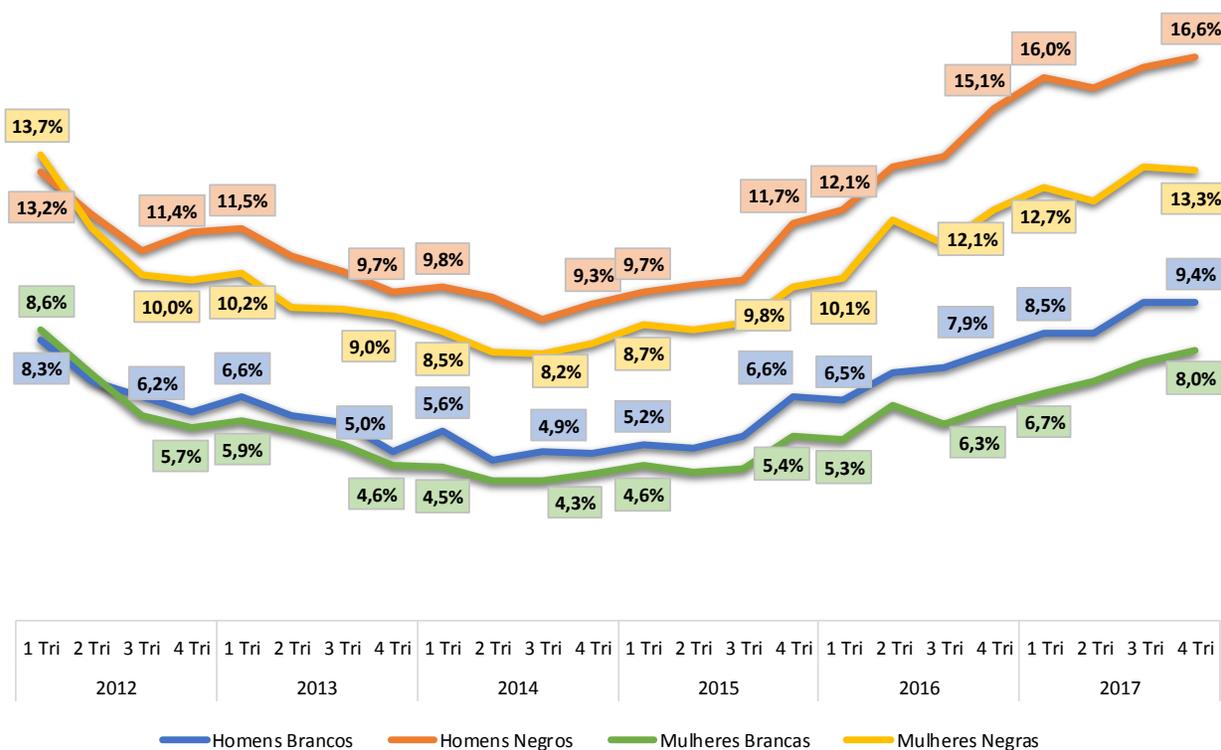
O desemprego no Brasil tem cor/raça e sexo. Dos 12,2 milhões de desempregados no último trimestre de 2017, praticamente dois terços (64%) eram negros (homens e mulheres). Quando se compara entre os sexos, 50,6% eram mulheres e entre as mulheres 64% eram negras.



Fonte: IBGE - PNADC. Elaboração própria.

O impacto diferenciado em termos de cor e raça fica evidente quando se analisam os dados do 1º trimestre de 2012 e do 4º trimestre de 2017. O desemprego entre os homens brancos evoluiu de 5,2% para 8,5%; as mulheres brancas de 8,4% para 10,6%; os homens negros de 7,1% para 12,1% e as mulheres negras de 12,2% para 15,9%. O desemprego entre as mulheres negras é quase o dobro dos homens brancos. Dos 12,2 milhões de desempregados no 4º trimestre de 2017, 2,126 milhões são de homens brancos; 3,910 milhões de homens negros; 2,249 milhões de mulheres brancas e 3,947 milhões de mulheres negras.

**Gráfico 4 - Taxa de Força de Trabalho Potencial de 14 anos ou mais de idade, por Sexo e Raça - Brasil**



Fonte: IBGE - PNADC. Elaboração própria.

Um das inovações introduzidas pela PNAD Contínua é a medição da força de trabalho potencial (Gráfico 4). Trata-se de estimar o número de pessoas que estão fora da força de trabalho, mas que gostariam de trabalhar e que não procuraram ocupação nos últimos 30 dias ou não estavam disponíveis para trabalhar no momento da Pesquisa. Alguns estudos têm somado essa força de trabalho potencial aos desocupados. A força de trabalho potencial vinha caindo desde 2012 e voltou a crescer em 2016, especialmente entre

as pessoas de cor ou raça negra. Entre as mulheres negras a taxa representa quase o dobro quando se compara com as não negras (8,0% e 13,3%). Somando a essa taxa o percentual das mulheres desocupadas se chega a uma proporção de 29,2% para as mulheres negras e 18,2% para as brancas. Em tempos de crise os membros de famílias de cor/raça negra são mais pressionados a buscar alternativas no mercado de trabalho por serem os mais afetados pelo desemprego.

#### **4. A informalidade é maior entre as mulheres**

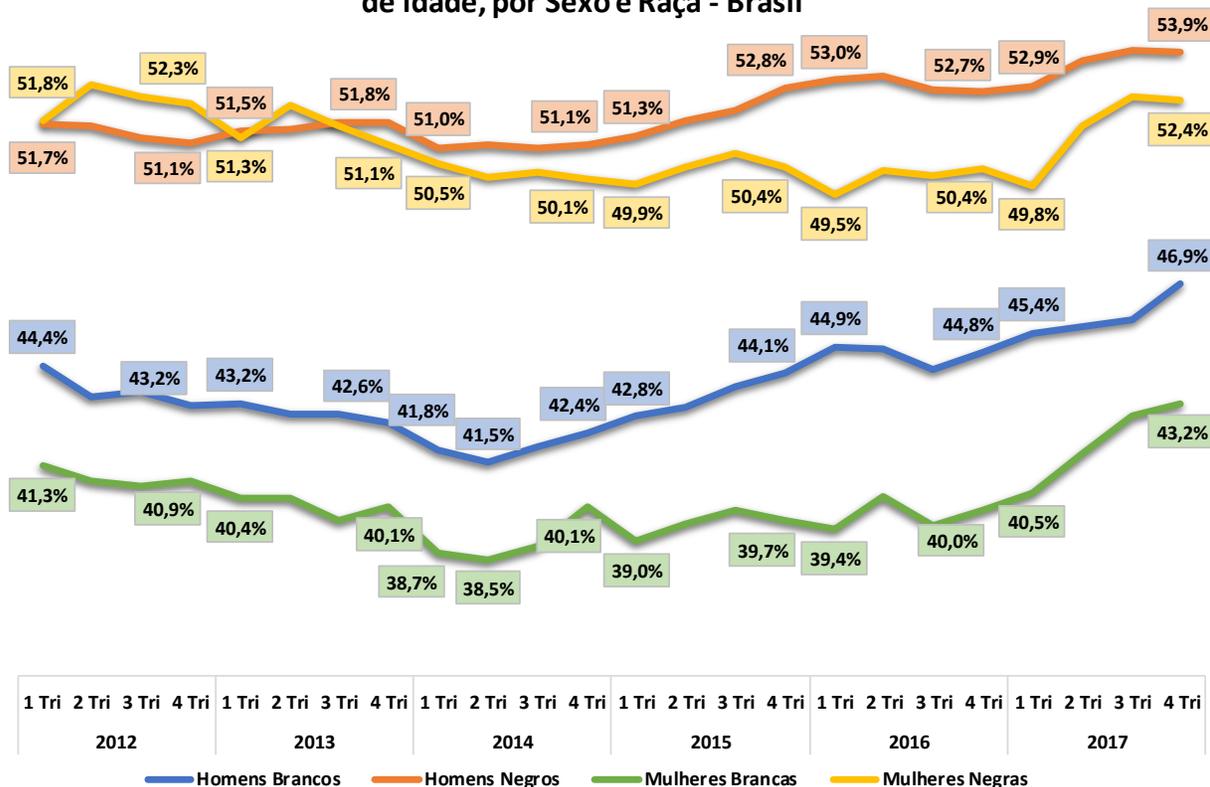
A informalidade<sup>2</sup> se manteve em todo o período para ambos os sexos. A elevação ocorreu justamente no ano de 2017 em que o emprego dá sinais de leve recuperação, colaborando com a tese de que o emprego que está sendo gerado neste ano é essencialmente informal. O trabalho informal cresceu entre os mais jovens e as pessoas acima de 60 anos, com grau de instrução fundamental e nos setores da construção civil, serviços e indústria.

Na comparação entre o 4º trimestre de 2014 e 2017, o trabalho formal entre os homens brancos caiu (-11,9%) e o informal cresceu (+5,7%); entre os homens negros o formal caiu (-7,1%) e o informal cresceu (+3,9%). Entre as mulheres brancas o trabalho formal caiu (-9,7%) e o emprego informal cresceu de forma menos intensa do que para os demais (+2,8%); já entre as mulheres negras o emprego formal cresceu levemente (+0,1%), entretanto, o emprego informal foi o que mais cresceu (+9,9%). Em três anos (2014 -2017) foram gerados 88.344 postos de trabalho para as mulheres, excluindo desse dado as empregadoras, entretanto, a informalidade cresceu; foram 1,182 milhão de postos de trabalho informais, enquanto o emprego formal caiu 1,094 milhão, o que significa que ocorreu um deslocamento do trabalho formal para o informal nestes três anos de forma bastante significativa. Do total de empregos informais criados, 82% foram ocupados por mulheres negras (Gráfico 5).

---

<sup>2</sup> Os informais são: empregados sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares sem remuneração.

**Gráfico 5 - Taxa de Informalidade das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, por Sexo e Raça - Brasil**



Fonte: IBGE - PNADC. Elaboração própria.

Em relação à posição na ocupação, o que se destaca no período analisado (entre o final de 2014 e o final de 2017) é a queda do emprego com carteira, especialmente para as mulheres brancas (-11,3%), para as mulheres negras a queda foi menor (-0,4%). O emprego com registro perdeu posição diante das demais modalidades de contratação: de 39,8% para 36,8% entre as brancas e de 32,2% para 30,5% entre as mulheres negras. Por outro lado, incrementou o emprego sem carteira, (+4,4%) para as mulheres negras e caiu para as mulheres brancas (-1,1%). A queda do emprego doméstico com carteira para negras e brancas, o crescimento do emprego doméstico sem registro para as mulheres negras (+11,7%) e o trabalho por conta própria, cujo crescimento foi bastante expressivo, tanto para as mulheres negras, quanto para as mulheres brancas, 17,6% e 10,0%, nessa ordem. Um dado que se destaca pela sua relevância é a expansão das empregadoras, os dados das MEI<sup>3</sup> indicam que essa modalidade cresceu 82,5% entre 2013 e 2017. A expansão do emprego entre as mulheres negras ocorreu em três posições: conta própria,

<sup>3</sup> MEI - Microempreendedor Individual. Em 2017 havia 3.438.650 mulheres nesta condição.

empregadoras e emprego doméstico sem carteira, enquanto entre as brancas ele ocorreu entre as trabalhadoras por conta própria e as empregadoras (Tabela 1).

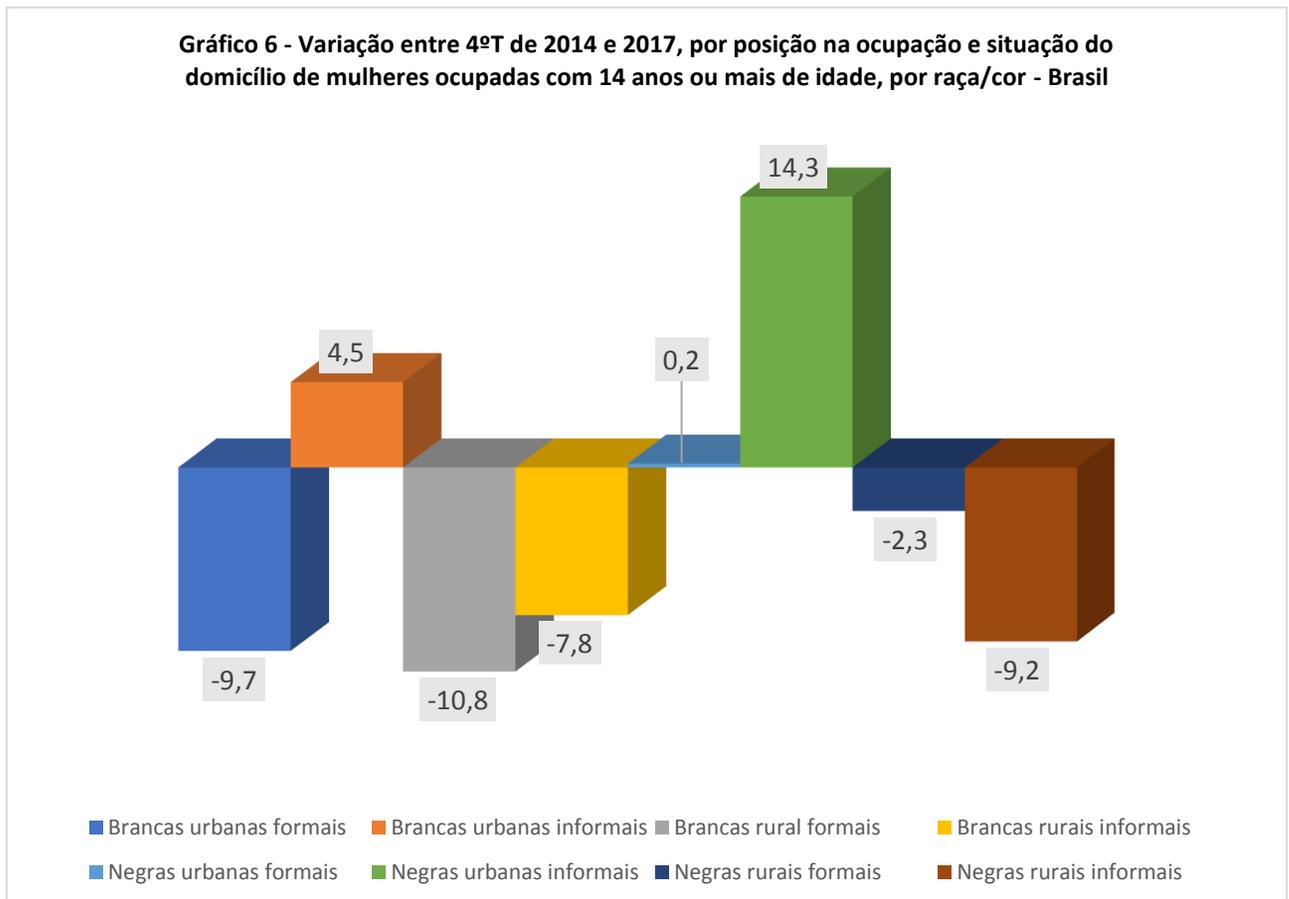
**Tabela 1**

<b>Varição do emprego por posição na ocupação de mulheres de 14 anos ou mais de idade, por cor/raça (%) - Brasil</b>		
<b>Posição na ocupação</b>	<b>Varição no 4ºT(2014-2017)</b>	
	<b>Negras</b>	<b>Branças</b>
Empregada com carteira	-0,4	-11,3
Empregada sem carteira	4,4	-1,1
Empregada doméstica com carteira	-1,2	-6,3
Empregada doméstica sem carteira	11,7	3,4
Setor público com carteira	-13,7	-20,9
Setor público sem carteira	9,1	-3,0
Militares e servidoras estatutárias	4,6	-3,6
Empregadoras	30,4	11,1
Conta própria	17,6	10,0
Trabalhadoras em atividade familiar	-13,2	-17,8
<b>Total</b>	<b>5,4</b>	<b>-4,1</b>

Fonte: PNADC - IBGE. Elaboração própria.

A condição de maior precariedade afetou, sobretudo, as mulheres urbanas em que os percentuais de informalidade são mais expressivos, quando comparados aos das trabalhadoras com domicílio no meio rural (Gráfico 6). A informalidade cresceu 4,5% entre as mulheres brancas e urbanas e 14,3% entre as mulheres negras e urbanas. E o trabalho formal só cresceu entre as mulheres negras e urbanas (0,2%).

**Gráfico 6 - Variação entre 4ºT de 2014 e 2017, por posição na ocupação e situação do domicílio de mulheres ocupadas com 14 anos ou mais de idade, por raça/cor - Brasil**



Fonte: IBGE - PNADC. Elaboração própria.

Entre as mulheres de cor branca e domicílio urbano cresceu o trabalho doméstico sem carteira (3,8%), as empregadoras (10,6%) e o trabalho por conta própria (9,8%). Entre as mulheres brancas e de domicílio rural, cresceu o trabalho por conta própria (12,3%) e as empregadoras (28,6%). Entre as mulheres negras urbanas o que mais se destaca é o crescimento do emprego sem registro (5,4%), do trabalho doméstico sem carteira (11,1%), do emprego no setor público sem carteira (15,2%), das empregadoras (30,1%) e do trabalho por conta própria (22,7%). Já entre as mulheres negras e de domicílio rural se destacam o emprego doméstico sem carteira (16,3%) e as empregadoras (35,2%) (Tabela 2).

Tabela 2

**Varição das mulheres ocupadas, por posição na ocupação e situação do domicílio com 14 anos ou mais de idade, por cor/raça - Brasil (%)**

	4º trimestre de 2014 e 2017			
	Urbana Branca	Rural Branca	Urbana Negra	Rural Negra
Empregado no setor privado com carteira	-11,1	-16,4	-0,1	-9,6
Empregado no setor privado sem carteira	-0,5	-7,9	5,4	-3,5
Trabalhador doméstico com carteira	-6,9	2,1	-0,9	-6,0
Trabalhador doméstico sem carteira	3,8	-0,1	11,1	16,5
Empregado no setor público com carteira	-20,4	-28,6	-12,2	-31,5
Empregado no setor público sem carteira	-2,6	-6,2	15,2	-16,3
Militar e servidor estatutário	-3,9	0,7	3,8	12,3
Empregador	10,6	28,6	30,1	35,2
Conta-própria	9,8	12,3	22,7	-7,4
Trabalhador familiar auxiliar	-8,1	-25,4	4,3	-25,0

Fonte: PNADC -IBGE. Elaboração própria.

O setor serviços foi o setor de atividade econômica que mais gerou postos de trabalho entre 2014 e 2017 (4º trimestre), exceto para as mulheres brancas, cujo emprego caiu. Esse setor foi responsável pela geração de 1,186 milhão de postos de trabalho entre as mulheres negras. Os segmentos que mais contribuíram para esse resultado foram: alojamento e alimentação; outros serviços, serviços domésticos e educação, saúde humana e serviços sociais.

As mulheres brancas reduziram sua presença desde o 4º trimestre de 2014 nas atividades ligadas a agricultura; indústria geral; informação, comunicação e atividade financeira; administração pública e ampliou em educação, saúde humana e serviços sociais; alojamento e alimentação. Mais de 50% das mulheres estão concentradas em três segmentos (comércio; atividades financeiras; educação, saúde humana e serviços sociais). Entre as mulheres negras o emprego caiu para as atividades agrícolas; indústria geral e administração pública. Para as demais ocorreu crescimento com predominância nos serviços domésticos; educação, saúde e serviços sociais; comércio e reparação, perfazendo, para estes três segmentos, 55,8% (Tabela 3).

Tabela 3

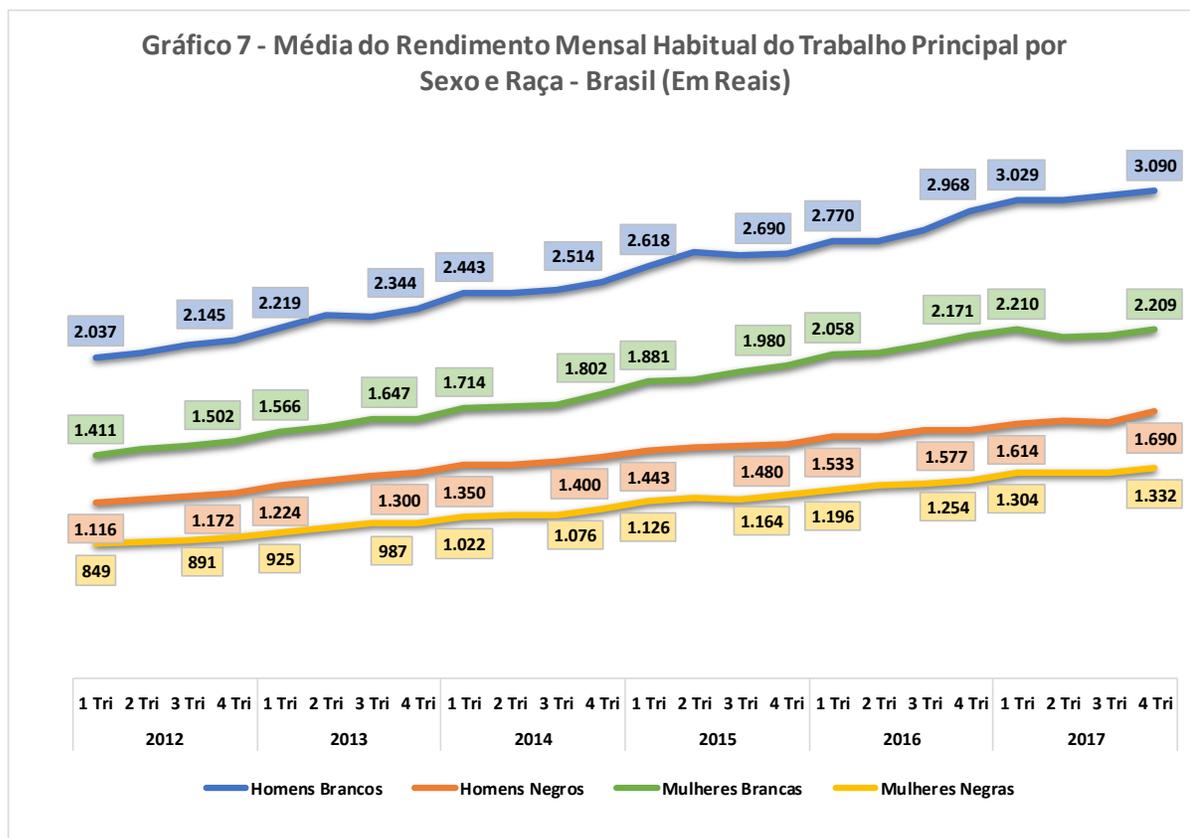
Total de pessoas ocupadas por atividade econômica, sexo e raça/cor - Quarto Trimestre do Ano - Brasil									
Sexo	Raça	Setor	2012	2013	2014	2015	2016	2017	~2014 - 2017
Homens	Branco	Agrícola	2.971.440	2.853.173	2.634.568	2.653.516	2.595.959	2.564.914	-2,6%
		Indústria geral	4.349.343	4.355.537	4.493.182	4.096.379	3.703.023	3.732.392	-16,9%
		Construção	2.662.874	2.767.925	2.658.233	2.622.825	2.367.720	2.311.872	-13,0%
		Serviços	14.036.499	14.127.937	14.066.420	14.557.427	14.363.920	14.352.935	2,0%
		Total	24.025.584	24.109.319	23.861.705	23.932.481	23.032.172	22.967.326	-3,7%
	Negro	Agrícola	4.949.838	5.215.908	4.709.881	4.708.696	4.528.430	4.190.717	-11,0%
		Indústria geral	4.202.461	4.106.531	4.318.812	3.975.783	3.750.363	3.978.122	-7,9%
		Construção	4.747.580	5.013.571	4.849.089	4.996.350	4.455.418	4.368.359	-9,9%
		Serviços	13.569.523	13.991.584	14.819.000	14.733.153	15.173.919	15.896.654	7,3%
		Total	27.472.832	28.333.849	28.701.381	28.421.535	27.909.650	28.454.113	-0,9%
Mulheres	Branca	Agrícola	963.878	897.849	805.335	806.704	755.424	726.368	-9,8%
		Indústria geral	2.473.347	2.416.288	2.494.083	2.321.578	2.117.063	2.154.466	-13,6%
		Construção	201.328	168.821	133.046	151.454	124.394	118.585	-10,9%
		Serviços	15.723.381	16.162.984	16.249.541	16.176.405	15.713.921	15.879.829	-2,3%
		Total	19.364.189	19.647.491	19.687.374	19.462.218	18.711.993	18.882.597	-4,1%
	Negra	Agrícola	1.255.215	1.333.810	1.190.616	1.115.678	973.504	917.972	-22,9%
		Indústria geral	2.031.917	1.936.941	1.992.265	1.873.581	1.744.126	1.971.275	-1,1%
		Construção	169.767	139.252	104.865	112.371	92.521	96.483	-8,0%
		Serviços	15.439.423	15.792.056	16.582.551	16.560.847	16.975.439	17.960.760	8,3%
		Total	18.899.345	19.203.713	19.872.210	19.667.411	19.786.823	20.947.884	5,4%

Fonte: PNAD Contínua - Elaboração Própria

## 5. Os rendimentos continuam menores entre as mulheres e os negros

O diferencial de rendimento médio mensal entre os sexos praticamente se manteve: as mulheres recebiam 75,5% do valor recebido pelos homens em 2014 e 75,6% em 2017. O contraste racial no mercado de trabalho se estende, também, à remuneração. Segundo o IBGE, as mulheres negras recebiam, em média, 43,1% do rendimento dos homens brancos no 4º trimestre 2017 (R\$ 1.332,00 contra R\$ 3.090,00) (Gráfico 7). Essa realidade praticamente não se alterou (em 2012, para o mesmo período, a diferença era de 41,5%).

A partir de 2015, o rendimento da população ocupada de cor negra passou a sofrer variação negativa, enquanto as pessoas de cor branca mantiveram o seu índice de rendimento positivo. Segundo o IBGE, no primeiro trimestre de 2017, as pessoas de cor preta passaram a receber 56% do rendimento médio das pessoas brancas, enquanto as pessoas pardas auferiram 55% desse valor. Em 2014, essas porcentagens eram 59% e 57%, respectivamente.



Fonte: IBGE - PNADC. Elaboração própria.

## 6. Microempreendedorismo feminino

No universo do empreendedorismo as mulheres representam 47,4% do total dos empreendimentos individuais. Elas são maioria entre os microempreendedores individuais da indústria (55%), serviços (52%), e comércio (51%). Entre 2013 e 2017 ocorreu um crescimento de 82,5% no número de microempreendedoras, passando de 1,884 para 3,438. Provavelmente, esse contingente de novas empreendedoras não saiu do emprego informal, uma vez que esse percentual praticamente não se alterou, sendo possível que muitas mulheres que estavam no emprego formal tenham migrado para estas novas formas de trabalho diante da crise econômica; mas também é possível que parte delas só tenha conseguido ingressar no mercado de trabalho porque havia essa porta de entrada (Tabela 4).

**Tabela 4**

<b>Evolução do número de empreendedores individuais</b>				
<b>Brasil: 2009, 2013, 2017</b>				
<b>Ano</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>(%)</b>	<b>Evolução(%)</b>
2009	21.590	47.517	45,4	
2013	1.884.402	4.008.726	47,0	777,3
2017	3.438.650	7.247.655	47,4	82,5

Fonte: Portal do Microempreendedor

**Tabela 5**

<b>Crescimento das atividades mais frequentes entre os MEI, do sexo feminino, entre 2013 e 2016</b>				
<b>Atividade</b>	<b>Sector</b>	<b>2016</b>	<b>2013</b>	<b>(%)</b>
Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	Comércio	540.315	322.503	67,5
Cabelereiros	Serviços	422.868	208.757	102,5
Outras atividades de tratamento de beleza	Serviços	154.262	102.056	51,2
Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo familiar	Indústria	123.662	58.484	111,4
Lanchonetes, casas de chá, sucos e similares	Serviços	117.166	63.938	83,2
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	Comércio	106.055	54.541	94,5
Comércio varejista de mercadorias em geral	Comércio	78.465	46.645	68,2
Confecção sob medida de peças de vestuário, exceto roupas íntimas	Indústria	76.522	49.920	53,3
Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	Indústria	72.383	38.089	90,0
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	Serviços	72.287	43.023	68,0

Fonte: Sebrae

Dentre as principais atividades realizadas pelas mulheres, destacam-se as dez em que há maior participação (Tabela 5). No intervalo entre 2013 e 2016, as mulheres se mantiveram nas mesmas atividades e todas apresentaram crescimento expressivo: cabelereiras (102,5%); fornecimento de alimentos preparados (111,4%); comércio varejista de cosméticos (94,5%); lanchonetes (83,2%) e confecção de peças de vestuário (90,0%). Várias destas atividades encobrem relações de trabalho fraudulentas uma vez que se verifica a existência de relações de subordinação, assiduidade características de um vínculo formal de trabalho, entretanto, as mulheres são intimidadas a prestarem serviços

na condição de pessoa jurídica para não caracterizar vínculo, da mesma forma em relação ao trabalho a domicílio, especialmente para o setor de confecções.

## 6. Conclusão

As políticas de austeridade fiscal vêm alterando de maneira profunda a condição de vida da maioria da população brasileira, especialmente as mulheres, promovendo um grande retrocesso econômico e social. Esses últimos três anos contrastam com o ciclo de prosperidade econômica que se estendeu de 2003 a 2014 e foi acompanhado de uma importante dinamização do mercado de trabalho, com efeitos muito positivos sobre os estratos mais pobres da população e sobre os assalariados em geral. Dentre os diferentes avanços dessa etapa de crescimento econômico com inclusão social, o aumento do emprego formal e a redução das taxas de desemprego, ao lado da elevação dos salários reais e a redução da pobreza, foram talvez as mais importantes conquistas do período.

Contudo, nos últimos três anos essa dinâmica se alterou, comprometendo os resultados alcançados em termos de ampliação do emprego formal, redução das desigualdades, ampliação da renda e diminuição da pobreza. Ingressaram no mercado de trabalho 3,151 milhões de mulheres entre 2014 e 2017; no entanto, o mercado de trabalho absorveu apenas 270.897. Entre 2012 e 2014 foram gerados 1.123,193 de empregos com carteira, ao passo que no período da crise, entre 2015 e 2017, houve redução de 906.726 postos de trabalho formais, retrocedendo aos patamares de 2012.

Com a baixa absorção de mulheres na ocupação os indicadores de desemprego se elevaram. Entre os anos de 2012 e 2017, o menor percentual de mulheres desempregadas foi registrado em 2014 com a taxa de 6,2% para as mulheres brancas e 9,2% para as mulheres negras, mesmo assim superior às taxas masculinas. No 1º trimestre de 2017 a taxa alcançou seu maior percentual quando evoluiu para 12,4% para as mulheres brancas e 18,9% para as mulheres negras. Entre o final de 2014 e o final de 2017, o desemprego entre as mulheres brancas cresceu, mas menos do que entre as mulheres negras. Por outro lado, o emprego informal cresceu entre as mulheres, sendo que a taxa de informalidade entre as negras passou de 50,1% para 52,4% e entre as mulheres brancas de 40,1% para 43,2%, entre 2014 e 2017.

Portanto, as elevadas taxas de desemprego e a expansão da informalidade são indicações de perdas e retrocessos em relação à força de trabalho, e podem ser consideradas questões que precisam ser enfrentadas na atualidade. Os empregos gerados para as mulheres estão concentrados no emprego doméstico sem carteira, no trabalho por conta própria e de empregadoras que nada mais é do que a microempreendedora individual. Entre 2013 e 2016, as ocupações que mais cresceram entre as microempreendedoras foram: cabelereiras, fornecedoras de alimentos preparados e confecção de peças de vestuário, isto é, atividades predominantemente realizadas no próprio ambiente do domicílio, em conciliação com as tarefas domésticas e de cuidados. A continuidade dessa política econômica, junto com as reformas aprovadas, tende a aprofundar ainda mais a informalidade. E o fosso salarial continua: no final de 2017, 46,8%

das mulheres negras ocupadas recebiam apenas 1 salário mínimo, enquanto entre os homens brancos o percentual era de 17,3%.

### **Referências bibliográficas**

DIEESE. *Boletim de Conjuntura*, n. 11, São Paulo, julho de 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2017/boletimConjuntura011.html>>. Acesso em: 21/11/2017.

IPEA. *Boletim Mercado de Trabalho - conjuntura e análise*, n. 63, Brasília, outubro 2017. Em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=31396](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31396)>. Acesso em: 21/11/2017.

TEIXEIRA, Marilane O. *Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013*. Campinas: Unicamp, 2017. (Tese, Doutorado em Desenvolvimento Econômico).

*Marilane Oliveira Teixeira* é doutora em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e assessora sindical na área de relações de trabalho e gênero.

## **Retrato do desemprego juvenil no Brasil e no Ceará nos anos de 2004 e 2014**

*Thais Leite Galvão e Silvana Nunes de Queiroz*

### **Introdução**

As transformações econômicas e sociais nas décadas de 1980 e 1990 afetaram a juventude no Brasil, dado o baixo ritmo de crescimento econômico e também o processo de desestruturação do mercado de trabalho. Nos anos de 2004 a 2008, houve recuperação do emprego formal e redução do emprego informal, mas beneficiou os adultos muito mais que os jovens (OIT, 2009).

O desemprego atinge principalmente os jovens e no caso do Brasil, isso se torna mais intenso pela fragilidade na preparação dos mesmos para o mercado de trabalho. Os jovens são a classe de trabalhadores mais sujeita a encontrar trabalhos precários, tornando-se uma preocupação das políticas de emprego atualmente (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013).

Tokman *et al.* (2003) identificam quatro causas mais comuns para o desemprego juvenil. A primeira se trata do crescimento econômico insuficiente, porque um baixo ritmo de crescimento gera expansão no desemprego que afetará principalmente a juventude. A segunda causa são as exigências e as expectativas dos jovens em relação ao emprego esperado, pois existe grande interesse em empregos melhores e com salários maiores, o que faz com que os jovens permaneçam mais tempo a procura de trabalho. A terceira causa é a insuficiência de capital humano, tanto de experiência como de educação. E a última causa são os fatores relacionados com a rigidez do mercado de trabalho, e principalmente os custos para contratações, demissões e os níveis de salários.

A Organização Internacional do Trabalho (2009) reforça e corrobora com a importância da realização desses estudos, ao afirmar que é importante desenvolver pesquisas sobre esse tema, tanto pela contribuição que esses estudos podem dar para o desenvolvimento econômico, como para ajudar a desenvolver políticas públicas que contribuam na diminuição nas taxas altíssimas de desemprego juvenil, mesmo em países já desenvolvidos economicamente.

Diante de tal contexto e da relevância do tema, este artigo analisa o desemprego juvenil no Brasil. O Ceará foi escolhido por diversos motivos, primeiro, poucos trabalhos foram desenvolvidos com essa temática para esse estado, que possui 26% da população com idade de 15 a 29 anos, superando a média nacional que é de 24,1% em 2014. Portanto, esse estudo pretende retratar o desemprego juvenil no Brasil e no Ceará em 2004 e 2014. Para o alcance desses objetivos, os microdados da amostra da PNAD 2004 e 2014 são a principal fonte de informações.

O estudo está dividido em seis seções, além dessa introdução. A primeira seção apresenta brevemente a metodologia adotada. A segunda e a terceira contextualizam

estudos sobre o desemprego juvenil publicados na literatura internacional e nacional. A quarta e a quinta retratam a mudança no volume e no perfil sociodemográfico e socioeconômico dos jovens desempregados no Brasil e no Ceará, em 2004 e 2014. A última seção apresenta a conclusão do estudo.

## **1. Definições metodológicas**

Os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2004 e 2014, são a principal fonte de informações. Portanto, faz-se a análise do retrato do desemprego juvenil no Brasil e no Ceará ao longo de dez anos.

### Trabalho e desemprego

População em Idade Ativa (PIA) - pessoas com 10 anos ou mais de idade no período de referência. A PIA é composta pela População Economicamente Ativa (PEA) e pela População Não Economicamente Ativa (PNEA).

$$PIA = PEA + PNEA$$

Considerou-se como População Economicamente Ativa - a população com 10 anos ou mais de idade ocupada com remuneração e a ocupada sem remuneração que trabalhou menos de 15 horas por semana, mais as pessoas desempregadas **que procuraram** emprego num período de referência. A PEA inclui, portanto, a População Ocupada (PO) e a População Desempregada (PD). Os conceitos e operacionalização para o cálculo desses indicadores serão apresentados logo adiante.

$$PEA = PO + PD$$

Já a População Não Economicamente Ativa (PNEA) foi definida como as pessoas com 10 anos ou mais de idade **não empregadas e que não procuraram** trabalho no período de referência.

A partir da PEA definiu-se como População Ocupada (PO) aqueles com 10 anos ou mais de idade ocupados com remuneração e os ocupados sem remuneração que trabalharam 15 horas ou mais por semana.

Considerou-se como População Desempregada (PD) aqueles com 10 anos ou mais de idade que declararam estar desempregados, mas **procuraram** emprego num período de referência (30 dias). A Taxa de Desemprego é calculada pela razão entre a População Desempregada (PD) e a População Economicamente Ativa (PEA).

$$Taxa\ de\ Desemprego = \frac{PD}{PEA} * 100$$

É preciso destacar que todos os indicadores apresentados acima, foram calculados para aqueles com 15 a 29 anos de idade, população alvo desse estudo. Isto porque, o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), considera como jovem, a população neste intervalo etário (CNJ, 2006).

## 2. O desemprego juvenil na literatura internacional

Beyer (1998) procurou estudar a situação dos jovens no mercado de trabalho no Chile. O estudo mostra que existe pelo menos três fatores que influenciam o desemprego juvenil nesse país. Uma baixa educação aumenta a probabilidade de ficar desempregado. O segundo são os regulamentos no mercado de trabalho, principalmente o salário mínimo que tem um efeito considerável sobre o desemprego juvenil; e o terceiro é o desemprego voluntário, que é quando o jovem espera por melhores oportunidades que atendam às suas reivindicações trabalhistas.

O Ministério do Trabalho da Argentina (2004) revelou que os jovens são o grupo social mais vulnerável e os que mais sofrem com o desemprego no país. As chances de um adulto ficar empregado são três vezes maiores do que os jovens. No terceiro trimestre de 2004, as mulheres jovens eram as que possuíam menos instrução, e por isso são as mais afetadas pelo desemprego. Assim, os jovens são o grupo da sociedade que possuem problemas graves de inserção no mercado de trabalho.

Conforme Rigo (2010), uma das razões para o aumento do desemprego na Argentina é a diminuição das indústrias na região metropolitana de Buenos Aires, e a política de aumento de impostos implementado pelo governo, que causou a migração de empresas para países vizinhos, impactando sobre o aumento do desemprego, principalmente para os trabalhadores jovens. Esse estudo também mostra que quando os jovens saem em busca de emprego, em geral, não conseguem continuar os estudos e nem cursar uma faculdade, o que os obriga a se dedicarem ao trabalho, causando redução na possibilidade de progresso no futuro.

O trabalho de Garcia (2011) indica deficiências no sistema de ensino e no mercado de trabalho na Espanha, o que explica o desemprego relativamente alto dos jovens. A taxa de desemprego dos jovens de até 25 anos foi mais do que o dobro da dos trabalhadores de mais de 25 anos, nos últimos quatro anos da primeira década do século XXI. O estudo também mostrou que o jovem com ensino superior reduz a chance de ficar desempregado em 20%.

De acordo com o estudo de Dietrich (2012), na Europa, em 2012, a média do desemprego juvenil era de 22%. Na Grécia e na Espanha essa taxa era de 50%; na Bulgária, Itália, Portugal e Eslováquia eram de 30%. Essa crescente taxa, em muitos países da Europa, foi causada pela crise financeira e econômica global de 2007-2010.

Segundo Hoz (2012), na Colômbia, quando a renda familiar do jovem é baixa, existe uma forte tendência para que o mesmo sofra restrições ao entrar no mercado de trabalho. E quanto maior for o nível de educação e qualificação do jovem, mais chances eles possuem de conseguir trabalho, melhores salários e acumulação de capital humano.

No caso dos Estados Unidos, de acordo com Ayres (2013), em abril de 2013, a taxa de desemprego juvenil foi de 16,2%, o que representa mais do que o dobro da taxa de

desemprego no país. O estudo também mostrou que a média da taxa de desemprego para adolescentes é de 25,1%, mas essa taxa é de 43,1% para adolescentes negros.

Sá (2014) abordou uma análise comparativa do desemprego juvenil entre Portugal e a União Europeia, através de estatísticas descritivas e do modelo de previsão ARIMA, para prever a taxa de desemprego jovem futura. O autor verificou que vários países da União Europeia sofrem com taxas de desemprego exorbitantes, principalmente a partir de 2008, sendo reflexo da crise que ocorreu neste mesmo ano. Portugal foi um dos países da União Europeia que apresentaram taxas altíssimas de 16% de desempregados, sendo que os jovens sem emprego e sem perspectivas futuras de conseguir trabalho, em 2012, chegaram perto dos 40% do total dos jovens de 15 a 24 anos de idade. No estudo foi previsto para 2015 uma taxa de 60% de desemprego juvenil para esse país.

### **3. O desemprego juvenil na literatura nacional**

Pochmann (2000) obteve resultados que mostram que os jovens possuem dificuldade para acessar o mercado de trabalho brasileiro, dado que esta classe de trabalhadores se tornou mais fragilizada em relação às outras faixas etárias, ao estarem mais propensos a empregos precários e/ou desemprego.

Flori (2003) indica que os jovens se mostraram com uma alta rotatividade no mercado de trabalho no Brasil, observada ao longo do tempo (1983 a 2002), sendo um dos principais motivos para as taxas de desemprego juvenil serem superiores as demais faixas etárias.

Bastos (2005) aborda o desemprego dos jovens na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período entre 1993 a 2003. O estudo mostrou uma tendência de aumento da taxa de desemprego juvenil no mercado de trabalho na RMPA. Isso aconteceu porque o crescimento da quantidade da força de trabalho dos jovens foi superior ao número de postos de trabalho, o que ocasionou elevação do desemprego.

Braga (2006) procurou analisar as faces da exclusão que atinge a juventude, diferenciando desigualdades no padrão de inserção ocupacional e no desemprego desta classe, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e de Salvador. Com base nos dados da PED (DIEESE/SEADE), as conclusões foram de que o desemprego atinge principalmente jovens pobres, negros e mulheres jovens.

Reis e Camargo (2007) utilizando dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), para o período de 1981 a 2002, investigaram a hipótese de que a estabilização da inflação teria aumentado a taxa de desemprego dos jovens de maneira mais dura do que os adultos. Os resultados mostraram que a redução na taxa de inflação gerou aumento na taxa de desemprego agregada, aumentando principalmente para jovens com idade entre 18 e 20 anos. Os autores concluíram também que para os jovens semiqualeificados, os impactos da estabilização da inflação foram maiores em relação ao desemprego e a duração média do trabalho.

Andrade (2008) analisou a situação do jovem no mercado de trabalho brasileiro. Os dados da PNAD mostraram que o desemprego dos jovens é expressivamente maior do que o do resto da população. Embora nos últimos anos tenha aumentado a escolaridade dos jovens e exista melhores condições de trabalho, na oferta de emprego não foram observados aumentos correspondentes.

Silva (2009) fez uma análise das políticas públicas voltadas para o trabalho juvenil, tendo como destaque o Projeto Primeiro Passo do estado do Ceará, criado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). O estudo mostrou que as ações desenvolvidas pelo referido projeto, proporcionou ganhos sociais, e despertou nos jovens expectativas de possibilidade de inserção no mercado de trabalho, através da qualificação e experiência adquiridas no projeto.

Corseuil *et. al.* (2013) procuraram promover uma visão ampla sobre o mercado de trabalho juvenil, por meio da abordagem de fluxos, em que foram utilizados métodos de medida de entrada e de saída dos trabalhadores dos empregos, ou seja, contratações e demissões simultaneamente. Os dados utilizados foram da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no qual são registrados anualmente os dados de contratações e demissões em todo o país. Com o estudo notou-se que os trabalhadores jovens possuem altas taxas de entrada e de saída do emprego no Brasil. Assim, para esse grupo, as taxas de contratação como também de desligamento do trabalho são elevadas.

Borges (2014) avalia as mudanças mais significativas no mercado de trabalho juvenil nas principais regiões metropolitanas do Brasil. Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), conclui que o mercado de trabalho brasileiro teve melhoras nos últimos anos, mesmo que se tenha observado diminuição de alguns índices. Entretanto, aumentou os jovens que somente estudam e não estudam e nem trabalham.

No caso do Brasil, existe alta taxa de desemprego juvenil, conjugada com a elevada rotatividade no mercado de trabalho, a partir de um alto índice de contratações de jovens, e de demissões, muito mais elevado comparado aos adultos. Segundo Nery (2015), quase metade (48,5%) dos desligamentos em 2013 se deram entre trabalhadores com menos de 29 anos.

Em síntese, constata-se que os jovens sofrem mais que os adultos na busca de emprego, não somente no Brasil, mas em diversos países. A falta de oportunidades e a deficiência na formação e especialização desses jovens são os principais motivos de um índice de desemprego juvenil elevado em alguns países.

#### **4. Volume de jovens desempregados**

Esta seção retrata o desemprego juvenil no Brasil e no Ceará, nos anos de 2004 e 2014, a partir do perfil sociodemográfico e socioeconômico dos desempregados com idade de 15 a 29 anos. A Tabela 1 mostra queda de 2,2% no contingente populacional nessa faixa etária no Brasil, e de 0,7 no Ceará. Isso se deve a dinâmica demográfica, vivida atualmente

no Brasil e em vários países, que estão passando pela transição de uma população jovem para uma mais madura, fato relacionado a queda na taxa de fecundidade e aumento na esperança de vida.

**Tabela 1. Jovens de 15 a 29 anos: População, PEA, Ocupados e Desempregados. Brasil e Ceará - 2004/2014**

População	Brasil			Ceará		
	2004	2014	Variação 2004/2014	2004	2014	Variação 2004/2014
População	50.053.194	48.962.173	-2,2	2.317.137	2.300.480	-0,7
Pop. Economicamente Ativa	34.713.016	32.580.276	-6,1	1.538.419	1.392.590	-9,5
Ocupados	29.499.718	28.169.603	-4,5	1.336.721	1.208.492	-9,6
Desempregados	5.213.298	4.410.673	-15,4	201.698	184.098	-8,7
<b>Taxa de desemprego</b>	<b>15,0</b>	<b>15,7</b>	<b>4,3</b>	<b>13,1</b>	<b>13,2</b>	<b>0,8</b>

Fonte: IBGE. PNADs 2004 e 2014. Elaboração própria a partir dos microdados.

Com relação à População Economicamente Ativa jovem (15 a 29 anos), esta declinou 6,1% no Brasil. No Ceará também houve declínio na PEA jovem de 9,5%. O declínio na PEA está relacionado com o declínio da população jovem nos últimos anos, devido ao processo de transição demográfica que reduz os jovens com idade de trabalhar. O número de jovens ocupados no Brasil arrefeceu em 4,5% de 2004 para 2014. No Ceará essa variação negativa foi maior (9,6%). Uma das causas dessa queda tanto no Brasil quanto no Ceará foi o aumento de jovens nas universidades e cursos técnicos. Assim, os jovens acabam adiando a entrada no mercado de trabalho, e ficam mais preparados para concorrer às vagas com salários possivelmente mais altos. É importante considerar a faixa etária de 15 a 17 anos, responsável por boa parte da queda na taxa de ocupados, pois segundo Furtado (2016), houve grande avanço na escolarização desta faixa etária, em virtude de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o Pró-Jovem e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que possuem a frequência escolar como requisito de participação.

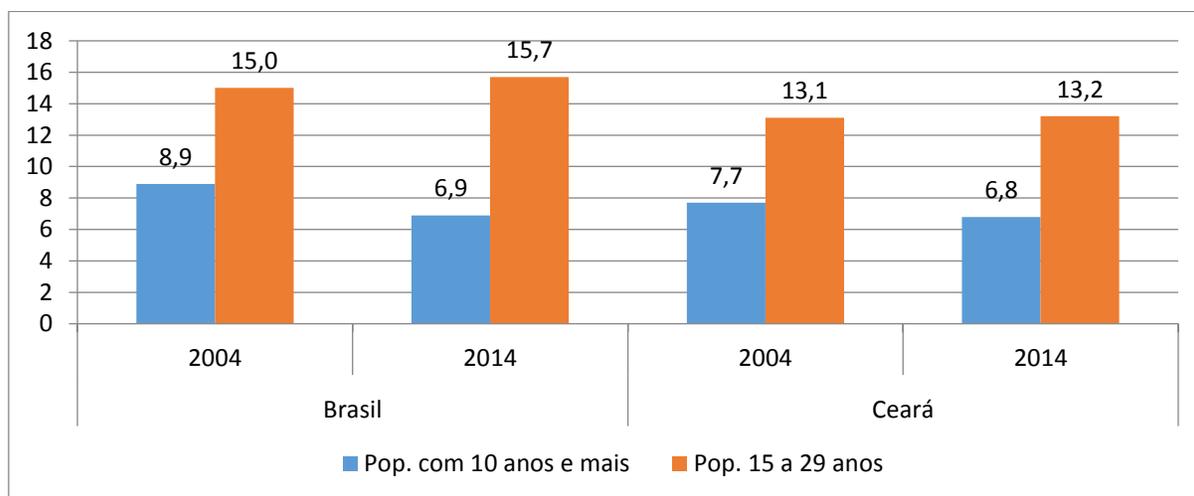
Em 2004, no Brasil, os jovens desempregados somavam 5.213.298 milhões e em 2014 este número declinou para 4.410.673, totalizando uma saída de 802.625 jovens do desemprego. O mesmo ocorreu no Ceará, dado que em 2004 havia 201.698 jovens desempregados e passando para 184.098 em 2014, totalizando uma saída de 17.600 jovens da situação de desempregado. Os investimentos públicos em programas e projetos voltados para a inserção dos jovens no mercado de trabalho tiveram importante participação na queda absoluta no total dos desempregados jovens, tanto no Brasil como no Ceará. A maior escolarização dos jovens também contribuiu para o aumento da participação dos empregos formais (FURTADO, 2016).

A taxa de desemprego jovem no Brasil em 2004 era de 15% e em 2014 passou para 15,7%, com variação relativa de 4,3%. Já no Ceará, era de 13,1% em 2004 e praticamente manteve-se estável (13,2%) em 2014, tendo variação relativa de 0,8% no referido intervalo (Tabela 1). Ademais, para Furtado (2016), o aumento do salário mínimo nos últimos anos, o alto custo de um funcionário, muitas vezes faz com que contratantes prefiram pessoas com

mais experiência por jugarem ser mais produtivos, conduzindo o jovem ao desemprego ou informalidade.

O Gráfico 1 mostra de maneira específica as taxas de desemprego da população com 10 anos ou mais e a Taxa de Desemprego da População Jovem (15 a 29 anos), no Brasil e no Ceará, em 2004 e 2014. No Brasil, a taxa de desemprego do jovem em 2004 (15%) era muito mais elevada que a taxa geral de desemprego (8,9%). Em 2014, a taxa de desemprego jovem aumentou (15,7%), tornando-se mais que o dobro da taxa geral de desemprego que decresceu (6,9%). No Ceará, em 2004, a taxa de desemprego jovem (13,1%) era superior a taxa de desemprego geral (7,7%). Já em 2014, a taxa de desemprego para o jovem aumentou (13,2%), sendo quase duas vezes mais elevada que a taxa de desemprego geral no Ceará (6,8%).

**Gráfico 1. Taxa de Desemprego da População com 10 anos e mais e Taxa de Desemprego da População Jovem (15 a 29 anos). Brasil e Ceará - 2004/2014**



Fonte: IBGE. PNADs 2004 e 2014. Elaboração própria a partir dos microdados.

Ao analisar a dinâmica, observa-se que a taxa do desemprego jovem cresceu, tendo um comportamento inverso a taxa de desemprego geral que decresceu, tanto no Brasil quanto no Ceará. Em todas as taxas e anos analisados, o Ceará sempre apresenta percentuais inferiores à média brasileira, entretanto, em 2014, quase se igualam na taxa de desemprego geral.

Para Cabanas, Komatsu e Filho (2014), um dos motivos para a queda da participação dos jovens no mercado de trabalho é uma forte dependência em relação a renda domiciliar, dado que os jovens abrem mão de trabalhar para se dedicar aos estudos e passam a depender da renda dos pais. É também provável que a alta rotatividade dos jovens no emprego afete as estatísticas de desemprego, visto que a entrada e saída de emprego em um espaço muito pequeno de tempo faz com que as taxas de desemprego oscilem constantemente (CORSEUIL et. al, 2013).

## 5. Perfil sociodemográfico e socioeconômico dos jovens desempregados

Quanto ao perfil sociodemográfico e socioeconômico dos jovens desempregados, a Tabela 2 revela que tanto no Brasil quanto no Ceará, a maioria é do sexo feminino. Em 2004, no país, o total de jovens desempregados homens era de 43,56% e aumenta sutilmente para 44,56% em 2014. Já as mulheres, em 2004, representavam 56,44% e arrefece discretamente para 55,44%, em 2014. No estado do Ceará, essa dinâmica foi mais marcante, sendo que, em 2004, os desempregados jovens do sexo masculino representavam 45,15% aumentando para 48,50% em 2014. Já as mulheres, representavam 54,85% e declinam para 51,50%. No Ceará a taxa de desemprego jovem feminino é menor se comparada com a média do Brasil, nos dois períodos analisados, mostrando que o Estado está paulatinamente rompendo com a desigualdade de gênero.

**Tabela 2 – População de 15 a 29 anos desempregada, por sexo - Brasil e Ceará - 2004/2014 (%)**

Sexo	Brasil		Ceará	
	2004	2014	2004	2014
Masculino	43,56	44,56	45,15	48,50
Feminino	56,44	55,44	54,85	51,50
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. PNADs 2004 e 2014. Elaboração própria a partir dos microdados.

Embora a diferença na taxa de desemprego entre os sexos tenha diminuído, a situação ainda permanece. Os motivos pelos quais as mulheres são maioria na população de 15 a 29 anos em situação de desemprego é devido em grande parte ao fato de que elas permanecem mais tempo no sistema educacional e também por discriminação de gênero, pois mesmo com escolaridade superior a dos homens jovens, as mulheres jovens são a maioria sem ocupação (FURTADO, 2016). Outro determinante é a ocorrência de gravidez precoce que prejudica a inserção da jovem no mercado de trabalho (MENDONÇA; LIMA; LÍRIO, 2012).

A Tabela 3 mostra a população de 15 a 29 anos desempregada, por grupos de anos de estudo, no Brasil e Ceará, em 2004 e 2014. Os jovens brasileiros desempregados que não possuem instrução ou menos de um ano de estudo eram 2,16% em 2004 e arrefeceu para 1,38% em 2014. No Ceará eram 3,73% em 2004 passando para 1,9% em 2014. Já os que possuíam de 1 a 3 anos de estudos, eram 4,27% e caindo para 1,84% no Brasil, entre 2004/2014. No estado do Ceará, eram de 6,47% em 2004 aumentando para 15,55% em 2014. Os poucos anos de estudos podem dificultar ainda mais a entrada do jovem no mercado de trabalho, principalmente se for o primeiro emprego.

**Tabela 3 – População de 15 a 29 anos desempregada, por grupos de anos de estudo. Brasil e Ceará - 2004/2014** (%)

Grupos de anos de estudo	Brasil		Ceará	
	2004	2014	2004	2014
Sem instrução e menos de 1 ano	2,16	1,38	3,73	1,90
1 a 3 anos	4,27	1,84	6,47	15,55
4 a 7 anos	23,23	15,55	20,93	8,41
8 a 10 anos	33,36	32,11	29,91	16,82
11 a 14 anos	34,52	44,13	35,70	46,30
15 anos ou mais	1,89	4,74	2,68	8,01
Não determinado	0,57	0,24	0,58	3,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. PNADs 2004 e 2014. Elaboração própria a partir dos microdados.

Os jovens desempregados com 4 a 7 anos de estudos no país eram 23,23% em 2004 arrefecendo para 15,55% em 2014. No Ceará eram 20,93% em 2004 e diminuiu significativamente para 8,41% em 2014. Essa queda reflete-se na baixa taxa de analfabetismo que diminuiu ao longo dos anos para pessoas jovens (IBGE, 2015), explicando o declínio dos jovens desempregados com poucos anos de estudos. Por sua vez, os jovens desempregados com 8 a 10 anos de estudos no país, ou seja, com ensino fundamental incompleto ou completo, representavam 33,36% em 2004 arrefecendo ligeiramente para 32,11% em 2014. Já no Ceará, representavam 29,91% em 2004 e caindo expressivamente para 16,82% em 2014. A grande quantidade de vagas oferecidas que exigem uma escolaridade menor, faz com que esses jovens encontrem empregos com mais facilidade, embora remunerem menos, tenha altas taxa de rotatividade e muitas vezes na informalidade (CORSEUIL et al, 2013).

Contudo, no que se refere aos desempregados que têm de 11 a 14 anos de estudos, aumentaram de 34,52% em 2004 para 44,13% em 2014, no Brasil. O Ceará seguiu a mesma dinâmica, ao passar de 35,70% em 2004 para 46,30% em 2014. Jovens desempregados com 11 a 14 anos de estudos representam a maioria nacional e cearense. Portanto, o desemprego é notadamente concentrado naqueles que terminaram pelo menos o ensino fundamental ou o ensino médio. Por outro lado, a quantidade de jovens com mais de 15 anos de estudos representa uma porcentagem relativamente pequena dos jovens desempregados, e aumentou, tanto no Brasil (de 1,89% em 2004 para 4,74% em 2014) quanto no Ceará (2,68% em 2004 para 8,01% em 2014).

Assim, o desemprego aumentou até para os jovens escolarizados, que possuem de 11 a 14 anos de estudos e 15 anos ou mais, mostrando que mesmo com o aumento de oportunidades e facilidade para a continuação dos estudos, as políticas públicas criadas para atender os jovens, não são garantias para a inserção de todos no mercado de trabalho. Por isso, uma maior quantidade de jovens obtendo diplomas, deve ser acompanhada por uma maior qualidade na educação, desde a pré-escola até a pós-graduação. Além de políticas que subsidiem a contratação de jovens recém-formados.

A Tabela 4 mostra a população de 15 a 29 anos desempregada, por raça/cor, no Brasil e no Ceará, em 2004 e 2014. No tocante ao Brasil, constata-se queda nos desempregados jovens da raça/cor branca, que era 45,36% em 2004 e passou para 38,52% em 2014. Por outro lado, aumentou o desemprego para aqueles da raça/cor preta que, em 2004, era de 8,19%, e passou para 11,72%, em 2014. Ademais, também cresceu o desemprego para a raça/cor parda, que era 45,91% em 2004 e passou para 49,17%. No Ceará essa dinâmica foi semelhante, sendo que a raça/cor branca (29% em 2004 e 27,44% em 2014); já a raça/cor preta teve uma pequena queda, ao passar de 3,82% em 2004 para 3,54% em 2014. A parda cresceu de 67,07% em 2004 para 68,84% em 2014. As demais classificações não atingem a 1% da população.

**Tabela 4 - População de 15 a 29 anos desempregada, por raça/cor  
Brasil e Ceará - 2004/2014**

Raça/Cor	Brasil		Ceará	
	2004	2014	2004	2014
Branca	45,36	38,52	29,00	27,44
Preta	8,19	11,72	3,82	3,54
Amarela	0,30	0,27	0,00	0,00
Parda	45,91	49,17	67,07	68,84
Indígena	0,23	0,31	0,11	0,18
Sem declaração	0,01	0,01	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. PNADs 2004 e 2014. Elaboração própria a partir dos microdados.

Essa dinâmica é explicada devido ao fato de que a maioria das pessoas com incidência de pobreza e indigência, apesar de ter diminuído nos últimos anos, serem da raça/cor parda e preta (IPEA, 2011). Assim, esses jovens acabam não tendo as mesmas oportunidades e chances de se dedicar apenas aos estudos, como os jovens que participam de família de classe mais elevada, além de diversos problemas relacionados a pobreza. Outro fator relevante é o preconceito e racismo, que apesar de ser crime, acaba se camuflando na sociedade (CICONELLO, 2008).

A Tabela 5 mostra a população de 15 a 29 anos desempregada, por posição no domicílio (Brasil e Ceará), nos anos de 2004 e 2014. No Brasil os jovens desempregados como pessoas de referência eram 7,24% em 2004 e aumentam para 10,13% em 2014. No Ceará eram 7,85% em 2004 e ascendem para 12,04% em 2014. Mesmo com esse crescimento, a taxa de jovens desempregados que são pessoas de referência, ainda é baixa devido às responsabilidades de manter um lar, assim faz com que esses jovens possam ter uma baixa seletividade na escolha de ofertas de trabalho, motivados por elevados custos de procura por emprego e os prejuízos decorrentes do desemprego para a família (SILVA; KASSOUF, 2002).

**Tabela 5 - População de 15 a 29 anos desempregada, por posição no domicílio  
Brasil e Ceará - 2004/2014**

Posição no domicílio	Brasil		Ceará	
	2004	2014	2004	2014
Pessoa de referência	7,24	10,13	7,85	12,04
Cônjuge	13,56	11,60	9,73	10,82
Filho(a)	66,84	63,97	66,93	64,86
Outros	12,36	14,31	15,48	12,29
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. PNADs 2004 e 2014. Elaboração própria a partir dos microdados.

Os jovens desempregados cônjuges representavam 13,56% em 2004 e arrefecem para 11,60% em 2014, no Brasil. Já no Ceará, essa porcentagem aumentou de 9,73% para 10,82% em 2014. A baixa taxa de cônjuges se dá pela crescente inserção das mulheres jovens no mercado de trabalho, no Brasil e no Ceará (COSTA, 2008), que além dos afazeres domésticos e/ou filhos, elas também trabalham. Isso se deve à redução das taxas de fecundidade e pelo aumento da oferta de creches e pré-escolas (FURTADO, 2016).

Portanto, a maioria dos jovens desempregados são filho(a)s, que representavam 66,84% no Brasil em 2004 e arrefecem ligeiramente para 63,97% em 2004. No Ceará representavam 66,93% em 2004 arrefecendo para 64,86%. Isso ocorre porque a chamada “geração canguru”, demora mais tempo para sair da casa dos pais, por questões de desemprego, para se dedicar aos estudos ou para economizar (COBO; SABOIA, 2010). O que explica a grande taxa de jovens desempregados como filhos no domicílio, pois sem renda eles não têm como sustentar um lar.

A Tabela 6 expõe a população de 15 a 29 anos desempregada e com filhos no Brasil e no Ceará. No Brasil, 37,57% dos jovens tinham filhos em 2004 diminuindo para 34,15% em 2014. No Ceará, os jovens com filhos representavam 36,29% em 2004 arrefecendo para 28,98% em 2014. Portanto, no Brasil e, notadamente, no Ceará, a maioria dos jovens desempregados não possuem filhos, com redução ao longo dos anos.

**Tabela 6 - População de 15 a 29 anos desempregada e com filhos  
Brasil e Ceará - 2004/2014**

População	Brasil		Ceará	
	2004	2014	2004	2014
Sim	37,57	34,15	36,29	28,98
Não	62,43	65,85	63,71	71,02

Fonte: IBGE. PNADs 2004 e 2014. Elaboração própria a partir dos microdados.

A ampliação na oferta de creches e maior inserção das mulheres no mercado de trabalho contribuíram para a queda dos jovens desempregados com filhos (FURTADO, 2016). Políticas voltadas para os jovens e adolescentes, como o incentivo para o planejamento familiar e disponibilização de métodos anticoncepcionais, fez com que diminuísse o número de gravidez na adolescência (Portal Brasil, 2014), além das mulheres estarem adiando a maternidade (MINISTERIO DA SAÚDE, 2015).

No tocante a área de residência, a Tabela 7 mostra que no Brasil, em 2004, os jovens desempregados que moravam na zona urbana eram 94,03% arrefecendo levemente para 92,67%. Os que moravam na zona rural representavam 5,97% em 2004 e passando para 7,33%. No Ceará essa queda foi maior, ao passar de 95,85% em 2004, para 85,04% em 2014, os que residiam na zona urbana. Já os que moravam na zona rural, eram 4,15% e aumentaram significativamente para 14,96%, entre 2004/2014.

**Tabela 7. População de 15 a 29 anos desempregada, por área de residência. Brasil e Ceará - 2004/2014** (%)

Residência	Brasil		Ceará	
	2004	2014	2004	2014
Urbana	94,03	92,67	95,85	85,04
Rural	5,97	7,33	4,15	14,96
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. PNADs 2004 e 2014. Elaboração própria a partir dos microdados.

Assim, a maioria dos jovens desempregados possui residência na área urbana. Isso se deve ao aumento da migração das pessoas de áreas rurais para as áreas urbanas nas últimas décadas, até mesmo pelas mudanças climáticas que acabam dificultando atividades agrícolas, o que leva as pessoas buscarem oportunidades nas cidades (DELAZERI, 2015). Isso também contribui para aumentar a concorrência por vagas de empregos, já que as cidades não conseguem absorver toda essa mão de obra. Políticas voltadas para desenvolver oportunidades e melhora na vida das pessoas no campo, fazem com que as mesmas optem por permanecer no campo, desinchando as cidades.

O que também chama atenção é o crescimento dos jovens desempregados residentes em áreas rurais no Ceará, maior que a média nacional. Isso se deve a escassez de chuva, dificultando o trabalho na agricultura, plantios e criação de gado, atividades que empregam muitos jovens que vivem na zona rural cearense (DELAZERI, 2015).

Embora a juventude possa ter ganhado atenção das políticas públicas, ainda se mostra parcialmente excluída do mercado de trabalho, já que a taxa de desemprego juvenil é muito mais alta do que a das demais faixas etárias. Mas nos últimos anos, os jovens estão tendo mais facilidade tanto para se inserir, como para permanecer estudando, já que a oferta de vagas nas instituições de ensino público, técnico e superior cresceu.

## Considerações finais

O desemprego juvenil possui taxa elevada no Brasil e isto demanda atenção especial por parte dos governantes. A falta de experiência, poucos anos de estudos, as desigualdades sociais e de renda, além da falta de oportunidades aprofundam esse problema. Embora as políticas públicas voltadas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho tenham avançado nos últimos anos, entre 2004 a 2014, a taxa desemprego juvenil no Brasil aumentou de 15,0% para 15,7%, e no Ceará se manteve praticamente inalterada, (13,1% para 13,2%), respectivamente. Ademais, esses valores representam mais do que o dobro da taxa de desemprego geral, que chegou a 6,9% no Brasil e 6,8% no Ceará, mostrando e comprovando que os jovens permanecem como os mais propensos a ficar desempregados. É preciso destacar que no Ceará, o desemprego juvenil se mostrou menor do que o do Brasil.

No tocante ao retrato do jovem desempregado no Brasil, este é semelhante ao perfil do jovem desempregado no Ceará, onde a maioria é do sexo feminino, mostrando que o desemprego jovem tem face de mulher. Por sua vez, jovens com escolaridade de 11 a 14 anos de estudo, possuem mais chances de estarem desempregados, pois a oferta de empregos não está acompanhando o ritmo de crescimento de uma mão de obra mais qualificada. Mas os jovens que possuem mais de 15 anos de estudos, ou seja, que possuem ensino superior tem menos probabilidades de estarem desempregados. Ademais, os jovens pardos são os que estão em maior situação de desemprego, sendo que no Ceará esse percentual é mais elevado, já que grande parte da população é parda.

Outra característica marcante é que a maioria dos jovens desempregados, tanto no Brasil quanto no Ceará, está na posição domiciliar como filho(a), pois a permanência na casa dos pais facilita a continuidade dos estudos e não acarreta em despesas, já que não possuem emprego. Sendo assim, grande parte dos jovens desempregados não têm filhos, pois nos últimos anos o acesso a métodos anticoncepcionais cresceu, bem como o nível educacional da população aumentou. Por sua vez, residentes na zona urbana é maioria na situação de desemprego quando comparado a zona rural.

Portanto, os investimentos nos programas e projetos voltados para os jovens devem ser crescentes e contínuos, já que inserido na escola, no ensino técnico e ensino superior, de um lado, evita que a juventude não tome rumos degradantes, como criminalidade, drogas, prostituição e, por outro lado, os tornam mais capazes/qualificados para se inserir no mercado de trabalho. Assim, a melhora na qualidade do ensino, desde o primário até a pós-graduação, a partir da garantia de educação para todos, acompanhado por políticas de desenvolvimento de emprego, é uma das soluções para que diminua o desemprego juvenil.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, C. C. de. Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. *Mercado de Trabalho*, IPEA, n. 37, p. 25-32, nov. 2008.

BASTOS, R. L. A. Desemprego juvenil na Região Metropolitana de Porto Alegre. *Carta de Conjuntura FEE*, ano 14, n. 1, 2005.

BEYER, H. ¿Desempleo juvenil o um problema de deserción escolar? *Estudios Públicos*, n. 71, Chile, 1998.

BORGES, B. K. Situação do mercado de trabalho juvenil nas principais regiões metropolitanas do País: breve análise. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 101-108, 2014.

BRAGA, T. S.; RODARTE, M. M. S. A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 17, n. 1 (29), p. 103-123, 2006.

CABANAS, P.; KOMATSU, B. K.; FILHO, N. A. M. Crescimento da renda e as escolhas dos jovens entre os estudos e o mercado de trabalho. Trabalho apresentado no *XLII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Natal-RN, 9 a 12 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/novosite/br/encontro-2014>.

CICONELLO, A. O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. *From poverty to power: case study*. Oxfam International, 2008. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/Racismo%20-%20texto%20do%20Peck.pdf>.

COBO, B.; SABOIA, A. L. S. A “geração canguru” no Brasil. Trabalho apresentado no *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambú-MG, 20 a 24 set. 2010. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2392/2345>>.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M.; GONZAGA, G.; RIBEIRO, E. R. A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro. *Mercado de Trabalho*, IPEA, n. 55, p. 23-9, ago. 2013.

DELAZERI, L. M. M. *Mudanças climáticas e migração rural-urbana no semiárido brasileiro*. Viçosa-MG: Universidade Federal de Viçosa, 2015. (Dissertação, Mestrado em Economia Aplicada).

DIETRICH, H. Youth unemployment in Europe. Theoretical considerations and empirical findings. *International Policy Analysis*, Friedrich-Ebert-Stiftung, July 2012. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/09227.pdf>.

FLORI, P. M. *Desemprego de jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro*. São Paulo: USP, 2003. (Dissertação, Mestrado em Economia).

FURTADO, A. Desemprego entre jovens: situação do Brasil e lições da experiência internacional. Estudo Técnico, Câmara dos Deputados, Brasília, julho 2016. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema7/2016\\_12418\\_desemprego-entre-jovens\\_adolfo-furtado](http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema7/2016_12418_desemprego-entre-jovens_adolfo-furtado).

GARCÍA, J. R. Desempleo juvenil em Espanha: causas y soluciones. *Documentos de Trabajo*, BBVA Research, n. 11/30, Madrid, Septiembre 2011. Disponível em: [https://www.bbvaesearch.com/KETD/fbin/mult/WP\\_1130\\_tcm346-270043.pdf](https://www.bbvaesearch.com/KETD/fbin/mult/WP_1130_tcm346-270043.pdf).

- GUIMARÃES, A. Q.; ALMEIDA, M. E. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. *Temas de Administração Pública*, v. 8, n. 2, 2013.
- HOZ, F. J. De L.; QUEJADA, R.; YÁNES, M. El desempleo juvenil: problema de efectos perpétuos. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 10, n. 1, p. 427-439, Colômbia, 2012.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- MENDONÇA, T. G. de; LIMA, J. R. F. ; LÍRIO, V. S. Determinantes da inserção de mulheres jovens no mercado de trabalho nordestino. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 43, n. 4, p. 161-174, dez. 2012.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- NERY, P. F. O que é rotatividade (e por que é um problema)? Instituto Braudel, São Paulo, 15.abr.2015. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2015/04/15/o-que-e-rotatividade-e-por-que-e-um-problema/>.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília: OIT, 2009.
- POCHMANN, M. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 1990. *Revista Movimento*, n. 1, 2000.
- REIS, M. C.; CAMARGO, J. M. Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 493-518, dez 2007.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. Brasília: IPEA, 2011.
- RIGO, M. N. El desempleo juvenil. *VI Jornadas de Sociología de la UNLP*. Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación, Departamento de Sociología, La Plata, 2010.
- SÁ, V. C. N. de. *O desemprego jovem em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. (Dissertação, Mestrado em Economia).
- SILVA, L. E. A. G. da. *Trabalho e juventude: o Projeto Primeiro Passo-CE sob a ótica dos egressos*. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2009. (Dissertação, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas).
- SILVA, N. de D. V. KASSOUF, A. L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2, p. 99-115, jul./dez. 2002.
- TOKMAN, V; CORROCHANO, M. C; GOUVÊA J. L. *Desemprego juvenil no Cone Sul: uma análise de década*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, Opções Prosur 2003. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05635.pdf>.

*Thais Leite Galvão* é graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

*Silvana Nunes de Queiroz* é doutora em Demografia pela UNICAMP e Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA).

## Compartilhar é *cool*: o *coworking* é a nova cara do trabalho do empreendedor jovem, qualificado e flexível

Breilla Zanon

### Introdução

Os espaços de *coworking* são uma nova tendência em meio aos modelos de trabalho flexível nas sociedades contemporâneas.

O objetivo deste artigo é trazer alguns dados e informações sobre a sua origem e também mostrar como ele vem se distribuindo por todo mundo. Também expõe algumas reflexões críticas sobre esses espaços, reflexões essas que venho aprofundando agora durante o doutorado em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, e que fazem parte do corpo de pesquisas encaminhadas pelo LEST-M/UFSCar (Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades).

Dentre os interesses que trago na minha tese exponho brevemente aqui dois deles: 1º) como o surgimento do *coworking* pode ser representado por dois momentos – um em que pode ser entendido como uma dinâmica, fruto da própria experiência dos trabalhadores frente a momentos de incerteza do mercado de trabalho; e outro como um ramo de negócio, sobretudo, imobiliário; 2º) a reflexão sobre o porquê desses espaços se tornarem locais estrategicamente interessantes para grandes empresas que buscam por inovação.

### 1. Afinal, o que é um espaço de *coworking*?

Estudos, pesquisas e obras inteiras de autores da Sociologia e da Economia já se dedicaram a analisar a intensidade das mudanças sofridas pelo mundo do trabalho a partir da década de 70 devido aos processos desencadeados pela reestruturação produtiva. O que se propõe aqui é observar os reflexos dessas mudanças, mais especificamente, as novas formas de trabalho que surgiram ao fim do século XX e no caso, uma em especial: o *coworking*.

Os espaços de *coworking* são exemplos que ilustram muito bem como a flexibilidade se tornou a palavra de ordem em meio às novas formas de organização do trabalho, e mais que isso, como esse ideal de ser flexível passa a ser entendido como prerrogativa para a liberdade e o sucesso, e assim, incorporado pela subjetividade dos próprios trabalhadores. Mas antes de cair em uma reflexão sobre todas as transformações que tornaram possível o aparecimento desse novo perfil de trabalhador – que vê o espaço de *coworking* como um ecossistema ideal para o desenvolvimento de sua vida profissional em meio a tantas mudanças e instabilidades trazidas a reboque das políticas econômicas neoliberais das últimas décadas –, precisamos definir do que se trata.

O *coworking* pode se classificar tanto como uma dinâmica ou como um espaço de trabalho. Em ambos os casos, o que se exalta é o ideal do compartilhamento, ou seja, trabalhar junto com outros profissionais, dividindo um mesmo espaço.

Toda ideia vem na esteira daquilo que se convencionou a chamar nas últimas décadas de Economia Compartilhada. São novas práticas econômicas que ganham esse nome por promoverem uma filosofia mais humana do capital, representada por ideais de sustentabilidade e responsabilidade social na criação e distribuição de seus produtos (SILVEIRA; PETRINI; SANTOS, 2016). É um exemplo que nos permite ver como essa tendência é algo que também vem se refletindo sobre as formas de organização das relações de sociabilidade, sobretudo em meio ao mundo do trabalho. A colaboração passa a ser um valor exaltado como solução frente às formas rígidas e hierarquizadas dos modelos fordistas (SLEE, 2017) e o *coworking* traz em sua essência este ideal de compartilhamento. O próprio termo, sob o prefixo “co”, corresponde à perspectiva da cooperação, compartilhamento e comunidade, valores fundamentais dentro do conceito (ZANON, 2015).

Assim, de maneira objetiva, quando falamos em espaços de *coworking* hoje, estamos falando de escritórios que partem do propósito de colocar em contato em um mesmo ambiente compartilhado diversos profissionais – sendo sua grande maioria jovens (em média 33 anos) e graduados/pós-graduados (85%)<sup>1</sup> – chamados então de *coworkers*, para que assim eles possam dividir os custos de manutenção de um local de trabalho, mas também seja potencializado um ambiente criativo, autônomo e flexível, propício a um melhor rendimento, criando oportunidades de conexão, ou seja, de formação e ampliação de *networking*, a partir da diversidade de informações, conhecimentos, experiências e do espírito de colaboração que passa a dar o tom a essa nova forma de se trabalhar.

Após essa definição, o que faremos adiante é uma reflexão sobre a origem e o desenvolvimento desse modelo de trabalho, na tentativa de desvelar algumas convergências que ele traz em relação aos anseios das políticas econômicas neoliberais aplicadas ao mundo do trabalho.

## **2. É preciso correr o risco juntos**

Existe uma divergência em torno da verdadeira origem do primeiro espaço de *coworking*. Oficialmente, muitas fontes consideram o *Hat Factory*, fundado em São Francisco (Califórnia, EUA), como o primeiro espaço. No entanto, seu fundador, Brad Neuberg garante que esse marco trata-se de um erro que acabou sendo reproduzido pelas diversas fontes da internet, principalmente pela Wikipédia. Antes de fundar o *Hat Factory* em 2005, Neuberg já havia criado meses antes o *San Francisco Coworking Space*<sup>2</sup>. Localizado no *Spiral*

---

<sup>1</sup> Todos os dados relativos aos surveys se encontram na página da Deskmag. Esses, em específico, correspondem ao *Global Coworking Survey* de 2011 e 2016, recentemente atualizados e publicados no artigo “The members: Who works in coworkings spaces?” (FOERTSCH, 2017).

<sup>2</sup> Existem fontes amplamente divulgadas que classificam o *Hat Factory* como o primeiro espaço de *coworking*, também fundado em São Francisco. Essa informação é a que consta em nosso trabalho de mestrado. No entanto, observando a divulgação errônea desse marco, o próprio Neuberg

*Muse* – um espaço onde funcionavam as atividades de um coletivo feminista –, o local era definido pelos seus frequentadores como uma “casa de bem-estar” que poderia ser compartilhada por trabalhadores que estavam cansados dos grandes centros empresariais e do isolamento do *home-office*. Além de espaço para a realização de seus trabalhos, o local disponibilizava acesso à internet, refeições compartilhadas, pausas para meditação, massagem, passeios de bicicleta e fechava criteriosamente às 17 horas e 45 minutos da tarde. O espaço fechou no ano seguinte, mas seu surgimento já inaugurava um novo mercado para o mundo do trabalho flexível.



Figura 1. Foto da fachada do primeiro espaço de coworking.  
São Francisco (Califórnia – USA)

O local de seu surgimento demarca um contexto de tempo e espaço interessantes: o Vale do Silício poucos anos após o estouro da então chamada *dot-com bubble*<sup>3</sup>. Esse momento foi marcado pela falência de vários empreendedores que até então estavam empolgados com a lucratividade dos negócios da Internet. Com o estouro da bolha da internet, vários profissionais com características e anseios muito em comum, se vêm à deriva. Tratava-se de jovens, qualificados, de classe média, ligados às atividades que envolvem – mais ou menos intensamente – tecnologias informacionais e que traziam em seu

---

recentemente retificou tal informação, esclarecendo que o primeiro espaço de *coworking* teria sido o *San Francisco Coworking Space* e que o *Hat Factory* havia sido fundado em um segundo momento. Em suas próprias palavras, “the first coworking space was the San Francisco Coworking Space at Spiral Muse (not the Hat Factory as has been misprinted sometimes)”. Informações disponíveis em: [http://codinginparadise.org/ebooks/html/blog/start\\_of\\_coworking.html](http://codinginparadise.org/ebooks/html/blog/start_of_coworking.html). Ver também Foertsch and Cagnol (2013).

<sup>3</sup> O estouro da *dot-com bubble*, ou bolha da internet, decorre de um período que tem início na década de 90, quando os preços das ações da Internet nos Estados Unidos “aumentaram quase cinco vezes e a taxa de crescimento do patrimônio líquido acelerou de 10,4 por cento ao ano entre 1990 e 1995 para 21,2% ao ano entre 1995 e 2000” (KRAAY; VENTURA, 2005, tradução livre). Esse período de intenso investimento conhecido também como *dot-com mania*, entrou em seu auge e conseqüente colapso entre os anos de 1998 e 2000, período que também ficou conhecido como a “corrida do ouro do Vale do Silício” (THIEL, 2014).

perfil de trabalhador uma nova racionalidade, com uma perspectiva mais empreendedora, características próprias do local. Pode-se dizer que essas características eram algo que havia sendo forjado durante todo esse tempo de transformações que decorreram da reestruturação produtiva e que colocou a baía de São Francisco – região geográfica em que se localiza o Vale do Silício – como o grande centro de uma cultura permeada pela tecnologia, inovação e empreendedorismo (MISKOLCI, 2014). Assim, todo aparato tecnológico que foi possível criar no Vale, possibilitou que em torno dele se construísse um ecossistema que, apesar dos altos e baixos do mercado ligado às novas tecnologias e à internet, se manteve como atrativo para jovens com perspectivas de empreender. No entanto, é preciso dizer que não se tratou de algo determinado simplesmente pela tecnologia, mas por todo um contexto de transformações políticas, econômicas e sociais que possibilitaram que naquele local em específico surgisse um estado de espírito capaz de atrair esse novo perfil de trabalhador (MARTEL, 2015).

O interesse de Neuberg em abrir um espaço de *coworking* deriva da sua insatisfação com seus empregos anteriores. Na época em que organizou o primeiro espaço de *coworking* relata que já havia passado por trabalhos autônomos, e que o trabalho que até então estava desenvolvendo em um *startup*, não estava lhe proporcionando felicidade. Segundo suas próprias palavras ele buscava “liberdade e independência de se trabalhar sozinho junto com a comunidade e a estrutura de se trabalhar com outras pessoas”<sup>4</sup>. Assim, fazendo uma digressão histórica sobre o surgimento do primeiro espaço de *coworking* e observando esse processo sob uma perspectiva mais ampla, o argumento é de que não se trata apenas de uma mão-obra oriunda da onda de desemprego decorrente dos processos de reengenharia do mercado de trabalho implementados pelas grandes empresas nas últimas décadas do século XX (SENNETT, 2009), mas trata-se também de trabalhadores mais jovens que não precisaram necessariamente passar por um processo de adaptação, mas que, por já entrarem no mercado de trabalho sob essa nova condição, trazem em sua formação profissional atributos coerentes e desejáveis para um mundo do trabalho cada vez mais flexibilizado (THIEL, 2014). Organizações flexíveis de trabalho, acabaram, portanto, por se tornarem alternativas buscadas por esses trabalhadores que já não mais se encaixavam aos padrões fordistas de décadas anteriores.

Ao olhar para o contexto de surgimento e para as características dos *coworkings*, observa-se que o Vale refletiu toda uma nova configuração tanto das formas de se produzir valor, como da própria relação entre os trabalhadores e a própria ideia de trabalho. Essa reconfiguração, apesar de ter sido desencadeada a partir do processo de reestruturação produtiva que se inicia décadas antes, ganha evidência nos anos 90 com a difusão das novas tecnologias. É a partir daí que essa distribuição da tecnologia – que até então estava muito restrita às organizações governamentais, científicas e acadêmicas – para o mercado e à sociedade civil abre margem para transformações sócio-técnicas mais visíveis, uma vez que nos possibilita ver por meio de contextos práticos, como se constitui um amálgama coerente e complementar entre a 1<sup>o</sup>) demanda por um novo modelo de produção frente a uma crise

---

<sup>4</sup> Está disponível em: [http://codinginparadise.org/ebooks/html/blog/start\\_of\\_coworking.html](http://codinginparadise.org/ebooks/html/blog/start_of_coworking.html). Tradução livre.

econômica, 2º) as novas tecnologias decorrentes dessa demanda e, 3º) as novas subjetividades, forjadas por novos valores desencadeados a partir dessa nova configuração por meio da qual os indivíduos passaram a definir seus desejos e anseios, sobretudo, no que tange a sua relação com o mundo do trabalho.

Vale ressaltar que, apesar do primeiro espaço ter sido oficialmente inaugurado em 2005, o significado do termo já vinha se modelando em épocas anteriores. Já em 2003, o próprio Neuberg havia criado um grupo o qual chamava de “*Nine to Five Group*”, cujos componentes se encontravam em coffee shops e eventualmente trabalhavam juntas. A princípio, o *coworking* era apenas uma forma de classificar uma nova experiência de gestão do trabalho que correspondia aos anseios da época por dinâmicas que pudessem criar mais autonomia, mas também mais oportunidade de conexões aos profissionais aos envolvidos<sup>5</sup>.

Nesse primeiro momento, o *coworking* surge como dinâmica que acontece a partir do final da década de 90. E antes de ser a definição de um espaço físico em si, é uma reação dos próprios trabalhadores. Uma reação que vai sendo construída com elementos incorporados desde a década de 70. De uma perspectiva histórica, constata-se que o desemprego de mão-de-obra qualificada em decorrência dos processos de reestruturação desse período, lançou à sorte uma massa de trabalhadores que, mediante a instabilidade e a falta de perspectiva de novas contratações, começaram a ver o trabalho autônomo como uma alternativa viável. É, portanto, nesse momento que se vai definindo um novo perfil de trabalhador, dotado de uma nova racionalidade e novas perspectivas estratégicas para lidar com as fragilidades do mercado de trabalho com as quais se deparava. Parece ser nesse momento que o capital se consagra em incorporar toda a crítica de Maio de 68. Desde então se vai construindo a ideia de que ser autônomo não deveria gerar medo ou insegurança. Deveria corresponder à liberdade para poder tomar suas próprias decisões, algo que há tanto tempo os trabalhadores vinham reivindicando por meio de manifestações sociais e que agora, sob essa perspectiva, poderia também ser estrategicamente usado pelo capital como forma de acomodar e motivar uma mão-de-obra em situação de imprevisibilidade (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009).

O tempo passa, e a possibilidade de trabalhar autonomamente ou remotamente em suas casas, começa a trazer problemas relacionados à interrupção, o que leva à baixa produtividade dos trabalhadores (ZANON, 2015). Dados que vêm sendo observados desde os primeiros surveys da Deskmag<sup>6</sup> mostram que as principais razões que motivaram esses profissionais a se juntarem sob um mesmo espaço de trabalho seria a fuga do isolamento e

---

<sup>5</sup> Originalmente, *coworking* trata-se de um termo que remete a textos do século XVII, nos quais é usado para se remeter a trabalhos divinos feitos em colaboração com representantes terrenos. Em seu sentido moderno, existe uma disputa sobre o cunho do termo. Ele teria surgido em 1999, quando Bernie DeKoven o usa para descrever as formas de trabalho colaborativa que se utilizam de computadores e outras tecnologias atuais, mas nada diz a respeito de um espaço de trabalho propriamente dito. DeKoven, inclusive, acaba registrando o domínio do termo. O uso da palavra *coworking* para definir espaços de trabalho colaborativos foi só usado posteriormente, em 2005, por Neuberg. Ver: <http://wiki.coworking.org/w/page/68852527/History%20of%20Coworking%20-%20a%20timeline> ; <http://www.deskmag.com/en/the-history-of-coworking-spaces-in-a-timeline> .

<sup>6</sup> Surveys disponíveis em <http://www.deskmag.com> . Acesso em: 05/01/2018.

das distrações que o *home-office*<sup>7</sup> estaria gerando. Por isso, quando perguntados sobre sua última localização de trabalho, muitos deles relatam terem vindo de estações de trabalho em casa.

### Último local de trabalho antes do coworking

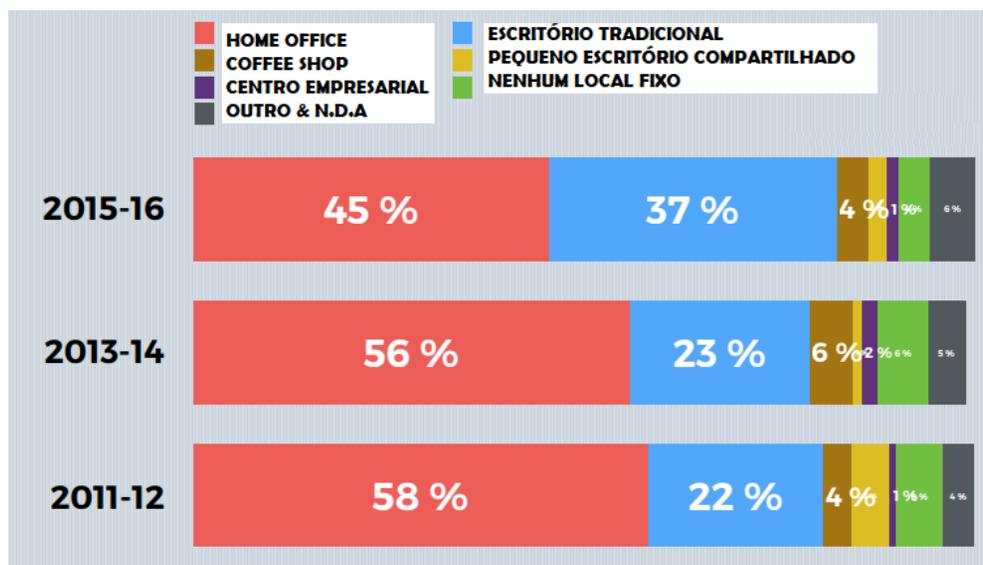


Gráfico 1. Fonte: The Global Coworking Survey – Final Results 2016

No entanto, inexistente um estudo acadêmico em específico que analise essa transição. O que existem são revistas especializadas na área de administração e empreendedorismo lançando algumas hipóteses sobre a passagem da dinâmica de *home-office* para o *coworking*. Dentre elas, as queixas de depressão ocasionada pelo isolamento passam a dar base a hipóteses de que existe a necessidade de interação entre as pessoas no mundo do trabalho, e tal interação não é devidamente proporcionado pelo *home-office*. Esse tipo de queixa se apresentou inúmeras vezes em meio às entrevistas realizadas em campo, durante o período da pesquisa na fase do meu mestrado e agora, no doutorado.

Quando eu fui CLT e trabalhei em grupo foi muito legal. E quando eu era *freelancer*, eu trabalhava sozinho e com pessoas que estavam remotas. Então eu tinha colaborador no Rio de Janeiro, eu tinha em São Paulo, mas não tinha ninguém sentado na sala comigo. Foi uma época bastante solitária do ponto de

<sup>7</sup> *Home-office* é o conceito reformulado e mais moderno para teletrabalho, que aparece nas cartilhas empresariais a partir dos anos 90 “onde os trabalhadores formam equipes e trabalham, individualmente ou em grupo, em espaços diferentes, podendo ser dentro ou fora dos escritórios de suas empresas” (SILVA, 2009, p. 87).

vista do trabalho. (...) Eu não aguentava ficar mais dentro de casa trabalhando (Tales, 36 anos, *startup* em São Carlos-SP).<sup>8</sup>

O que a fala de Tales traz em comum com tantos outros profissionais que saem do *home-office* rumo ao *coworking* é o fato de que o isolamento acabou por refletir em baixa produtividade, e além dele, interrupções ocasionais causadas pelo ambiente familiar colaboraram com a perda de rendimento<sup>9</sup>. Além disso, estar em contato com outras pessoas não só diminuiria a ansiedade e a depressão do isolamento, mas também aumentava consideravelmente as possibilidades de se trocar informações e criar redes de trabalho, ou seja, as *networkings* (ZANON, 2015).

Assim, em linhas gerais, nesse primeiro momento do *coworking* é uma demanda e necessidade por parte dos trabalhadores, tanto em contornar o isolamento permitida pela autonomia do *home-office* - que a princípio aparecem como soluções ao desemprego desencadeia com o passar do tempo - quanto em lidar com o problema do desemprego e das instabilidades e incertezas do mercado que se tornaram comuns mediante a implementação de políticas econômicas cada vez mais neoliberais. Esse momento consiste, portanto, na construção do pensamento do *coworking* como dinâmica. No entanto, se fizermos um paralelo, podemos dizer que é também o mesmo momento em que o mercado de trabalho buscava por estratégias que acomodassem, motivassem e trouxessem segurança emocional a esses trabalhadores (SENNETT, 2009). É em decorrência dessa tendência que vemos então como se insere a segunda perspectiva do *coworking*, ou seja, do *coworking* como formalmente um espaço físico de trabalho que passa a se distribuir pelo mundo. Essa segunda tendência consiste em uma demanda em relação à experiência negativa dos trabalhadores ocasionada pelo isolamento do *home-office*: a necessidade de interagir.

Características como compartilhamento e interação são intensamente reverberadas nas mídias e peças publicitárias que difundem os discursos institucionais desses espaços, bem como permeiam os valores elencados pelos próprios profissionais quando perguntados sobre o modelo. A foto e o gráfico a seguir ajudam a visualizar um pouco disso na prática:

---

<sup>8</sup> Com o intuito de preservar a identidade dos nossos entrevistados, os nomes aqui citados são fictícios.

<sup>9</sup> Mais detalhes sobre o baixo aproveitamento dos *home-offices* podem ser encontrados no artigo *Home-office X Coworking*, disponível em: <http://revistaatitude.com.br/site/desenvolvimento-pessoal/home-office-xcoworking/>. Acesso em: 05/09/2014.



Figura 2. Parede de um espaço de coworking (Diário de campo, São Paulo – SP, 2016)

### Valores ou princípios mais importantes para os coworkers



Gráfico 2. The Global Coworking Survey – Final Results 2016

Essa necessidade de interação e sua exaltação como um valor a ser estimulado se reflete no desejo em pertencer e usufruir de uma rede de informações a partir desses locais. Assim, o *peer pressure* revela como essa importância do compartilhamento e da interação se apoia no que diz respeito não só à segurança, mas em principal à produtividade dos *coworkers*.

A segunda grade força é o sentimento de confiança e de colaboração entre os residentes, um conceito que os teóricos chamam de *peer pressure* (pressão dos pares). Um estudo do instituto alemão Fraunhofer IAO já identificou que a presença de pessoas com diferentes habilidades e perspectivas sobre como resolver os problemas tem um efeito positivo sobre a motivação e o desempenho de cada um (PIRES; FEIJÓ, 2017, p. 82).

O que muda nesse momento em que o *coworking* se transforma em um espaço físico de trabalho é que o caráter empreendedor do trabalhador que é intensamente evocado na construção de seu significado e assim, mobilizado por discursos neoliberais que exaltam as perspectivas humanas na geração de valores e motivações dentro do trabalho. É nesse momento que se abre um cenário para o mercado de *coworking*. De maneira estratégica, a autonomia e a coletividade passam a serem vinculadas a esse novo modelo, a fim de atender aos desejos por realização e conter as ansiedades ligadas à própria instabilidade do mercado. O fato de estar em ambiente coletivo e de se sentir parte de uma equipe novamente, ameniza o sentimento de insegurança frente a um contexto permeado por incertezas e instabilidades (SENNETT, 2009). Esses elementos apesar de partirem das experiências e demandas dos trabalhadores, começam a ser fortemente aplicados na literatura de gestão empresarial e pessoal das organizações capitalistas<sup>10</sup>. É aqui, portanto, que se pode ver uma passagem do *coworking* como alternativa pensada pelos próprios trabalhadores, para a proliferação do *coworking* como um espaço fixo de organização do trabalho estrategicamente utilizado pela mentalidade empresarial.

### 3. O mercado do *coworking* e o ecossistema do empreendedorismo

Ao transformar uma dinâmica de trabalho em um espaço físico – aos moldes de um escritório compartilhado – e em um novo modelo de organização do trabalho, os espaços de *coworking* tornam-se ambientes férteis tanto para trabalhadores autônomos, quanto para aqueles que buscam se fortalecer quanto empreendedores. Bianca nos ajuda a ver como isso funciona:

Quando a gente chegou, no dia 2 a gente já tinha projeto. Foi o que ajudou a gente a crescer. Porque é muito difícil você entrar no mercado, porque você não tem portfólio, você não tem nome, ninguém te conhece, ninguém sabe como é o seu trabalho porque você não vendeu o seu trabalho pra ninguém ainda. A

---

<sup>10</sup> É importante ressaltar que muitos países vêm regulamentando o trabalho flexível ou remoto, como alguns o classificam, o que contribui tanto para o *home-office* quanto para o *coworking*. Um dos exemplos é a Inglaterra. De acordo com o Movebla, um dos sites informativos sobre trabalho e mobilidade com foco no *coworking*, a partir de junho do ano de 2014, “milhões de profissionais ingleses [puderam] requerer às suas empresas o direito de trabalhar remotamente por horas ou o dia inteiro. Trata-se de novas medidas do governo da Inglaterra, que inicialmente beneficiavam cuidadores de crianças, ou estudantes que queriam seguir uma formação ou aprendizagem adicional. Agora, qualquer pessoa pode requerer trabalho flexível no país” (COSTA, 2014). De acordo com a BBC, tantos os sindicatos quanto empresas receberam bem a ideia (BBC, 2014).

primeira venda é extremamente difícil e a gente pulou essa parte por causa do *coworking*. (...) A partir daí as coisas só foram crescendo e melhorando. A gente começou com 02 spots no *coworking*, hoje a gente tem uma sala com 06 funcionários. A gente já tá preparando pra expandir. Nossa projeção é muito boa. E assim, se eu tivesse aberto a empresa fora de um *coworking*, fora de um ambiente colaborativo, talvez não teria dado certo. (Bianca, 28 anos, *startup* em São Carlos)

Tratar o *coworking* como um mercado foi algo que nos pareceu evidente nessa etapa da pesquisa. Os gestores dos espaços se consideram empreendedores e, a partir do campo e das entrevistas, pudemos conferir que realmente, o *coworking* abrange uma grande tendência de negócios, sobretudo imobiliários, uma vez que os profissionais que utilizam esses locais pagam uma taxa de aluguel que corresponde ao plano que eles necessitam. Esses planos variam, em linhas gerais, entre mesas compartilhadas e salas privativas, com o adicional de salas de reuniões e materiais que eventualmente cada *coworker* possa vir a precisar. Um fato que veio corroborar essa perspectiva de tratar o *coworking* como um setor do mercado empreendedor foi a matéria da revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, de julho de 2017, que demonstra como o *coworking* se tornou tendência, apontando para o crescimento e a lucratividade do ramo nos últimos anos.

De acordo com um *survey* global, até 2015 foram registrados 8700 espaços de *coworking* em todo mundo. Quando se trata de Brasil, esses números são ainda mais expressivos. O *Censo Coworking Brasil*, mostra que hoje o país conta com 810 espaços de *coworking*, sendo 62% deles localizados em alguma capital – 217 só na cidade de São Paulo. É interessante observar que a taxa de crescimento do mercado de *coworking* no Brasil foi de 114% de março de 2016 para março de 2017, mês em que os dados foram lançados, ou seja, 432 espaços foram criados no período de um ano.



*Figura 3. Espaço de coworking, São Paulo – SP*



Figura 4. Espaço de coworking, São Paulo – SP

Em um *hangout* do qual participei no início de 2017<sup>11</sup>, os convidados se atentaram para essa explosão no número de espaços de *coworking* no país. Todos concordaram que o período de crise foi fundamental para o crescimento desse mercado, uma vez que foi nesse período que empresas tradicionais passaram a buscar por novas estratégias para cortar gastos e lidar de maneira positiva com as turbulências econômicas, e uma das alternativas viáveis para muitas delas, foi transferir ou então migrar parte da empresa para esses espaços.

Numa segunda etapa, os espaços de *coworking* passam a ser vistos como ambientes capazes de prover e reproduzir a atmosfera necessária para alimentar a criatividade, o colaborativismo, e as oportunidades de *networking*, criando um ambiente se não seguro, motivador da inovação e confiança, elementos que desde Schumpeter, já se mostravam como essenciais para o desenvolvimento de uma racionalidade empreendedora.

### **Conclusão: um objeto em constante transformação**

Nessa breve análise, baseada em pontos muito específicos do *coworking* mostrou-se a trajetória, o modelo de espaços de trabalho compartilhados, sua adaptabilidade e constante transformação mediante as alterações da própria economia. Portanto, trata-se de um objeto que comporta ainda inúmeras análises e que tende a proporcionar novos elementos de pesquisa com o passar dos anos.

---

<sup>11</sup> *Coworking Hangout #1: Qual o futuro do coworking?* Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zPTXg4-HZ-E> Acesso em: 02/02/2017.

Dito de outra maneira, existe muito ainda a ser desenvolvido e analisado sobre os espaços de *coworking*. O que torna esses locais tão interessantes é o fato de que eles representam as transformações pelas quais não só as formas de trabalho vêm passando nas últimas décadas, mas deixa evidente um novo perfil de trabalhador, com novas demandas e interesses. Apesar de ser um perfil de trabalhador flexível, aberto a lidar com os riscos e incertezas do mercado e interessado em se manter em contato com uma diversidade pujante de interlocutores, os espaços de *coworking* nos permitem observar como o espírito empreendedor atravessa toda essa diversidade e é canalizado em meio a contextos originalmente atravessados por fragilidades. Em linhas gerais, tanto as condições do seu surgimento no Vale do Silício quanto o retrato de seu crescimento no Brasil nos últimos anos, nos mostra isso: o quanto um modelo flexível de trabalho, baseado em uma filosofia neoliberal na qual o compartilhamento e os atributos humanos passam a ser tomados como propulsores dos valores capitais, possibilita ressignificar situações de precariedade e instabilidade do mercado de trabalho em momentos de crise, convertendo-as em características ou etapas de um espírito empreendedor.

### **Referências bibliográficas**

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KRAAY, Aart; VENTURA, Jaume. The dot-com bubble, the bush deficits and the U.S. current account. *NBER Working Paper*, n. 11543. August, 2005.

MARTEL, Frédéric. *Smart: o que você não sabe sobre a internet*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MISKOLCI, Richard. San Francisco e a nova economia do desejo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, p. 269-295, 2014.

OFEK, Eli; RICHARDSON, Mathew. DotCom Mania: The rise and fall of internet stock prices. *The Journal of Finance*, v. 58, n. 3, p. 1113-1137, June 2003.

PIRES, Fabiana; FEIJÓ, Bruno Vieira. Conexões de impacto. *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, jul. 2017.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Rogério Ramalho da. Home-officer: um surgimento bem sucedido da profissão pós-fordista, uma alternativa positiva para os centros urbanos. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 85-94, jan./jun. 2009.

SILVEIRA, Lisilene Mello; PETRINI, Maira; SANTOS, Ana Clarissa Matte Zanato. Economia compartilhada e consumo colaborativo: o que estamos pesquisando? In: *REGE – Revista de Gestão*, São Paulo, n. 23, p. 298-305, 2016.

SLEE, Tom. *A uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo : Editora Elefante, 2017.

THIEL, Peter. *Zero to one: notes on startups or how to build the future*. New York: Crown Bussiness, 2014.

ZANON, Breilla. *Rede, coworking e emancipação intangível: um olhar sobre a flexibilidade, biopolítica e subjetividade a partir da reestruturação produtiva*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2015. (Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais).

#### Referências internet:

BBC. Flexible working rights extended to all. *BBC News*, 30 June 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/business-28078690> . Acesso em: 23/09/2014.

COSTA, Anderson. Trabalho flexível passa a ser um direito na Inglaterra. *Movebla*, 30 Junho 2014. Disponível em: <http://www.movebla.com/3085/trabalho-flexivel-passa-a-ser-um-direito-na-inglaterra/> . Acesso em: 23/09/2014.

FOERTSCH, Carsten. The members: Who works in coworkings spaces?“. *Deskmag*, 13 September 2017. Disponível em: <<http://www.deskmag.com/en/members-of-coworking-spaces-demographics-statistics-global-survey-coworkers-research-2017>>. Acesso em 20/09/2017.

FOERTSCH, Carsten; CAGNOL, Rémy. The history of coworking in a timeline. *Deskmag*, 02 September 2013. Disponível em: <<http://www.deskmag.com/en/members-of-coworking-spaces-demographics-statistics-global-survey-coworkers-research-2017>>. Acesso em 23/09/2016.

NEUBERG, Brad. The start of coworking (from the guy that started it). Disponível em: [http://codinginparadise.org/ebooks/html/blog/start\\_of\\_coworking.htm](http://codinginparadise.org/ebooks/html/blog/start_of_coworking.htm) . Acesso em: 23/09/2016.

OLIVEIRA, Jonas. Home office X Coworking. *Revista Atitude*. Disponível em: <http://revistaatitude.com.br/site/desenvolvimento-pessoal/home-office-x-coworking/> Acesso em: 05/09/2014.

*Breilla Zanon* é graduada e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente, é doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, e integrante do LEST-M/UFSCar (Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades).

## **Relações público-privadas no sistema de saúde brasileiro<sup>1</sup>**

*Maria Fernanda Godoy Cardoso de Melo*

O tema geral do estudo refere-se à inserção dos sistemas de saúde na discussão do *welfare state*, por um lado, e na discussão da acumulação de capital, por outro, a partir da qual é desenvolvida a questão das relações público-privadas que podem ser entendidas como uma expressão dessa acumulação.

O objetivo é discutir o caso específico das relações público-privadas no financiamento do sistema de saúde brasileiro, contudo, inserindo-o em um espectro mais geral dado pelos movimentos recentes que ocorreram nos sistemas de saúde universais dos países centrais europeus, a partir da década de 1970, no contexto do neoliberalismo.

Nesse sentido, o recorte escolhido para abordar o tema do financiamento do sistema de saúde é o das respectivas relações entre o setor público e a iniciativa privada, observando o padrão de financiamento que se conforma no Brasil, no que ele diverge e por que ele diverge do modelo europeu.

O estudo parte da hipótese de que, na atual configuração dos *welfare states*, os sistemas de saúde apresentam maior diversidade nas formas de concepção, valores, institucionalidade e financiamento do que os sistemas de previdência e assistência social. Os sistemas de saúde constituem campo fértil para o aprofundamento de estudos sobre a relação entre as esferas pública e privada, no Brasil, em função da crescente presença do setor privado na configuração dos sistemas de saúde e da lógica de mercado e intenso processo de mercantilização.

Nesta discussão, há um aspecto marcante, que é a presença de dois processos simultâneos: por um lado, de mercantilização dos serviços de saúde a cargo do setor público, e por outro, de desmercantilização do financiamento do setor privado. A desmercantilização do setor privado antecede a mercantilização do setor público, que, no Brasil, é um fenômeno da última década.

No caso do Brasil, esse processo se dá de forma contraditória à proposta de universalização do acesso aos serviços de saúde, parte essencial do projeto de seguridade social presente na Constituição de 1988.

A mercantilização em curso reforça a segmentação do mercado, a concorrência entre o setor privado e o público, especialmente na prestação de serviços de média complexidade, nos quais o avanço do capital privado na saúde se dá em detrimento do SUS universal, via transferência de fundos públicos ao setor privado, e vem agravando as

---

<sup>1</sup> Este texto corresponde ao resumo expandido da tese de doutorado da autora, orientada pelo Professor Denis Maracci Gimenez, defendida em julho de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (área: Economia Social e do Trabalho) do Instituto de Economia da UNICAMP.

desigualdades sociais de acesso aos serviços de saúde. Consequentemente, somente o estabelecimento de limites e a ampliação da capacidade regulatória do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Agência Nacional de Saúde (ANS), bem como sua coordenação, poderão conter os efeitos negativos relacionados ao avanço do capital privado na área da saúde, atenuando os impactos da segmentação e da concorrência desenfreada no campo da saúde.

Mesmo na bibliografia convencional sobre o tema, é reconhecido que o desenvolvimento do setor privado de saúde, ao seguir a lógica de mercado, tem efeitos positivos e negativos. Os positivos seriam, por exemplo, as inovações tecnológicas; os negativos, a seleção adversa, a segmentação da clientela, o gasto “catastrófico”.

Portanto, a partir dessas considerações, podemos afirmar que a saúde não é uma área que possa ser totalmente mercantilizada, pois tem especificidades que a afastam da precificação e da unitarização dos custos. Para além das “externalidades”, reconhecidas pela visão clássica do tema, existe outra lógica que se contrapõe a esta: a busca por uma sociedade mais justa, menos desigual, mais digna, mais solidária, na qual a saúde, como direito social, integre o processo político e material de aquisição da cidadania.

Para tanto, não se trata apenas de responder às imperfeições do mercado, mas, sim, de limitar os efeitos negativos do avanço da lógica mercantil e do setor privado na saúde. Seria preciso configurar um arranjo solidário entre o setor público e o privado.

Todas as sociais democracias europeias assim o fizeram, embora tenham divergido em termos de concepção e escopo dos sistemas universais. Entre os países desenvolvidos, somente os EUA apresentam um sistema de saúde segmentado, com cobertura pública das ações e serviços direcionados exclusivamente aos indivíduos em condição de fragilidade econômica e social, que deixa descoberto um expressivo número de indivíduos – estimado, em 2014, em 47 milhões – sem capacidade financeira para contribuir individualmente, de forma regular, de modo a cobrir os custos crescentes dos planos de saúde ao longo de sua vida. Esse sistema apresenta alto custo relativamente aos países de cobertura universal e é ineficaz do ponto de vista dos indicadores de saúde.

A atualização dos sistemas universais às novas condições do mercado de trabalho e das aspirações sociais, além das novas tecnologias e formas de organização dos serviços, são maneiras contemporâneas e reais para limitar os efeitos negativos do avanço privado (mercantil e financeiro) na saúde.

A desmercantilização se apresenta como central para conter esse avanço. Para aprofundar a discussão que recebeu a denominação geral de mercantilização, faz-se necessário estudar as duas faces da mesma moeda: o processo de mercantilização e o processo de desmercantilização.

A reflexão mais geral conduz a um desdobramento para o Brasil e a um exame de suas semelhanças, contrastes e dissonâncias.

Para desenvolver os temas tratados pela tese, referentes ao entendimento da questão acima anunciada, a tese apresenta três capítulos.

O primeiro discute quais foram as transformações nos sistemas de saúde, particularmente no que se refere ao financiamento e à universalidade do acesso, que se configuraram diante do avanço da mercantilização sobre esse espaço não mercantil, resultado de um movimento anterior de desmercantilização, sofrido pelas sociedades europeias do pós-guerra, que estruturaram um arranjo solidário de sociedade. A força desse arranjo, por mais que tenha sofrido abalos consideráveis com o avanço da lógica mercantil, mostra resistência na dimensão da universalidade do acesso aos serviços de saúde.

Discute também a importância do *welfare state* mostrando, brevemente, que, a partir do final dos anos 1940, houve a conformação de um arranjo entre Estado, mercado e sociedade que estabeleceu a solidariedade como valor social e aceitou a presença ativa do Estado para combater as desigualdades criadas pelo capitalismo por meio, entre outras dimensões, de uma estrutura de financiamento justo e coletivo que deu origem aos estados de bem-estar social.

No campo teórico do estudo sobre desenvolvimento comparado, a consagrada tipologia proposta por Esping-Andersen (1990) apresenta três regimes de bem-estar social. Suas características possibilitam, por um lado, compreender as diferenças mais gerais do arranjo de acordo com os valores predominantes nas sociedades. Esse tipo de abordagem, por outro lado, apresenta limitações que escondem aspectos dinâmicos da história concreta dos países e das mudanças que os arranjos sofreram de acordo com o próprio avanço da sociedade, que é, por sua vez, reflexo dos problemas e soluções enfrentados nas suas realidades concretas da vida diária.

Em que pesem essas limitações metodológicas, Esping-Andersen (1990) utiliza um conceito importante e interessante de Polanyi, que é particularmente inspirador para refletirmos através destas lentes e analisarmos o caso particular que as modificações estruturais trazem para os sistemas de saúde e seus desdobramentos para a questão do acesso universal aos serviços de saúde entendida como uma das dimensões da desigualdade e direitos sociais fundamentais. Este é o conceito de desmercantilização.

Outra discussão apresentada refere-se sobre as tendências recentes dos *welfare states*, mostrando brevemente quais são as novas feições dos *welfare state* resultantes das transformações que o capitalismo globalizado e financeiro impôs aos arranjos conformados no pós-guerra. Entre essas tendências, está o avanço da presença privada nas estruturas públicas e coletivas do Estado, nos espaços não mercantis, entre eles a saúde, que será o foco de nossa análise.

Adiante, na discussão sobre os sistemas de saúde, seus padrões e estratégias de financiamento frente ao “capitalismo sanitário”, portanto já no campo específico do recorte desta tese, o dos sistemas de saúde, tratamos sobre os padrões de financiamento existentes nos sistemas de saúde e os arranjos possíveis entre os sistemas de saúde públicos e os privados. Vemos, também, quais foram os novos problemas e as soluções dadas pelos sistemas de saúde configurados no pós-guerra frente ao avanço do setor privado. Entre esses desdobramentos, estão a universalidade e o financiamento, que foram examinados a partir das configurações atuais dos modelos hegemônicos no mundo. O avanço do setor privado foi uma tendência geral do movimento atual do capitalismo. Portanto, é preciso analisar

quais foram as consequências desse avanço para a universalidade dos sistemas de saúde, uma dimensão da questão da desigualdade social. Ainda discutimos o aumento do financiamento da saúde por parte dos pacientes, mostrando uma importante consequência da mercantilização sofrida pelos sistemas de saúde.

Ao final do primeiro capítulo fazemos a discussão sobre as transformações recentes dos sistemas de saúde universais no contexto das relações público-privadas, mais especificamente a mercantilização dos sistemas de saúde, mostrando suas várias dimensões, alcances e limites postos ao seu avanço e que têm relação com a manutenção e até ampliação da universalidade dos sistemas de saúde.

Entretanto, não é isso que vai acontecer no caso do sistema de saúde no Brasil. Para entendermos o porquê dessa fraca resistência no caso brasileiro, o segundo capítulo mostra a gênese do sistema de saúde brasileiro para que seja possível aprofundar o estudo sobre as relações público e privadas no caso brasileiro, apresentando, assim, uma perspectiva histórico-institucional do sistema de saúde. É a partir da gênese, das condições específicas brasileiras – desigualdade, heterogeneidade –, da etapa do capitalismo, da recomendação da privatização, que compreendemos que a origem do sistema público de saúde é contemporânea às críticas aos seus princípios no cenário internacional. Na gênese do sistema de saúde público brasileiro, há dois movimentos simultâneos: o de desmonte e o de construção da Seguridade Social e do SUS.

O movimento de construção da Seguridade Social e do SUS no Brasil não se deu no período entre a Segunda Guerra Mundial e os anos 1970, idade de ouro do capitalismo mundial no campo do crescimento econômico, do pleno emprego e dos avanços sociais. Começou em um território esfacelado, submetido ao jugo do Consenso de Washington, em um momento de reforma do sistema de saúde nos países europeus e de privatização na América Latina.

Discutimos ainda a origem do Sistema Único de Saúde dentro do sistema de proteção social brasileiro de característica meritocrática, cuja marca originária já apontava a segmentação com um viés privatista e outro universalista e que a falta de diálogo entre esses dois vetores de transformação do sistema, em um determinado momento, imprimiu características marcantes e de difícil superação para as relações público-privada na saúde. Relembramos, à luz da atual crise político-econômica, os embates das propostas de construção do Sistema Único de Saúde travados na Assembleia Nacional Constituinte e o desenlace desse processo, que culminou com a constituição do SUS na Constituição Federal de 1988, que o trouxe consigo em uma nova condição, de garantia de acesso universal a todos, com financiamento público, mas com os meios de produção de serviços privado ou público. Esse movimento imprimiu ao SUS uma configuração particular cujas consequências na relação público-privada refletem enormes dificuldades no financiamento do sistema público, já que o volume de recursos e de oportunidades de mercado alimentam, também, o complexo industrial da saúde, cuja “sede” pela valorização de seu capital, dado o contexto mundial de globalização e financeirização, tornou-o forte para avançar na privatização de um sistema recém-universalizado.

Dentre os desdobramentos da mercantilização dos serviços de saúde a cargo do setor público, há um outro processo importante que é apresentado no terceiro capítulo: a face da desmercantilização do financiamento do setor privado, sem aumento da capacidade regulatória do Estado, no Brasil. Analisamos, pela ótica privada, quais as implicações das relações público-privada do financiamento da saúde e vemos que, mesmo o setor privado sendo em parte financiado publicamente, ele mostra não ter nenhum compromisso com o ideário da Constituição Federal de 1988.

O capítulo final mostra, portanto, como o financiamento do SUS revela a complexidade dos conflitos distributivos do país, analisando as relações público-privada, tanto do ponto de vista macroeconômico – por meio da questão da política de incentivos fiscais para reanimar o setor privado em um momento de crise e da pressão pelo acirramento da disputa dos recursos das contribuições sociais, entre elas as da saúde, para uso livre do governo federal –, como do ponto de vista mais específico da área da saúde, por meio da renúncia de arrecadação.

Ao aprofundar os estudos sobre o conflito distributivo na área da saúde, revelam-se a particular desigualdade social brasileira e sua reprodução e perpetuação anacrônicas. O processo de mercantilização dos serviços de saúde, assim como o de desmercantilização do financiamento, no caso brasileiro, vêm associados.

Relembramos também o histórico da vulnerabilidade do financiamento do SUS, as lutas pela garantia de recursos no contexto das relações público-privada e a discussão do financiamento do ponto de vista macroeconômico e suas relações com o setor privado. Exatamente em um momento em que a garantia de recursos públicos é essencial para combater o contexto de desemprego, de adoecimento em períodos de crise, de desalento e de novas epidemias, de dengue ou de zika, por exemplo, há uma pressão do gasto público de saúde de um lado. E, do outro lado, o esforço do governo federal para reanimar o setor privado por meio de incentivos fiscais, desde 2014, sem exigir a contrapartida, tem um efeito preocupante e perigoso sobre a seguridade social.

O capítulo termina com a discussão da questão da renúncia de arrecadação e como ela pode ser especificada para a saúde. Vemos que as empresas recebem muito mais do que retribuem, e essa relação, injusta, mostra o poder de regulação que o setor público tem (ANS), mas não o utiliza ou utiliza sua omissão para favorecer a segmentação do sistema de saúde, dando prioridade ao setor privado. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre os efeitos econômicos positivos do gasto público com saúde e o caráter regressivo do gasto tributário com saúde associado aos planos de saúde. Essas considerações nos aproximam da dimensão da desigualdade, que a política de saúde seria bastante eficaz em combater.

## **Referências bibliográficas**

CARDOSO DE MELO, M. F. G. *Relações público-privadas no sistema de saúde brasileiro*. Campinas, SP: Unicamp, 2017. (Tese, Doutorado em Desenvolvimento Econômico)  
Link para a tese: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/330343>

*Maria Fernanda Godoy Cardoso de Melo*

ESPING-ANDERSEN, G. *The three worlds of welfare capitalism*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

*Maria Fernanda Godoy Cardoso de Melo* é economista, doutora em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e professora das Faculdades de Campinas (FACAMP).

## **As realidades econômicas dos netos de Keynes: obstáculos ao ideal keynesiano<sup>1</sup>**

*Augusto Maganha Barbosa*

*“¿Para que sirve la utopía?[...]  
La utopía está en el horizonte  
Yo sé muy bien que nunca la alcanzaré,  
Que si yo camino diez pasos, ella se alejará diez pasos,  
Sé que nunca la alcanzaré porque cuando yo me acerco, ella se aleja.  
Buena pregunta, entonces. ¿Verdad?  
Pues la utopía sirve para eso. La utopía sirve para caminar.”  
(Eduardo Galeano – El derecho al delirio)*

### **Introdução**

O futuro é aquilo que está por vir, é como estaremos no presente passado algum tempo. Julgamos conhecer o passado, vivemos o presente, mas, para o amanhã, só temos previsões e perspectivas. Por sua incerteza, o porvir torna-se instigante: o desejo de saber as consequências exatas das nossas atitudes neste momento e/ou a possibilidade de sonhar com aquilo que pode, ou não, ocorrer, estão presentes desde quando se possa imaginar e dizem respeito a tudo aquilo que se deseja saber do futuro: desde as sociedades primitivas almejava-se saber o resultado das colheitas ao se efetuar um cultivo, a Bíblia proclamou o amanhã ao falar do apocalipse, Santo Agostinho versou sobre o futuro dos homens entre o céu e o inferno. Marx proclamou outro futuro possível ao imaginar o horizonte dos modos de produção e da capacidade de organização de sociedade. Analistas emitem boletins diários sobre aquilo que esperam do valor das ações amanhã.

Todas essas previsões têm algum fundamento e baseiam-se naquilo que por algum motivo é considerado ímpar para se entender o que está por vir: o passado, o presente, o clima, os astros, os deuses, os cálculos, a política, etc. Entretanto, nem tudo aquilo que se prevê torna-se verdade quando o futuro torna-se o presente: o positivismo, que via o futuro melhor que o passado através do desenvolvimento da ciência, teve seus ideais solapados na Batalha de Verdun<sup>2</sup>: centenas de milhares de mortes causadas pela disputa imperialista e que foram aumentadas pelo avanço da ciência, que não só não proporcionou a paz, mas também aperfeiçoou a máquina de guerra. Santos Dumont, que mostrou ser

---

<sup>1</sup> Este artigo é baseado na monografia do autor, orientada pelo Professor Rogério Pereira de Andrade, apresentada em dezembro de 2017 como pré-requisito para a conclusão do curso de Graduação em Ciências Econômicas na UNICAMP.

<sup>2</sup> Uma das principais batalhas da Primeira Guerra Mundial, com estimativas de mortos entre 700 mil e 900 mil mortos. Foi também a mais extensa do combate, durando cerca de um ano.

possível o mito de Dédalo e Ícaro, enforcou-se ao perceber que sua invenção para o futuro era usada no presente para a guerra e para a morte.

A economia como uma disciplina produz inúmeras previsões: do preço das ações na próxima semana, do crescimento do produto no próximo trimestre, das variações na taxa de juros até o final do ano ou de como será o mundo em um século. Um dos que imaginou outro futuro possível para um tempo em que nem estaria mais vivo foi Keynes, ao escrever *Possibilidades econômicas para os nossos netos*, em uma época (1930) na qual diversas obras (literárias ou acadêmicas) versaram sobre o futuro em dez, vinte, cinquenta ou cem anos, como forma de escapar da triste realidade da época. Escrito em um ambiente que Keynes classificou como “de um violento ataque de pessimismo econômico” (KEYNES, 1978, p. 175), o texto causou certa estranheza ao imaginar um futuro extremamente positivo em um século. Afinal, ao se observar o ano de publicação do texto, nota-se claramente a influência da Grande Depressão na formação de expectativas sobre o futuro econômico, ou seja, a influência de um ambiente de grande pessimismo para a superação do que Keynes, no texto já referido, posteriormente viria a chamar de “problema econômico”.

É importante notar que para além da economia, este ambiente de pessimismo pode ser visto nas artes, a exemplo do cinema, com o lançamento impactante de *Metropolis* (em 1927, na República de Weimar, ainda antes da Grande Depressão), uma distopia de como seria o presente passados cem anos, e que confronta, ao mesmo tempo, uma sociedade que solucionou, em grande parte (especialmente para os ricos), o que Keynes chamou de problema econômico, em uma sociedade com problemas sociais latentes, como o trabalho dos operários no subterrâneo, num ritmo extremamente elevado de produção. Ainda nas artes, mas agora na literatura, posteriormente ao texto de Keynes há a publicação da obra prima de Aldous Huxley, *Admirável mundo novo* (1932), que novamente trata de uma sociedade distópica em que não há mais problemas materiais para os nascidos civilizados; contudo, as relações pessoais se dão somente por questões materiais e objetivas, deixando de lado todas as outras questões da vida em sociedade.

Reforçando o ambiente de pessimismo, na política percebeu-se certa descrença com as instituições democráticas, visto que o extremismo (tanto à esquerda, na União Soviética, quanto à direita, no fascismo italiano iniciado em 1922) pareceu uma alternativa não muito distante de solucionar o “problema econômico” e melhorar a vida de todos. Isso é percebido especialmente ao se lembrar que a União Soviética passou pela Grande Depressão sem as mesmas perdas materiais que os países capitalistas: por exemplo, os alemães, na democrática República de Weimar, não deram uma resposta satisfatória à Grande Depressão, abrindo caminho à ascensão do nazismo.

Entretanto, Keynes elaborou seu texto contra a onda de pessimismo e de caráter distópico que tomava os escritos da época. Para ele, essa interpretação estava errada tanto em sua análise sobre o presente, quanto do futuro, uma vez que o progresso técnico iniciado no século XVIII (ligado à retomada das taxas de juros compostas e ao fornecimento de ouro do novo para o velho mundo) havia sido brutal, de modo que o avanço da técnica deu-se de forma mais rápida do que a capacidade de incorporar os trabalhadores ao seu processo produtivo, gerando o que ele chamou de uma “doença”, o desemprego tecnológico.

Essa doença e a fase vivida pela economia mundial, todavia, eram temporárias, até que houvesse um novo ajustamento. Para além desta suposição, o autor imaginava que o padrão de vida nos países em avançados seria, “daqui a cem anos entre quatro e oito vezes maior do que o atual” (KEYNES, 1978, p. 157), no caso de não haver grandes guerras ou rupturas de grande magnitude (percebe-se, claramente, que esta premissa fracassou). Outra previsão foi sobre a redução da jornada de trabalho: Keynes esperava que, conforme o progresso técnico avançasse, a jornada de trabalho seria reduzida ao ponto de que, passados 100 anos, a jornada laboral média fosse de 15 horas semanais. A depressão “cegava” as pessoas, que observavam somente o que estava ocorrendo na superfície. Conforme a tormenta passasse, a renda voltaria a crescer e as necessidades humanas seriam mais bem satisfeitas.

Portanto, Keynes diz que ainda não havia chegado a hora, em 1930, de se poder solucionar o problema econômico para então viver sábia e agradavelmente. Ainda seria necessário, por mais cem anos, “fingir para nós mesmos e para os outros que o justo é mau e o mau é justo; pois o mau é útil e o justo, não. Ainda por algum tempo, nossos deuses continuarão sendo a avareza, a usura e a precaução” (Ibid., p. 157).

Passados 87 anos da publicação do texto de Keynes, o problema econômico já foi solucionado? A previsão otimista de futuro tornou-se realidade ou ainda é algo distante? Nós, os “netos de Keynes”, nos importamos com os mesmos problemas do autor ou nossas necessidades mudaram e temos outros objetivos? Há alguma saída para a lógica atual com a finalidade de proporcionarmos um outro mundo?

É perceptível que ainda não houve a superação do problema econômico para a maior parte do mundo (inclusive para a maior parte da população dos países centrais). Não se espera, também, que nos próximos 13 anos, mesmo que se complete os objetivos da Agenda 2030, poderemos viver em um mundo em que o amor pelo dinheiro seja reconhecido como uma morbidade, ou que as pessoas possam viver em busca do “problema real”. No mais, não se pode afirmar com clareza quais os objetivos dos netos de Keynes, dada a diversidade de pensamento. Mas, certamente, a lógica que proporcionou a organização social atual pode ser superada, com a finalidade de se construir um outro mundo possível.

Este texto tem como objetivo discutir, de um lado, as possibilidades econômicas versadas por Keynes para gerações futuras (e o erro de previsão que impossibilitou a sua concretização); de outro, quais as possibilidades que nós, os netos de Keynes, temos para o futuro próximo. A ponte que se constrói entre o futuro possível em 1930 e o mundo possível em 2017<sup>3</sup> parte da constatação de que Keynes errou ao prever que a lógica de concentração da renda seria substituída por uma lógica de redistribuição da renda (a partir da década de 1970, volta a tendência de concentração da renda nos países avançados em meio ao ressurgimento do liberalismo, enquanto sistema normativo, mas agora sob a forma do “neoliberalismo” – como será melhor descrito na seção 2). Com isso, os ganhos de

---

<sup>3</sup> Embora o livro de Robert Skidelsky e Edward Skidelsky (*O quanto é suficiente? O amor pelo dinheiro e a defesa da vida boa*) tenha sido escrito em 2012, a presente análise assume que o mundo possível hoje é o mesmo de cinco anos atrás.

produtividade não foram revertidos à maior parte dos trabalhadores e arrefeceu a luta pela redução da jornada de trabalho.

Em continuidade, a partir das ideias de Dardot e Laval (2016), há a apresentação do neoliberalismo como um sistema normativo. Parte-se da revisão histórica do liberalismo econômico clássico para se construir as ideias que passariam a fazer parte do *mainstream* político e econômico a partir da década de 1970. Duas seções são reservadas para apresentar quais os efeitos desse sistema normativo sobre os Estados e sobre os indivíduos, os netos de Keynes.

A terceira seção apresenta as ideias de Michael Sandel sobre os limites morais do mercado. Parte-se da concordância entre este autor e Dardot e Laval de que, a partir da década de 1970, a lógica do mercado se expandiu a esferas da vida antes regidas por outras regras, por exemplo, a amizade ou a preferência. Com isso, percebe-se que a lógica do mercado, quando aplicada a estes bens, implica ou em desigualdade ou em corrupção<sup>4</sup>, abrindo espaço para o questionamento dos limites morais do mercado e a necessidade de uma nova lógica para a organização da sociedade, que não seja pautada no mercado.

Por fim, há a apresentação de uma das lógicas que podem organizar a sociedade sem se pautar no mercado: o conceito de “vida boa” de Skidelsky e Skidelsky. A partir dele, argumenta-se pela necessidade de intervenção do Estado na obtenção dos bens básicos para a vida boa, esperando que, assim, se possa reorientar o mundo para os mesmos princípios que Keynes almejava.

Embora os textos que balizam as seções tratem de assuntos diferentes (o conceito de neoliberalismo, o questionamento dos limites morais do mercado e a discussão da vida boa), acabam partilhando, muitas vezes, de conceitos parecidos. Dardot e Laval (2016) e Sandel (2012) partem da constatação de que, a partir da década de 1980, a lógica de mercado passou a ocupar esferas que eram regidas por outras lógicas. Entretanto, o primeiro texto trata da constituição deste processo e da expansão disso para os Estados e os indivíduos. O segundo, entretanto, discute as consequências da expansão desta lógica de mercado sobre os bens que antes eram regidos por outras lógicas, indicando que isso, provavelmente, não é desejável.

Da mesma forma, Skidelsky e Skidelsky (2012) tratam, por diversas vezes, das mudanças ocorridas a partir da década de 1980 sem se referir a isso como neoliberalismo. Porém, da forma como o assunto é tratado, pode-se dizer que a definição utilizada pelos autores americanos é, ao menos, próxima à dos autores franceses.

Todavia, os principais pontos a serem absorvidos dos textos que balizam as seções, mesmo com as diferentes argumentações dos autores, são: em primeiro lugar, que a atual organização do mundo, baseada na lógica de mercado, não é capaz de solucionar todos os problemas de nossa sociedade; em segundo lugar, que uma solução, de cunho mais coletivo, se faz necessária. A apresentação disso estará nas seções a seguir.

---

<sup>4</sup> Corrupção no sentido de degradar o bem, não necessariamente de obtenção de vantagens indevidas, como estamos acostumados.

## 1. Keynes: a possibilidade e o erro

Esta seção será destinada a apresentar, em uma primeira parte, as ideias de Keynes contidas em *Possibilidades econômicas de nossos netos*. Na segunda, o argumento de Skidelsky e Skidelsky (2012)<sup>5</sup> sobre o erro da previsão relacionada à redução da jornada de trabalho média dos países avançados.

### 1.1. As possibilidades descritas por Keynes

Keynes, em seu artigo seminal de 1930, elaborou duas previsões e deixou em aberto uma possibilidade. Suas previsões foram de que o padrão de vida nos países centrais seria, em cem anos, entre quatro e oito vezes maior que o da época (KEYNES, 1978, p. 154) e que seria possível reduzir o trabalho a turnos de três horas, ou semanas de quinze horas (Ibid., p. 156). A possibilidade é a de que aprenderíamos a empregar nosso tempo com questões não materiais, de modo a "ocupar o lazer que a ciência e o juro composto haviam lhe terão conquistado, para viver bem, sábia e agradavelmente" (Ibid., p. 156).

A satisfação destas previsões e da possibilidade é fundamental para se entender o mundo que, provavelmente, era o esperado por Keynes: um mundo em que, para a maioria das pessoas, haveria a **oportunidade** de se viver bem, sábia e agradavelmente com pouco trabalho. Esta oportunidade proporcionaria, portanto, pela primeira vez na história, que as pessoas pudessem viver empregando seu tempo, sobretudo, no lazer e nas "artes da vida", poupando-se do "sacrifício" do trabalho, que seria preciso, quase que exclusivamente, para a satisfação das necessidades absolutas<sup>6</sup>, uma vez que as necessidades relativas<sup>7</sup> seriam praticamente excluídas caso a possibilidade citada no primeiro parágrafo se tornasse real.

Este avanço, entretanto, estava condicionado por 4 fatores: a capacidade de controlar a população, a determinação em evitar guerras, a disposição em confiar à ciência a direção dessas questões e o ritmo de acumulação. Este avanço, contudo, só seria possível caso houvesse também uma mudança no "código moral", de modo que a acumulação de riqueza deixasse de ter importância social (ligado às necessidades relativas):

"O amor ao dinheiro como uma posse - diferente do amor ao dinheiro como meio para o gozo e as realidades da vida - será reconhecido pelo que é: uma morbidade um pouco fastidiosa, uma dessas tendências semicriminosas e semipatológicas que se costuma confiar com arrepios a especialistas em doenças mentais. Por fim, seremos livres para nos desfazer de todo tipo de costumes sociais e práticas econômicas que influem na distribuição da riqueza e dos

---

<sup>5</sup> Portanto, será uma abordagem diferente das presentes em Pecchi e Piga (2008), que focam em outros pontos que não o neoliberalismo, desconsiderado para a análise.

<sup>6</sup> Necessidades absolutas são como as sentimos, qualquer que seja a situação dos nossos semelhantes.

<sup>7</sup> As necessidades relativas são as que sentimos para satisfazer nosso desejo de superioridade em relação aos nossos semelhantes. Estas necessidades não seriam supridas facilmente: haveria a necessidade de uma mudança na moral de nossa sociedade para que a usura e o amor ao dinheiro como uma posse deixassem de ser os fins dos indivíduos (Ibid., p. 158).

prêmios e castigos econômicos, agora mantidos a todo custo, por mais repugnantes e injustos que possam ser em si, pelo fato de serem tremendamente úteis para promover a acumulação do capital. Naturalmente, ainda haverá muita gente com objetivos intensos e insatisfeitos, em busca cega da riqueza – a menos que possam encontrar-lhe algum substituto plausível. Mas entre nós não nos sentiremos mais obrigados a aplaudir e encorajá-los (KEYNES, 1930, p. 157).

Em termos talvez mais poéticos, Galeano, que não produziu seu texto a partir de Keynes, resume muito bem: “A morte e o dinheiro perderão seus poderes mágicos e nem por morte, nem por fortuna se converterá o canalha em um virtuoso cavaleiro”.

Keynes encerra seu texto enfatizando que o problema econômico deveria ser deixado por conta dos especialistas (economistas). Sendo assim, o problema econômico poderia ser equacionado. Porém, para tal, os economistas deveriam ser competentes e humildes (como diz Galeano: “*Los economistas no llamarán nivel de vida al nivel de consumo, ni llamarán calidad de vida a la cantidad de cosas*”).

Embora ainda não tenha passado os cem anos, supostos por Keynes, necessários para a superação do problema econômico, já se percebe, como dito na Introdução, que mesmo com o acerto da previsão sobre o produto, a previsão sobre o trabalho não deve tornar-se a realidade até o centenário do artigo. Cabe, portanto, a análise do erro de Keynes em sua previsão.

## 1.2. O trabalho dos netos de Keynes e o erro de sua previsão

O mundo dos netos de Keynes não é orientado para a coletividade, nem mesmo para a felicidade, muito menos para a “vida boa”. Os economistas, por sua vez, ainda consideram o crescimento do produto e a reprodução do capital como metas mais importantes que a boa vida ou que a redução da jornada de trabalho; os trabalhadores, que são netos de Keynes e *neossujeitos*<sup>8</sup>, embora muitas vezes reconheçam que preferem trabalhar menos (mesmo por um menor salário) (SKIDELSKY; SKIDELSKY, 2012, p. 46) para ter mais tempo para o lazer, ainda vivem em uma lógica de competição por tudo: por empregos, por bens e até por amor.

A mudança, embora possível, não parece próxima. Mesmo que nos países centrais as necessidades absolutas já possam ser satisfeitas, parecemos “condenados à escassez: não por falta de recursos, mas por um apetite insaciável que é próprio do ser humano” (Ibid., p. 26). Neste sentido, a economia (“ciência”, que segundo a visão do *mainstream*, estuda a alocação dos recursos escassos, portanto, a eficiência), será sempre necessária (Ibid., p. 27). Os dentistas, assim, continuarão desprestigiados em relação aos economistas até que o nosso objetivo deixe de ser o crescimento e a maximização e se torne ter uma “vida boa”.

Um ponto que provavelmente é fundamental para a “vida boa” da maioria da população é um processo de redução da jornada de trabalho, com concomitante aumento

---

<sup>8</sup> *Neossujeitos* é um termo usado por Dardot e Laval (2016). Seu significado está ligado aos sujeitos “produzidos” no mundo neoliberal. O conceito será retomado na segunda seção.

do lazer. Uma forte queda no número de horas trabalhadas anualmente não é percebida desde a década de 1970, tornando errada uma das previsões de Keynes. Nos países centrais, a média de horas trabalhadas ainda está, semanalmente, entre 30 e 40 (Ibid., p. 38), com certa heterogeneidade entre países ou classes sociais. Neste sentido, é fundamental entender que as jornadas de trabalho não são iguais entre os países, nem mesmo entre as classes. As distinções são feitas a seguir, com base no primeiro capítulo do livro de Skidelsky e Skidelsky (2012).

O primeiro ponto é a diferença que existe entre os próprios países desenvolvidos. Americanos e italianos trabalham cerca de 40 horas por semana, enquanto holandeses, alemães e franceses trabalham entre 32 e 35. Os autores explicam isso de acordo com a cultura de cada região. Para eles, nos Estados Unidos, terra de imigrantes, por exemplo, o trabalho é visto como uma forma de ascensão social muito mais possível que na Europa, marcada por uma aristocracia muito forte (Ibid., p. 37-8). Desta forma, é natural imaginar que o trabalho seja encorajado na América, ao contrário da Europa.

Em segundo lugar, há a diferença de como o trabalho é encarado pelos próprios grupos sociais de um país. Os diferentes grupos, na média, trabalham um número de horas parecidas, mas as remunerações são totalmente diferentes. Enquanto os mais pobres “trabalham menos horas do que desejariam, os mais ricos trabalham mais horas do que precisam” (Ibid., p. 39), (Ibid., p. 39) por conta da alta proporção dos bens absolutos em relação ao valor da remuneração dos mais pobres. Neste caso, inverte-se o padrão de que os profissionais liberais trabalhavam menos (seja em horas trabalhadas por dia, ou em tempo de carreira) para aproveitar o tempo livre com lazer.

O terceiro ponto mostra, de certa forma, um ganho para o lazer. As férias, na maior parte do mundo rico, aumentaram substancialmente desde 1930 (em média de uma para quatro semanas), o que explica uma razoável queda nas horas trabalhadas. Entretanto, a jornada de trabalho semanal pouco se alterou desde 1970.

Keynes imaginou a redução no número de horas trabalhadas como uma consequência do aumento da renda: conforme a renda aumentasse, as necessidades básicas seriam melhor satisfeitas e o trabalho seria menos necessário para a satisfação das necessidades absolutas. Em um *trade-off* entre trabalho e lazer, o segundo aumentaria sua proporção conforme o primeiro se tornasse mais eficiente e menos necessário. Consequentemente haveria uma redução pela jornada de trabalho.

No entanto, isso não se tornou nossa realidade. “Por que a profecia de Keynes fracassou?” é uma pergunta que pode ser respondida com base no capítulo 1 do livro de Skidelsky e Skidelsky (2012). Para eles, três elementos explicam o fato das pessoas trabalharem tanto: ou porque gostam, ou porque são obrigadas, ou porque desejam bens cada vez mais (Ibid., p. 43).

É notável que o trabalho como prazer é algo presente nas atividades. Este ponto justificaria o motivo dos trabalhadores das classes mais altas trabalharem mais do que em 1930. Não se pode negar, também, que há outros elementos presentes no trabalho a serem considerados positivos: amizades, companhia, ou mesmo “fugir” dos problemas pessoais.

Outro ponto a ser considerado é que talvez os netos de Keynes queiram trabalhar bastante para satisfazer suas necessidades de bens relativos, especialmente os bens “oligárquicos”, que demarcam a posição de um indivíduo na sociedade e que são e permanecerão escassos. A popularização deste tipo de bem faria com que sua categorização enquanto bem oligárquico fosse desfeita. Por isso, quem tem acesso aos bens oligárquicos está em uma posição distinta da dos outros (Ibid., p. 55).

No entanto, a preferência ainda é pela redução da jornada de trabalho. Conforme Skidelsky e Skidelsky (2012), duas pesquisas apontaram que as pessoas na Europa e nos Estados Unidos preferem a redução da jornada de trabalho, mesmo que com a redução do salário<sup>9</sup>. Na pesquisa europeia, inclusive, 51% aceitariam reduzir as horas trabalhadas na mesma proporção do salário, contra 12% opositores à proposição.

Os autores, então, identificam um fator que ajuda a explicar o motivo de uma tendência presente nas décadas de 50 e 60, pela redução da jornada de trabalho, não ter sido observada a partir da década de 1980: os trabalhadores não tiveram ganhos reais suficientes para que pudessem trabalhar menos (Ibid., p. 47). Mesmo com a produção dos países crescendo a uma média histórica a partir da década de 1970, a distribuição de renda teve sua tendência invertida: a concentração de renda nos países centrais aumentou substancialmente, especialmente em favor do 1% mais rico. Nos Estados Unidos, por exemplo, a proporção deste grupo no total da renda nacional saltou de cerca de 9% em 1980 para cerca de 18% em 2008 (Ibid., p. 47).

A concentração de renda, principal responsável para que os trabalhadores não tivessem os ganhos reais suficientes para almejar uma redução na jornada de trabalho, pode ser explicada por dois fatores principais, na visão de Skidelsky e Skidelsky: tanto pelo fracasso de um sistema tributário que contivesse o crescimento da desigualdade neste Estado Neoliberal, quanto pelo aumento do setor de serviços, muito menos automatizados, com pouca organização sindical e com menores ganhos de escala e de eficiência (que poderiam ser transferidos ao trabalhador). Por conta disso, os empregadores do setor de serviços são incentivados a concentrar os gastos com menos funcionários e por mais horas. Para cada funcionário há novos custos fiscais, administrativos, de treinamento, recrutamento, etc. (Ibid., p. 49).

Esta realidade gera uma questão não respondida pelos autores, mas relevante: a tendência de crescimento do setor de serviços nas economias avançadas permite a redução da jornada de trabalho em algum momento? Em um ambiente de globalização, o fluxo de capitais é muito facilitado. Dessa forma, conforme os custos do trabalho aumentam, a produção pode ser deslocada para um local mais favorável à empresa. Assim, a indústria (que permite a incorporação de ganhos reais de renda maiores) pode se deslocar para áreas em que a remuneração pelo trabalho é menor, transformando a antiga economia industrial de um lugar em uma nova economia de serviços. O setor de serviços, todavia, não é muito favorável à redução da jornada de trabalho, conforme já descrito. Neste sentido, aqueles países que já passaram por um período de grande industrialização (mas só aqueles que

---

<sup>9</sup> Os dados podem ser melhor observados em Skidelsky e Skidelsky (2012, p. 46).

conseguiram atingir um bom nível de desenvolvimento), estão aptos a reduzir a jornada de trabalho, mas este processo é engessado pelo aumento dessa nova economia. É possível superar esta questão em um ambiente de globalização e de leis trabalhistas cada vez mais flexíveis? Como será observado ao longo do texto, a superação desta questão não pode ocorrer com a atual sociedade centrada no indivíduo.

Retomando o principal questionamento desta subseção, o erro de Keynes, na visão de Skidelsky e Skidelsky (2012, p. 61), foi:

“Acreditar que o amor ao lucro libertado pelo capitalismo poderia ser saciado com a abundância, permitindo às pessoas saborear uma vida civilizada. Isso porque ele imaginava que o estoque de desejos naturais fosse limitado. Só não entendeu que o capitalismo estabeleceria uma nova dinâmica de criação de desejo que oprimiria as tradicionais restrições de hábito e bom senso. O que significa que, apesar da abundância ser muito maior, a posição em que nos encontramos para que a vida boa se torne realidade é pior do que na sociedade tradicional em que Keynes vivia. O capitalismo fez um progresso incomparável na criação de riquezas, mas nos tornou incapazes de usar essa riqueza de maneira civilizada.”

Por conta do que se sucedeu desde a publicação do texto de Keynes, em 1930, a evolução do capitalismo não exhibe uma tendência de evolução para algo mais nobre. Não se pode crer que, deixado à liberdade daqueles que possuem o poder, os frutos da evolução deste sistema serão distribuídos a todos, seja por força do trabalho, seja pela caridade. É essencial que se repense os ideais de sociedade e de coletividade desejados, de modo a se buscar um outro mundo possível.

Entretanto, em primeiro lugar, é fundamental que se entenda o “sistema normativo neoliberal”, dominante no mundo atual e que forma um novo tipo de sujeito e um novo tipo de Estado. Somente a partir disso será possível repensar os limites morais do mercado e da acumulação, para então propor um novo objetivo político para nossa sociedade.

## **2. Dardot e Laval: o mundo sob uma nova racionalidade**

Embora muito mais próximo ao modelo de Hicks (IS-LM) do que propriamente dos ensinamentos de Keynes (especialmente a demanda efetiva), o mundo viveu entre os anos 1930 e 1970 sob forte influência das denominadas “políticas keynesianas”. Neste período houve um foco muito grande no bem estar social, de modo que o crescimento econômico fosse voltado também para a melhora das condições de vida das pessoas, com a geração de emprego, elaboração de políticas públicas de transporte e saneamento e a melhora nos indicadores de saúde e educação.

Entretanto, este modelo de desenvolvimento não foi capaz de responder de maneira eficaz à crise de estagflação da década de 70, dando espaço ao crescimento daquilo que ficou conhecido como a “ideologia neoliberal”. A assunção ao poder de figuras como

Thatcher e Reagan mostra como essa “ideologia” tornou-se presente no campo político a partir do final dos anos 70 e início dos 80. Com o afrouxamento do controle da economia, diversas privatizações, abertura econômica e uma forte mudança na legislação, os valores neoliberais ganharam força até nas camadas mais pobres, conforme proporcionaram uma resposta plausível, ao menos, para a inflação do período.

Contudo, seria um equívoco crer que o neoliberalismo possui apenas uma dimensão econômica ou que é um sistema plenamente fechado, sem diferença entre seus propositores ou com propostas econômicas únicas. Para além de uma ideologia ou política econômica, o neoliberalismo é um “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7).

Outro equívoco seria entender o neoliberalismo apenas como uma volta do antigo liberalismo ou da não intervenção do Estado. Os pilares neoliberais são diferentes e mais complexos que os liberais clássicos. A lógica por trás do pensamento é totalmente modificada, dando um espaço muito maior à concorrência do que pura e simplesmente à liberdade. O Estado é outro, assim como os indivíduos, bem como a forma de se lutar contra esse sistema. A questão principal deixa de ser um embate entre intervenção ou não intervenção, passando a ser a análise da “natureza das intervenções”, ou seja, quando elas são justificáveis e necessárias (Ibid., p. 158).

Keynes, ao escrever *Possibilidades econômicas de nossos netos*, não previu a hegemonia de um novo tipo de liberalismo, fundamental para entender o erro de sua previsão sobre como seria o mundo de seus netos. A seção anterior procurou explicar o erro de previsão. Esta, em continuidade, a partir das ideias de Dardot e Laval (2016), tem como objetivo descrever a lógica que governa as relações sociais no mundo atual. Para isso, traça-se o histórico da formação do neoliberalismo, mostrando a discussão e o mecanismo que o tornou a razão dominante do mundo. Em seguida, há a explicação do governo empresarial, no sentido de apresentar a nova forma de governo da sociedade pelo Estado. Por fim, a formação dos *neossujeitos*, conceito criado pelos autores para descrever os “sujeitos neoliberais”.

### 2.1. O nascimento e a constituição da nova razão do mundo

A unidade dentro do liberalismo sempre foi problemática. Por possuir hipóteses rígidas, facilmente contestáveis e muito gerais – o direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes de equilíbrio de mercado – a interpretação de “liberalismo” é extremamente ampla, de modo que torna-se difícil tratar todos os pensadores liberais como participantes de uma só escola ou um só pensamento (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37).

O embate interno ao liberalismo, que se estendeu de finais do século XIX até o entreguerras, confrontava os reformistas sociais e os partidários da liberdade individual como fim absoluto, proporcionou um período de vazio de propostas unificadas do que se chama de liberalismo. Além disso, as críticas externas ganhavam mais força com a ineficácia dos liberais em incorporar em seus modelos os desenvolvimentos da economia desde os

tempos de Adam Smith, como o monopólio e os cartéis, no sentido de não encarar mais a sociedade como um simples conjunto de indivíduos que fazem trocas em um mercado livre e concorrencial. A emergência, com relativo sucesso (até a época), da União Soviética e o fortalecimento dos sindicatos no início do século XX fez com que a crítica ao liberalismo se tornasse cada vez mais forte.

Há que se pontuar, ainda, que a grave situação material que a crise de 1929 proporcionou em países como os Estados Unidos e a Alemanha, praticamente obrigou a intervenção governamental, com a finalidade de evitar uma catástrofe social ainda mais profunda e duradoura. O liberalismo econômico, assim, não tinha mais capacidade de fornecer as respostas que a sociedade do final dos anos 1920 desejava.

Portanto, o embate interno, aliado tanto com a crítica externa, quanto à falta de respostas para a crise de 1929, fez com que o liberalismo perdesse o protagonismo que outrora possuía. Com o sucesso das políticas "keynesianas" em proporcionar a volta do crescimento econômico e do emprego, o liberalismo econômico praticamente caiu no esquecimento, com alguns autores tratando, inclusive, de sua superação, como Karl Polanyi em *A Grande Transformação* (1944), segundo a interpretação de Dardot e Laval (2016).

Entretanto, o liberalismo já passava por uma reformulação desde o século XIX. John Stuart Mill, em seu texto *On Socialism*, publicado em 1869, segundo a interpretação de Dardot e Laval (*Ibid.*, p. 45), embora rejeitasse totalmente a coletivização proposta pelos socialistas, via que a propriedade privada dependia totalmente de uma escolha pública, não sendo algo natural. Consequentemente, a sociedade teria total justificativa para modificar ou anular a lei da propriedade privada se entendesse que ela não era mais favorável ao bem público. Dessa forma, a defesa da democracia e da escolha individual poderia fazer com que os princípios liberais na economia pudessem ser rejeitados, sem gerar, necessariamente, uma contradição.

O liberalismo reformista<sup>10</sup>, por exemplo, defende a utilização de meios alheios ou opostos aos princípios liberais para a defesa destes próprios princípios, como leis de proteção do trabalho, impostos progressivos, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias ativas, nacionalizações, etc. Embora isso pareça restringir os interesses individuais, só o faz para garantir as condições reais de realização dos fins individuais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69).

O fortalecimento da visão reformista dentro do liberalismo tem como resposta o surgimento do neoliberalismo, "uma tentativa de entravar essa orientação às políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas que se desenvolveram desde o fim do século XIX" (*Ibid.*, p. 71), as quais sinalizavam a degradação do liberalismo puro e que conduzia diretamente ao coletivismo<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> O termo "liberalismo reformista" foi usado pelos autores como forma de descrever as ideias de Keynes e seus seguidores no momento que se sucede à crise de 1929 (*Ibid.*, p. 69).

<sup>11</sup> Neste ponto, trata-se da visão, segundo a interpretação dos autores, presente no "Colóquio Walter Lippmann" (1938) (*Ibid.*, p. 71).

Um dos pilares do liberalismo clássico é questionado pela corrente neoliberal: o naturalismo. Nesta visão, a economia opera dentro de um aparato jurídico que estabelece o regime de propriedade, contratos, patentes, etc., que não são naturais como o equilíbrio de mercado, mas sim uma criação de legisladores e pensadores, dentre outros (Ibid., p. 75). A partir da interpretação de Dardot e Laval, ser liberal, para Louis Rougier, filósofo liberal francês, não era ser conservador, no sentido de manter os privilégios daqueles que se adaptaram melhor às condições naturais; mas sim, progressista, no sentido de uma completa adaptação da legislação às descobertas científicas e a organização e da técnica. Ainda na visão de Rougier, o que se necessitava, então, era um “liberalismo construtor”, no sentido de uma legislação que proporcione uma base para seu desenvolvimento (Ibid., p. 80). O capitalismo, desta forma, não era um produto da natureza, mas uma máquina que necessitava de vigilância e regulação constante (Ibid., p. 88).

Sendo assim, uma intervenção governamental no âmbito jurídico é fundamental para o estabelecimento da ordem e da supervisão dos mercados, diferentemente de uma intervenção administrativa, que impediria a liberdade de ação das empresas, ou, como considerava Hayek, segundo a interpretação de Dardot e Laval sobre o livro *O caminho da servidão* levaria a uma coletivização e ao totalitarismo (Ibid., p. 80).

O intervencionismo jurídico, conforme a interpretação de Dardot e Laval sobre a obra *Civitas Humana*, de Wilhelm Röpke, economista alemão da tradição ordoliberal, deveria ser a responsabilização do indivíduo pelo seu sucesso e pelo seu fracasso: o indivíduo deveria organizar sua própria vida, sua relação com sua propriedade privada, sua família, sua aposentadoria, de modo que essa vida fizesse dele “uma empresa permanente e múltipla” (p. 132). Os indivíduos, neste sentido, seriam não só consumidores, mas, fundamentalmente, produtores de força de trabalho. Como produtores, deveriam tomar a lógica da empresa para si, com cálculos de lucros e perdas, de modo que seria possível exacerbar a concorrência entre as “empresas individuais”, que oferecem força de trabalho, sentimentos, dentre outras coisas que podem ser ofertadas e, conseqüentemente, demandadas num mercado.

A exaltação da concorrência é o cerne do neoliberalismo: mesmo que sua importância esteja já no liberalismo clássico, sua exacerbação como um “processo de descoberta da informação pertinente, um modo de conduta do sujeito que tenta superar e ultrapassar outros na descoberta de novas oportunidades de lucro” é fundamental para entender a fundamentação da base neoliberal (Ibid., p. 135).

A luta entre os agentes define a formação de um pretense equilíbrio, cujo único freio seria o Estado, quando este trava ou suprime a livre competição, e, portanto, torna-se um entrave às virtudes da sociedade civil: “a honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo” (Ibid., p. 136). O mercado e a sede pelo lucro, por sua vez, não tem responsabilidade por isso, uma vez que não necessitam dessas

virtudes. Sendo assim, a intervenção estatal é quase que completamente rejeitada no sistema normativo neoliberal<sup>12</sup>.

Para a fundamentação das ideias neoliberais há toda uma argumentação a partir de ideologias, disciplinas e racionalidades (Ibid., p. 205). As duas ideologias são: a do capitalismo livre e a do Estado de bem estar como desmoralizador dos indivíduos. As três disciplinas são: a introdução de um novo sistema de disciplinas às quais os indivíduos e o Estado devem se submeter; a obrigação de escolher, o que torna os indivíduos total e unicamente responsáveis pelas suas escolhas; e a gestão neoliberal da empresa, que trata os funcionários como empresas que concorrem através de si com o objetivo de cumprir metas.

Por fim, há a racionalidade da prática dos especialistas e administradores: o mundo não é mais visto como era no *Welfare State*, que redistribuiu bens de acordo com certo regime de direitos universais, mas, sim, nesta nova lógica, redistribui os bens de acordo com a capacidade de trabalho e de cálculo dos indivíduos ao trabalhar e fazer escolhas. Sendo assim, eles são responsabilizados por todo sucesso ou fracasso de suas vidas. Os erros e acertos nas vidas dos indivíduos são resultado de erros e acertos de cálculos. Depreende-se disso que há a necessidade de um trabalho pedagógico que “ensine” a cada indivíduo que este é possuidor de um capital humano que pode valorizar-se ou desvalorizar-se de acordo com seu esforço próprio e que cada sucesso ou malogro será de responsabilidade do uso deste capital.

A racionalidade neoliberal, conforme será visto adiante nesta seção (subseção 2.4), faz com que os indivíduos e os Estados imponham a si mesmos as lógicas empresariais e da concorrência, tendo como objetivos a acumulação e as melhoras nos desempenhos em todas as esferas da vida.

Assim, o neoliberalismo não é um herdeiro total, nem um traidor do liberalismo clássico. O neoliberalismo, diferentemente do liberalismo clássico “não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado, aos direitos ou ao cálculo de utilidade, mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens e do governo de si” (Ibid., p. 34). Em outras palavras, o neoliberalismo é “um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Ibid., p. 17). A partir disso, é possível avançar e discutir como esse “princípio universal da concorrência” se fez parte e ainda se faz presente na ação governamental e individual dos netos de Keynes.

---

<sup>12</sup> A intervenção estatal somente seria justificável através do financiamento de atividades que: “[...] dependem de seu esforço para criar um quadro favorável às decisões individuais: instauração e manutenção de um sistema monetário eficaz, definição de pesos e medidas, disponibilização de informações para o estabelecimento de estatísticas, organização da educação sob outra forma, etc. Convém acrescentar a essas atividades todos os serviços que são nitidamente desejáveis, porém não são fornecidos pela empresa concorrencial porque seria impossível ou difícil fazer os beneficiários pagarem’, serviços entre os quais se encontram ‘o grosso dos serviços sanitários e de saúde pública, a construção e a manutenção das estradas e a maioria dos equipamentos urbanos criados pelos municípios para os seus habitantes” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 179).

## 2.2. O governo empresarial

Esta subseção leva o mesmo nome do capítulo 8 de *A Nova Razão do Mundo* (DARDOT; LAVAL, 2016). Toda a argumentação será baseada neste capítulo, que diz respeito à forma de governo adotada conforme os valores neoliberais tomam conta do *status quo* econômico e político.

Conforme a argumentação da subseção anterior, a partir da reformulação liberal iniciada na década de 1980, a questão teórica central deixa de ser a do dualismo entre “intervenção x não intervenção” e passa a ser a natureza da intervenção a ser adotada, como modo de tornar mais eficaz o processo de escolha nos mercados e facilitar a concorrência, assim como a acumulação.

A principal crítica que se faz à atuação do Estado, no sentido de justificar as atitudes que se seguem à emergência de governos neoliberais ao poder, é a da ineficácia e baixa produtividade do Estado em meio à globalização. Ele põe entraves à economia e custa caro demais em relação aos seus benefícios. Submete-se, assim, o Estado a uma avaliação econômica, de cálculo utilitarista e de concorrência, ignorando-se totalmente que a agenda do Estado não necessariamente tem que produzir lucro ou um benefício que possa ser contabilizado. Nota-se também que a questão de soberania nacional passa a ser vista como antiquada e desvalorizada nesta visão, dando lugar às normas jurídicas e às boas práticas de governança (Ibid., p. 276).

Entendido este ponto, é possível prosseguir com as duas dimensões da reestruturação pela qual passou o Estado:

“De fora, com privatizações maciças de empresas públicas que põem fim ao ‘Estado produtor’, mas também de dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais” (Ibid., p. 273).

Essa mudança no modo de gestão, adequando a governança do Estado à governança corporativa, fez com que outros índices e instrumentos, que antes não tinham relevância aos Estados, passem a ter grande importância, como a avaliação da sustentabilidade da dívida pública pelas agências de *rating* (Ibid., p. 278). As restrições à emissão monetária e a obrigatoriedade de se adquirir uma sustentabilidade da dívida pública engessou a ação dos Estados em solucionar questões materiais por meios diretos, relegando tudo à ação do mercado.

Isso, porém, não significa que o Estado se abstém do mercado de produtos e capitais, mas, sim que este se curva ao jogo que ele mesmo propôs, exercendo seu poder de forma indireta, orientando as atividades através de impostos, subsídios, e, muitas vezes, impondo normas de regulação no lugar das leis. Esse “intervencionismo neoliberal” não tem como objetivo corrigir as falhas de mercado, mas, sim, proporcionar condições para que os “mais aptos” e “mais fortes” possam se adaptar num ambiente de grande, e maior, concorrência.

Concorrência é, aliás, a palavra chave para entender a nova gestão pública. Uma vez que o monopólio (e não o desemprego, a precarização do trabalho, etc.) é visto como o

maior perigo ao consumidor, a melhor proteção que há para os indivíduos é a instauração da concorrência: tanto entre os setores privados, quando entre os setores públicos, seja internamente, possibilitando a entrada de agentes privados em serviços que antes eram somente oferecidos pelo setor público, seja externamente, com a concorrência entre os próprios Estados no sentido de se perceber qual oferece vantagens mais adequadas para a reprodução do capital.

Há, porém, mais um ponto fundamental para se entender o papel da concorrência no setor público: a nova forma de gestão de desempenho dos funcionários públicos. A mudança na forma de administração dos recursos humanos deu-se pela instauração da flexibilização ou supressão das regras de direito público, substituição de concursos por contratos privados, mobilidade entre serviços e entre setores públicos e privado, demissões, terceirizações, etc. Além disso, novas ferramentas foram utilizadas para se verificar e avaliar o desempenho dos empregados, mimetizando o que ocorre no setor privado. Admitir os cidadãos apenas como "seres egoístas" que desejam apenas maximizar os ganhos de seu capital humano é exacerbar não só a concorrência, como também a desconfiança nos indivíduos, conforme descrito pelos autores:

“A desconfiança caracteriza ainda a relação entre as instituições públicas e os sujeitos sociais e políticos, que também são vistos como “oportunistas” em busca da máxima vantagem pessoal, sem nenhuma consideração pelo interesse coletivo. A reestruturação neoliberal transforma os cidadãos em consumidores de serviços que nunca tem em vista nada além da sua satisfação egoísta, o que faz que sejam tratados como tais por procedimentos de vigilância, restrição, punição e “responsabilização”. É isso que leva a “envolver” os doentes, fazendo-os arcar com uma parte maior das despesas médicas, e os estudantes universitários, aumentando as taxas de inscrição. O “governo” das administrações públicas, de autoridades locais, dos hospitais e das escolas por indicadores sintéticos de desempenho, cujos resultados são largamente difundidos pela imprensa local e nacional na forma de ranking, convida o cidadão a basear seu julgamento apenas na relação de custo-benefício. A corrosão da confiança nas “virtudes” cívicas teve, sem dúvida, efeitos performativos sobre a maneira como os novos cidadãos-consumidores enxergam sua contribuição fiscal para os cargos coletivos e o “retorno” que tem individualmente. Eles não são chamados a julgar políticas e instituições do ponto de vista do interesse da comunidade política, mas somente em função de seu interesse pessoal. É a própria definição de sujeito político que é radicalmente alterada” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 320).

Para além das questões específicas da instauração da concorrência na gestão pública, a ideia de concorrência generalizada pressiona os Estados e outras instâncias públicas, de modo que estes se sentem obrigados a produzir condições ótimas de valorização do capital, oferecendo cada vez mais incentivos para sua reprodução, em detrimento de outras ações que poderiam ser tomadas, como “assegurar a integração dos diferentes níveis da vida coletiva” (Ibid., p. 284). Não há mais uma ideia de “harmonia entre

eficácia econômica e progresso social”, mas sim a de exacerbar a concorrência, de modo que a população é vista como simplesmente uma contribuição para a produção, comparada com seu custo na competição mundial. A própria política dita “social” sofreu mudanças, de modo que agora esta visa “maximizar a utilidade da população, aumentando sua empregabilidade e sua produtividade, e diminuir seus custos”, além de “enfraquecer o poder de negociação dos sindicatos, degradar o direito trabalhista, baixar o custo do trabalho, diminuir o valor das aposentadorias e a qualidade da proteção social em nome da ‘adequação à globalização’” (Ibid., p. 284).

O avanço da globalização no neoliberalismo produziu, também, a “governança mundial sem governo mundial”, ou seja, nessa nova forma de poder, os Estados não praticam mais um controle mundializado sobre questões gerais, apenas coligam-se entre si e entre empresas, de modo a adquirir mais vantagens e maximizar seus interesses misturando interesses econômicos públicos e privados. A Organização das Nações Unidas, por exemplo, praticamente perde seu valor, tendo seu poder substituído por instituições como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e por alguns blocos econômicos.

A instauração da concorrência exacerbada na esfera pública, seja na gestão dos funcionários públicos, seja nas privatizações e abertura de novos setores para o capital privado, seja entre os Estados, aumentando as vantagens para o capital ou com a redução do poder de uma “governança mundial”, proporcionou uma mudança sem precedentes na organização do Estado. Nesse sentido, percebe-se o que foi dito no início da seção sobre o neoliberalismo não ser somente uma ideologia ou um conjunto de propostas econômicas, mas sim um sistema normativo que tenta se expandir a todas esferas da sociedade, seja no Estado (visto nessa seção), seja na vida pessoal de cada indivíduo, conforme será visto na próxima subseção.

### 2.3. A formação do sujeito neoliberal

A necessidade de se adaptar à nova realidade de concorrência exacerbada em todas as esferas da vida proporcionou uma nova imagem de sujeito ideal e que deveria ser seguido. Este novo homem é um homem competitivo, totalmente imerso na concorrência mundial; é, portanto, um “homem-empresa”, um “sujeito empresarial”, que favorece uma rede de estímulos e sanções dentro das empresas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321-322).

A invenção do homem-empresa supõe uma integração da vida pessoal e profissional, uma gestão do portfólio de atividades e uma mudança da relação com seu tempo, na questão de distribuição deste entre trabalho e lazer. Este indivíduo é totalmente calculista e exerce o cálculo de maximização dos prazeres e das dores sobre si mesmo. Foi construído em um processo complexo de mudança contratual, legislativa e de princípios morais, iniciado com a invenção do “homem-operário” do século XVIII e XIX, e completado somente com a homogeneização do indivíduo em torno da figura da empresa, no chamado “momento neoliberal” (Ibid., p. 326).

Esse *neossujeito* não é mais coagido a educar somente seu corpo ou seu espírito para ser mais dócil com sua atividade. Ele governa seu ser, cuja subjetividade está

inteiramente envolvida com a sua atividade profissional. O objetivo é que ele trabalhe com a motivação de como se fosse para si mesmo, como se o homem-empresa fosse o dono da empresa em que trabalha, e que, assim, assuma os riscos e a responsabilidade total pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso. Este indivíduo competente praticamente se enxerga como uma mercadoria, mais precisamente como capital humano e que, assim, pode maximizar-se, de modo a otimizar ganhos e minimizar riscos de suas escolhas, num ambiente de liberdade.

A empresa, neste ambiente, não é vista como uma entidade que explora o trabalhador, extraindo mais-valia ou apropriando uma parte de trabalho não pago do trabalhador. Ela passa a ser vista como um espaço de “realização pessoal, a instância onde finalmente se podem conjugar o desejo de realização pessoal dos indivíduos, seu bem-estar material, o sucesso comercial e financeiro da ‘comunidade’ de trabalho e sua contribuição para a prosperidade geral da população” (Ibid., p. 328). Junto disso, a empresa é vista também como a instituição que promove a inovação em todas as esferas, um lugar de mudança permanente, de adaptação às mudanças e de uma exímia maximização, em que sempre há a busca pelo erro zero.

Neste ambiente, a antiga lógica de luta, em que havia uma disputa entre capitalista e assalariado, não faz mais sentido. Os *neossujeitos* não encaram mais que há um trabalho não remunerado, ou mais-valia. Ao se encarar como capital humano, há um jogo "ganha-ganha", uma vez que o sujeito neoliberal não pode perder, porque este é, ao mesmo tempo um trabalhador que acumula capital e desfruta dele, sendo este o imaginário da condição *neossubjetiva* (Ibid., p. 373).

A corrosão dos direitos dos trabalhadores, junto da insegurança instalada entre eles por conta das novas formas de emprego precárias, provisórias e temporárias, além da facilidade (proporcionada pela mudança na legislação) em demitir e diminuir o poder de compra deles (através do baixo poder de barganha dos trabalhadores no ambiente neoliberal), produz um aumento na dependência dos trabalhadores em relação aos empregadores. Neste sentido:

“A ‘naturalização’ do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

As empresas, portanto, constituem também algo próximo de uma "escola", que educam e dão legitimidade aos bem-sucedidos, sendo os gerentes e diretores uma espécie de sábios ou mestres. Estes mestres, todavia, não podem impor as atividades aos seus subordinados. Devem motivá-los, de modo que a coerção financeira ajuda neste processo de procura por “um motivo”, uma vez que os *neossujeitos* são responsáveis pelos riscos que tomam e pelos resultados de seus sucessos ou fracassos (Ibid., p. 345).

Em relação aos riscos tomados pelos *neossujeitos*:

“Trata-se, na realidade, de uma criação social e política de riscos individualizados que podem ser geridos não pelo Estado social, mas por empresas – cada vez mais poderosas e numerosas – que propõem serviços estritamente individuais de “gestão de riscos”. O “risco” tornou-se um setor comercial, na medida em que se trata de produzir indivíduos que poderão contar cada vez menos com formas de ajuda mútua de seus meios de pertencimento e com os mecanismos públicos de solidariedade. Do mesmo modo e ao mesmo tempo que se produz o sujeito de risco, produz-se o sujeito da assistência privada. A maneira como os governos reduzem a cobertura socializada dos gastos com doenças ou aposentadoria, transferindo sua gestão para empresas de seguro privado, fundos comuns e associações mutualistas intimados a funcionar segundo uma lógica individualizada, permite estabelecer que se trata de uma verdadeira estratégia” (Ibid., p. 348).

O neoliberalismo, neste sentido, acaba com a dimensão coletiva dos indivíduos: destrói toda a formação e estrutura social precedente, como a família e algumas religiões). Neste ambiente de "individualização radical que faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais, todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsabilidade individual"(Ibid., p. 348). Em outras palavras, os problemas inerentes sistema capitalista passam a ser problemas de cunho e responsabilidade individuais.

Além das motivações individuais dos *neossujeitos*, há as táticas empresariais de vigilância e de controle do trabalho alheio que vão muito além do treinamento ou do *coaching*. O aumento da exigência do controle de si mesmo é conseguido através da contabilização de tudo, com metas em todas as tarefas, além da responsabilização dos indivíduos por todas as atividades por conta de auditorias e avaliações dos gestores. Neste ambiente, a norma social muda: a média não mais satisfaz, mas sim o desempenho máximo (Ibid., p. 356).

Essa busca pela otimização, conforme já mencionado, trouxe consigo a precarização das atividades, uma maior incerteza de futuro e um ritmo de trabalho mais acelerado. Além disso, a transformação do indivíduo em um homem-empresa fez com que o desejo de otimização estivesse presente em todas as esferas da vida. Dessa forma, o estresse, o medo de perda de prestígio e o assédio no trabalho se tornaram mais frequentes, bem como os casos de suicídios no trabalho e os “riscos psicossociais” dolorosos e onerosos para as companhias de seguro (Ibid., p. 362).

O enfraquecimento dos sindicatos somente reforça o sentimento de isolamento. Outro fato apontado é a “corrosão do capital humano”, podendo haver desemprego involuntário entre os mais velhos, especialmente em tempos de ampliação das idades mínimas para aposentadoria. Como resposta aos problemas que a formação do neossujeito provoca, não se procura atacar o cerne da questão (a precarização, a incerteza, a cobrança, o ritmo), mas, ao contrário, são desenvolvidos medicamentos, as licenças são reduzidas ou, para os casos menos graves, criam-se cursos para melhorar a "administração das emoções". Essa administração dos sentimentos, inclusive, coloca em xeque a sinceridade daquilo que é demonstrado, evidenciando, mais uma vez, a invasão da concorrência em todas as esferas

da vida. Percebe-se, assim, uma ambigüidade muitas vezes insuperável na constituição do neossujeito: de um lado, ele pode ser a expressão do sucesso, do gozo e da liberdade de escolha; de outro, o fracasso e a depressão.

### *2.3. Os netos de Keynes e a sociedade por eles organizada*

O mercado, diferentemente do que pontua o pensamento liberal, não é algo natural, mas sim uma construção social que necessita o apoio e a intervenção do Estado. Essa intervenção pode ser direta, como ocorreu entre os anos 30 e 70, ou de forma indireta, com a criação de leis, tarifas, etc., como passou a ocorrer a partir do início da década de 1980. A essência deste mercado, todavia, “reside não na troca, mas na concorrência, definida como relação de desigualdade entre diferentes unidades de produção” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 377). Isto é fundamental para que se entenda o cerne da atuação do Estado como legislador e vigilante, tanto do mercado, quanto de si mesmo, dado que este se insere na lógica neoliberal da concorrência, do lucro, das metas e da otimização.

Além de ultrapassar as fronteiras do mercado, atingindo os Estados Nacionais, a norma da concorrência e da livre escolha atinge também os indivíduos, tornando-se universal. Nesse sentido:

“O neossujeito é obrigado a fundamentar-se em si mesmo, em nome da livre escolha, para conduzir-se a vida. Essa intimidação à escolha permanente, essa solicitação de desejos pretensamente ilimitados, faz do sujeito um brinquedo flutuante: num dia ele é convidado a trocar de carro; no outro, de parceiro; no outro, de identidade; e no outro, de sexo, ao sabor das suas satisfações e suas insatisfações” (Ibid., p. 368).

Os netos de Keynes, isto é, os *neossujeitos* de Dardot e Laval, são obrigados a conviver em um sistema global de “boa governança”, em que tanto os governos da empresa, do Estado, ou de si mesmo ganham um caráter técnico e objetivo, com finalidade de lucro, otimização e maximização. A figura do cidadão coletivamente responsável perde espaço para dar lugar ao indivíduo empreendedor. As políticas públicas, nesse ambiente, perdem legitimidade, uma vez que não há a igualdade no tratamento dos beneficiários. A cidadania perde suas raízes (Ibid., p. 380) e a democracia liberal tende a um esgotamento (Ibid., p. 384). Neste ponto, nota-se o caráter perverso do neoliberalismo: por ser um sistema normativo e não somente uma ideologia ou política econômica, mesmo em um governo contrário às ideias neoliberais, como os de “esquerda moderna”<sup>13</sup>, não se muda o caráter individualista e de concorrência interno ao sistema neoliberal. A lógica da concorrência e do cálculo utilitarista permanece, enquanto políticas pontuais tentam abrandar os males decorrentes disso.

---

<sup>13</sup> Exemplos desta “esquerda moderna”, no sentido de uma esquerda contemporânea, são o Partido Trabalhista na Grã-Bretanha, o Partido dos Trabalhadores, no Brasil, ou o Syriza, na Grécia.

A única forma de mudança real, para Dardot e Laval, é com a configuração de uma nova "governamentalidade"<sup>14</sup> (não só no sentido de governo dos outros, mas também no governo de si mesmo) (Ibid., p. 389), em cujo princípio estejam a colaboração, a solidariedade e o apreço pelo coletivo.

Essa tarefa, entretanto, é de grande dificuldade, pois a "fábrica do sujeito neoliberal" não produz este sujeito alternativo. Não haveria um "estalar" de consciência coletiva que faria os indivíduos se rebelarem contra a conduta do sistema normativo neoliberal (Ibid., p. 400). É necessário, pois, um longo processo de criação deste sujeito. A multiplicação e a intensificação de "contracondutas" só se poderia se dar de uma forma pedagógica e coletiva. Neste ponto, Dardot e Laval propõem algo realmente próximo às ideias de Keynes em *Possibilidades econômicas de nossos netos*:

"A recusa coletiva de 'trabalhar mais', ainda que seja apenas local, constitui um bom exemplo de atitude que pode abrir o caminho para essas contracondutas: ela rompe o que o saudoso André Gorz denominava com muita justiça 'cumplicidade estrutural' que une o trabalhador ao capital, na medida em que 'ganhar dinheiro', cada vez mais dinheiro, é o objetivo determinante de ambos" (Ibid., p. 401).

O mundo de hoje é algo completamente diferente do que Keynes almejava, mas esta nova razão do mundo não é, de forma alguma, algo permanente na história humana. Ela pode ser considerada como uma fase, porém, uma fase que precisa ser superada. Não se deve crer que estaremos fadados para todo o sempre a uma lógica de maximização e acumulação. Cabe a nós, netos de Keynes, criarmos um novo sistema normativo, uma nova racionalidade que a substitua, ou que a supere.

Na próxima seção, a partir das ideias de Michael Sandel, haverá a crítica à lógica neoliberal através da discussão dos limites morais do mercado, com objetivo de se preparar o terreno para a exposição de uma proposta de nova racionalidade, na seção seguinte.

### 3. Sandel: os limites morais do mercado

O mundo voltado para o "problema real e permanente", imaginado por Keynes, não se tornou realidade. Ainda não é possível, para a maioria das pessoas, viver "bem, sábia e agradavelmente", com uma suposta ocupação do lazer proporcionada pela ciência e pelo "juízo composto". O que há, para o mal e para o bem, é um mundo regido pelos mecanismos de mercado, com a lógica maximizadora e concorrencial sendo expandida a todas as esferas da vida.

A seção anterior teve como objetivo a apresentação de alguns aspectos (o trabalho, o Estado e os indivíduos) deste novo mundo. Neste momento, cabe o questionamento da lógica que o rege. Já a presente seção discute os limites morais do

---

<sup>14</sup> Conceito de Michael Foucault utilizado por Dardot e Laval no sentido de "intervenção política em matéria econômica e social e o da justificação doutrinal dessa intervenção.

mercado a partir das ideias presentes na obra de Michael Sandel, publicado em 2012, *O Que o Dinheiro Não Compra: os limites morais do mercado*.

Caso o livre jogo das forças de mercado seja a melhor forma de se atingir os objetivos de nossa sociedade, poderá se concluir que o mundo está trilhando o caminho certo, que não há necessidade de se limitar o mercado e que a utopia de Keynes é anacrônica. Caso não o seja, será necessário que se imponha algum limite, baseado na moral, à lógica maximizadora que preside as trocas de mercado e talvez a utopia de Keynes possa ser atualizada, sendo um dos caminhos possíveis na busca de um mundo desejável.

### *3.1. O triunfo do mercado*

O fim da Guerra Fria proporcionou um prestígio sem igual aos mercados e ao pensamento pautado por eles (SANDEL, 2012, p. 11), afinal nenhum outro sistema havia proporcionado tal prosperidade material aos indivíduos. Neste ambiente, quase tudo pode ser comprado:

“- Upgrade na cela carcerária: US\$82 por noite. Em Santa Ana, Califórnia, e algumas outras cidades, os infratores não violentos podem pagar por acomodações melhores – uma cela limpa e tranquila na prisão, longe das celas dos prisioneiros não pagantes. [...]

- Barriga de aluguel indiana: US\$6250. Os casais ocidentais em busca de uma mãe de aluguel recorrem cada vez mais à terceirização na Índia, onde a prática é legal e o preço corresponde a menos de um terço das taxas em vigor nos Estados Unidos. [...]

- Direito de abater um rinoceronte negro ameaçado de extinção: US\$ 150.00. A África do Sul passou a autorizar fazendeiros a vender a caçadores o direito de matar uma quantidade limitada de rinocerontes para incentivá-los a criar e proteger a espécie, ameaçada de extinção” (Ibid., p. 09).

Da mesma forma como os indivíduos podem comprar quase tudo, há quase todas as formas de se conseguir dinheiro para comprá-las:

“- Servir de cobaia humana em testes de laboratórios farmacêuticos para novas medicações: US\$7.500. A remuneração pode ser maior ou menor; depende da agressividade do procedimento usado para testar o efeito da nova droga, assim como do desconforto envolvido.

- Ler um livro, no caso de um aluno do segundo ano do ensino fundamental numa escola de Dallas com baixo desempenho: US\$2. Para estimular a leitura, as escolas pagam às crianças por cada livro que leem.

- Perder seis quilos em quatro meses, no caso de um obeso: US\$ 378. Empresas e seguradoras oferecem incentivos financeiros à perda de peso e outros tipos de comportamento saudável” (Ibid., p. 11).

Entretanto, Sandel afirma que a crise de 2007-9, também chamada de Grande Recessão, colocou em dúvida a convicção de que o mercado é o principal meio para a consecução do bem público. Consequentemente, chegou ao fim o “triunfalismo do mercado”, não só pela demonstração da incapacidade de gerir os riscos com eficiência, mas também pela generalização da impressão de que os mercados se desvincularam da moral que regia as trocas anteriormente e de que é preciso restabelecer este vínculo (Ibid., p. 12). Por “fim do triunfalismo do mercado”, o autor não pretende dizer que os indivíduos não são mais regidos pelas leis de mercado, nem que deixarão de ser, mas sim que as leis de mercado não são mais incontestáveis e que há espaço para a sugestão de uma nova moralidade que conduza o mercado para o bem público. Porém, antes de se partir para a proposição de uma nova lógica de condução do mercado, há que se fundamentar as bases da crítica ao atual modelo, de modo que a lógica a ser proposta seja justificável.

### 3.2. A crítica ao mundo em que tudo está à venda

Afinal, qual o problema de se colocar tudo à venda? Se algo é ofertado e demandado, porque impedir sua comercialização? Na argumentação de Michael Sandel há dois argumentos fundamentais para se entender os motivos da preocupação com um mundo em que tudo está à venda: um, relacionado à desigualdade, outro, à corrupção. Há que se entender que estes dois argumentos questionam os limites morais do mercado. Portanto, a crítica de Sandel é uma crítica interna do mercado, portanto, que ataca sua base moral e seus pressupostos, pois:

“À sua maneira, o pensamento mercadológico também priva a vida pública de fundo moral. O interesse do mercado decorre em parte do fato de não julgar as preferências a que atende. Ele não quer saber se determinadas maneiras de avaliar os bens são preferíveis a outras ou mais condignas. Se alguém estiver disposto a pagar por sexo ou por um rim e um adulto se dispuser a vendê-lo, a única pergunta que o economista faz é "Quanto?". Os mercados não apontam o polegar para cima ou para baixo. Não discriminam entre preferências louváveis ou condenáveis. Cada parte envolvida num trato decide por si mesma que valor atribuir aos objetos trocados” (Ibid., p. 19).

Contudo, antes de apresentar a argumentação de Sandel, há que se pontuar algo óbvio, mas nem sempre levado em consideração ao se discutir a precificação das mercadorias: “quando decidimos que determinados bens podem ser comprados e vendidos, estamos decidindo, pelo menos implicitamente, que podem ser tratados como mercadorias, como instrumentos de lucro e uso” (Ibid., p. 15). Desta forma, caso haja alguma imoralidade em tratar o que está sendo vendido enquanto instrumento de lucro e uso, isto não deveria ser considerado uma mercadoria, portanto, não deveria ser comercializado. O exemplo mais óbvio disso é a escravidão. Nela, os seres humanos são tratados como mercadorias, retirando o caráter humano das pessoas – que merecem respeito e tratamento digno (Ibid., p. 15). Assim, não há qualquer argumento que justifique a retirada da liberdade de uma pessoa, transferindo os rumos de sua vida à outra.

Entendido este ponto, pode-se apresentar a construção os dois argumentos de Sandel. O primeiro é o da desigualdade. Para o autor, caso a vantagem de se possuir

dinheiro fosse somente a de comprar iates, carros esportivos e férias no exterior, a desigualdade não seria um problema de grande importância (Ibid., p. 14). Porém, esta não é a realidade. Além dos itens já citados, o dinheiro também compra influência política, bom atendimento médico, uma casa num bairro seguro, acesso às melhores escolas, etc. (Ibid., p. 14). Desta forma, em um mundo em que tudo está à venda, a desigualdade é sim um grande problema, pois pressupõe uma diferenciação inicial entre as pessoas e a perpetua, dados os bens desejáveis que somente através do dinheiro e do mercado se pode comprar.

Em complemento a este argumento, há a possibilidade de coerção. Até que ponto as trocas no mercado pressupõem igualdade e liberdade? Ao se supor uma situação de grande pobreza, o oferecimento de qualquer melhora na condição material pode ser suficiente para a venda de algum direito humano, como no caso de oferecimento de dinheiro para a esterilização de mães drogadas ou infectadas por HIV (Ibid., p. 47). A coerção, deste modo, escancara o problema moral da desigualdade, uma vez que mesmo que a troca possa ser economicamente eficiente, se esta se dá em uma condição desigual no momento da troca, é problemática.

O segundo argumento é o da corrupção. O mercado possui uma tendência corrosiva ao colocar preço em todas as coisas, não só privando uma parte das pessoas de tê-las, mas também ao destruir o significado de alguns bens (Ibid., p. 14). Neste sentido, o significado de corrupção não é o de obtenção de vantagens indevidas, mas sim o de degradação do sentido daquilo que está sendo vendido ao se atribuir um sentido inferior àquilo que se coloca à venda.

Um exemplo disto está na venda do direito de caça dos rinocerontes negros na África do Sul. Nele, o motivo da preservação da espécie perde o significado pela atribuição de valor à vida do animal. Eles não mais serão preservados pela construção de uma consciência ambiental dos fazendeiros (ou mesmo da coerção em forma de punição prevista em lei), mas sim pela possibilidade de se lucrar com a perpetuação da venda do direito de caça. Incentivos, como o da leitura das crianças de Dallas, ou os *lobbies* presentes na política, também demonstram a degradação do significado de seus propósitos (a leitura como um fim, ou mesmo como aprendizado e a política enquanto a procura pelo bem comum) pela intervenção do mercado nestes ambientes que há pouco tempo atrás eram regidos por outras lógicas. (Ibid., p. 42)

Esta identificação de que o mercado expandiu seus domínios a esferas da vida que antes eram regidas por outras regras, vai ao encontro da definição de Dardot e Laval sobre o neoliberalismo, ou seja, de um "sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). A complementação de Sandel é que, junto disso, toma corpo uma visão econômica da vida, que torna os julgamentos morais sobre aquilo que é desejável ou não (em termos coletivos), como não necessários, elevando o julgamento econômico de eficiência ao patamar de único julgamento necessário para se permitir, ou não, as trocas (Ibid., p. 49). Um exemplo disso, e que, de alguma forma, afeta a todos, é a questão ambiental. A principal proposição para solucioná-la é a emissão de títulos que permitem um "mercado de poluição", sobrepondo o argumento econômico ao

ecológico/ambiental. Até que ponto isto é correto, sustentável ou desejável? Este é o assunto da próxima sessão.

### 3.3. O meio ambiente à venda

Embora ignorada por Keynes, hoje, consensualmente, as mudanças climáticas são tratadas como um fator muito importante nas projeções de futuro de longo prazo. A redução da emissão de poluentes é fundamental para se imaginar um mundo desejável para os netos dos netos de Keynes. Não ignorada, a questão recebe a atenção de ambientalistas e economistas de todo o mundo, sendo que algumas atitudes já foram tomadas no sentido de melhorar esta situação. O objetivo desta seção não é discutir a necessidade ou a efetividade destas políticas, mas sim o conteúdo moral que as ações adotadas carregam. Ademais, não se pretende, neste momento, a proposição de novas ações na política ambiental.

Portanto, esta seção trata, especialmente, do conteúdo moral da política de estabelecimento de padrões mundiais de emissões de poluentes, com a possibilidade de permuta dos “direitos de poluição” entre os países. Nestes moldes de política ambiental, um país contribuir para a redução global de poluição ao reduzir sua própria poluição ou a comprar o direito de poluir de outro país.

Partindo-se do argumento estritamente econômico, não há nada de errado nesta política. Uma vez que o objetivo é a redução da emissão de gases poluentes na atmosfera, ele estaria sendo cumprido. Ademais, seria encontrado um ponto ótimo no *trade-off* entre a poluição e o gasto, de modo que todos os países se posicionariam na melhor situação possível (sem piorar as dos demais) dada a sua dotação inicial do recurso “poluição”.

O montante total de poluição pode ser reduzido, o que é ótimo para as próximas gerações, e discuti-la nos termos de eficiência não é o objetivo. Neste exemplo, a atuação do mercado pode exprimir tanto os critérios da desigualdade, quanto os da corrupção. Quanto ao primeiro, um país, ou uma empresa, podem ser coagidos à venda de créditos, uma vez que a situação fiscal pode praticamente obrigá-lo a fazê-lo, impedindo-o de poluir o necessário. Porém, neste caso, o critério da desigualdade é meramente econômico e não deve ser levado em consideração.

É o argumento da corrupção que proporciona a discussão da moralidade desta política. “Deveríamos estar empenhados em fortalecer, e não em debilitar, o estigma moral associado aos atos de poluição do ambiente”(Ibid., p. 74). Desta forma, criar um mercado para a poluição retira o caráter ecológico e educativo da política, deixando apenas seu caráter utilitário (o objetivo de “reduzir a poluição global” pode ser atingido, mas o caminho “reduzir a própria poluição” é totalmente modificado). Ou seja, quando se permite a poluição a partir da compra de um direito, retira-se o caráter moralmente errado de se poluir, não havendo mais a necessidade de cooperação para a redução da poluição, uma vez que este direito pode ser adquirido no mercado. A política ambiental, portanto, tem seu caráter desvirtuado. Não se trata mais de se condenar a poluição, ou mesmo de se educar em prol de um mundo livre destes poluentes, ou de se criar um consenso em torno da necessidade de redução da poluição, mas sim de comprar o direito de poluir de outro e usufruí-lo sem qualquer peso na consciência ou punição. Como afirma Sandel, “Do ponto

de vista do céu, não importa quais os lugares do planeta que mais emitem gás carbônico. Moral e politicamente, no entanto, de fato importa” (Ibid., p. 77).

Como é de se imaginar, o problema não é lançar o gás carbônico na atmosfera, caso contrário, respirar seria prejudicial ao mundo. “O que é condenável é fazê-lo em excesso, no contexto de um estilo de vida baseado no desperdício da energia. Esse estilo de vida e as atitudes em que se escora é que devem ser desestimulados e mesmo estigmatizados” (Ibid., p. 74). O que não seria moralmente condenável, neste contexto, seria incentivar a produção industrial pouco impactante no meio ambiente e a produção de energia limpa, multando-se em casos de abusos. A multa, neste sentido, tem o aspecto de condenar a atitude de quem a recebe, demonstrando o que é moralmente desejável e socialmente aceito. Mas discutir o melhor ou o pior meio de se reduzir a poluição não é o objetivo desta seção. Como conclusão desta política, há que:

“Permitir que os países ricos paguem para se eximir de mudanças significativas em seus hábitos de desperdício reforça UMA atitude errada: a de que a natureza é um depósito de lixo para os que puderem pagar. Os economistas muitas vezes partem do princípio de que a solução para o aquecimento global é simplesmente uma questão de conceber a adequada estrutura de incentivos e conseguir que os países se comprometam com ela. Mas fica faltando aí um ponto crucial: as normas têm sua importância. Para uma efetiva ação global a respeito das mudanças climáticas pode ser necessário que encontremos o caminho para uma nova ética ambiental, um novo conjunto de atitudes em relação ao mundo natural que compartilhamos. Qualquer que seja sua eficiência, um mercado global de direito de poluir pode tornar ainda mais difícil o cultivo de hábitos na contenção e sacrifício compartilhado exigidos por uma ética ambiental responsável” (Ibid., p. 77).

Terminada a argumentação sobre os limites do mercado e a questão ambiental no ambiente neoliberal, cabe a reflexão sobre a necessidade de uma nova base moral, contida na próxima subseção.

#### *3.4. A necessidade de uma nova base moral*

A expansão dos valores de mercado a todas as esferas da vida proporcionou que relações que antes eram regidas por outras normas (amizade e prioridade, por exemplo), passassem a ser regidas pela precificação e consequente atuação dos mecanismos de mercado. Dessa forma, a moral foi relegada a um patamar secundário e o pensamento baseado no mercado tornou-se dominante. Mas, e os bens que ainda não podem ser vendidos? Até hoje não há um sistema de preços para a compra de amizades, por exemplo. A compra de crianças, por outro lado, é proibida, mesmo que haja oferta e demanda para se criar um mercado. Qual a explicação dessa proibição?

Embora a maioria dos economistas prefira não lidar com questões morais, ela ainda é fundamental. Caso se concorde que a compra de certos bens é injusta ou degrada o

significado daquilo que foi comprado (ou degrade a posição de alguma pessoa), é porque houve um julgamento moral, e não econômico, para se chegar nessa conclusão, portanto, “será forçosamente porque acredita que certas maneiras de lhes atribuir valor são mais adequadas do que outras” (Ibid., p. 19).

Desta forma, os mecanismos de mercado (usando seus próprios termos) não são eficientes, em relação aos antigos mecanismos, ao tentar distribuir bens que seguem (ou que deveriam seguir) outra lógica. Estes mesmos mecanismos são eficientes, sim, para distribuir bens como iates, carros ou lápis. Mas não conseguem distribuir (pelo menos de forma eficiente), a amizade, o amor, a saúde (não em termos genéticos, mas em termos de intervenções, com médicos, medicamentos e hábitos saudáveis), educação, cultura, segurança, etc. Toda vez que se tentar distribuir estes bens, haverá um conflito moral, seja pela desigualdade, seja pela corrupção.

E em quais lugares o mercado deve ou não estar? Para isso, deve-se “examinar o significado e o objetivo dos bens, assim como os valores que devem governá-los” (Ibid., p. 201). Caso não se pense nesta questão, o mercado continuará sendo o distribuidor de todos os bens que puder implementar sua lógica de preços e concorrência. A única forma de rever isso é “discutir aberta e publicamente o significado dos bens e das práticas sociais que valorizamos” (Ibid., p. 201). Para isso, não se pode apenas discutir o significado dos bens, mas também, “uma pergunta de caráter mais genérico sobre o tipo de sociedade em que desejamos viver” (Ibid., p. 201).

E é neste sentido que a próxima seção avança. Em qual tipo de sociedade desejamos viver? Para tal, será apresentada ideia de Robert e Edward Skidelsky sobre “a economia da vida boa”, uma visita às ideias de Keynes feita por seus netos e bisnetos.

#### **4. Skidelsky e Skidelsky: a busca pela “vida boa”**

Passados quase noventa anos da publicação do artigo de Keynes, o mundo ainda se mantém muito distante da utopia de 1930. Duas previsões foram feitas e uma possibilidade foi deixada em aberto: a economia cresceria entre 4 a 8 vezes, trabalharíamos cerca de 15 horas por semana e seria possível acabar com o verdadeiro problema dos seres humanos, que é como empregar nosso tempo naquilo que nos dá prazer.

Como a possibilidade de aprendermos a despender nosso tempo de forma mais prazerosa é bastante subjetiva, não se pode afirmar seu resultado (todavia, tudo leva a crer que os *neossujeitos* fracassaram neste ponto). Entretanto, embora o crescimento da produção per capita tenha atingido sua previsão, trabalha-se, em média, acima do dobro daquilo previsto por Keynes. Não foi “incorporado aos códigos penais o delito da estupidez”, presente no texto de Galeano, o qual “cometem aqueles que vivem por ter ou ganhar, ao invés de viver por viver e nada mais”.

Os *neossujeitos*, netos de Keynes, persistem em se encarar como capital (e que, portanto, precisa se valorizar), de modo que o trabalho, mesmo que menos necessário para suprir nossas necessidades básicas, é visto ainda como algo essencial, como forma de suprir nossas necessidades relativas. Dessa maneira, faz sentido que os economistas ainda chamem

de nível de vida o nível de consumo; e qualidade de vida, a quantidade de coisas. Faz sentido também que a previsão de Keynes tenha fracassado e que estejamos ainda muito longe da utopia de que a maioria das pessoas poderia viver uma vida boa com pouco trabalho. Mesmo os ricos, em oposição ao texto de Keynes, não podem desfrutar, com tanta clareza, de uma vida sem trabalho.

Porém, os motivos que impedem uma vida praticamente sem trabalho não estão relacionados com a satisfação das necessidades absolutas. Talvez, pela primeira vez na história, a satisfação das necessidades absolutas já não se configura mais como um problema nos países centrais (SKIDELSKY; SKIDELSKY, 2012, p. 126). De toda forma, não é possível imaginar uma redução substancial da jornada de trabalho em um mundo cujo centro é a concorrência, seja ela entre pessoas, entre empresas, ou entre países. Para que o mundo imaginado por Keynes ocorra, é essencial que a lógica que rege a sociedade se oriente para outros objetivos, mais coletivos. Esta seção apresenta uma das formas de se repensar a moral ocidental e as políticas públicas: o conceito de vida boa, de Robert e Edward Skidelsky, desenvolvido no livro *Quanto é suficiente? - O amor pelo dinheiro e a defesa da vida boa*.

#### *4.1. O conceito de "vida boa": o quanto é suficiente?*

O conceito de vida boa está presente no ideal de diversas sociedades ao longo da história. Na Grécia, por exemplo, este ideal parte do princípio de que cada ser humano tem um telos, que é um estado de satisfação (Ibid., p. 99). Este seria o objetivo a ser buscado, sem nenhum desvio, como se o alvo fosse a busca da perfeição. Os ideais de vida boa continuam por todas as sociedades e discuti-los não é o objetivo deste texto. Isso porque a maioria das sociedades considerava apenas uma pequena parte das pessoas como cidadã, portanto, poucos estavam aptos para se ter uma vida boa. Escravos, mulheres, ou pobres, por exemplo, sempre foram excluídos dessa possibilidade. Além disso, as condições materiais não permitiriam a vida boa para uma parte da sociedade sem extrapolar as condições de trabalho de outra. O que importa para a discussão deste texto é que, segundo os autores, pela primeira vez na história, é possível proporcionar uma boa e agradável vida a toda a população dos países centrais, sem se utilizar da escravidão ou condições de trabalho repugnantes (Ibid., p. 126).

E quais os elementos de uma vida boa? Antes de elencar aquilo que pode ser considerado fundamental para isso, vale fazer duas discussões: a primeira, sobre a diferenciação entre desejos e necessidades; a segunda, sobre a diferenciação entre felicidade e vida boa.

Sobre a primeira discussão, pode-se dizer que as necessidades são objetivas, referem-se a algo definido e essencial, enquanto que os desejos são subjetivos e existem na mente de quem os deseja (Ibid., p. 119-120). A ciência econômica moderna, todavia, encara necessidade e desejo como a mesma coisa, traduzindo-os como "*bens*" e os colocando em algum modelo.

Desta forma, pode-se alocar o tempo (em forma de dinheiro) para se adquirir bens e a única distinção que se faz entre um bem e outro (seja desejo ou necessidade) é em relação a quanto tempo se está disposto a gastar para adquiri-lo. A distinção entre desejos e necessidades precisa ser feita para que se possa discutir o ideal de uma vida boa. Neste

sentido, o atual arcabouço ortodoxo não funciona para explicar os conceitos que serão levantados na sequência desta subseção.

A segunda discussão trata de que a felicidade por si só não pode ser considerada um elemento a ser buscado a todo custo. Se fosse, bastaria alguma droga, como a “soma” de *Admirável Mundo Novo* para que o problema estivesse resolvido. A dor seria evitada mesmo em momentos de desgraça e os problemas seriam esquecidos; a felicidade reinaria num mundo que se tornaria infantil. Vale pontuar que em casos de depressão, nos quais a infelicidade é “um mal inequívoco e alvo legítimo para a ação do Estado” (Ibid., p. 162). O que não deve ocorrer, porém, é a intensificação da felicidade, ou a supressão de tristezas injustificadas, com drogas.

Além deste argumento, há o fato de que a busca pela felicidade, ao invés do crescimento econômico, seria a substituição de um “falso ídolo” por outro (Ibid., p. 162). Há diversos problemas metodológicos em se medir a felicidade: muitas vezes a felicidade de curto prazo causada pela compra de um bem pode ultrapassar nosso sentimento de longo prazo de termos uma vida boa. No caso de um desastre, a posição de uma vida boa pode não ser alterada, mesmo que por um momento não se esteja feliz. Mesmo a definição de felicidade entre “sim e não”, ou entre escalas (“Dê uma nota para sua felicidade”) é extremamente subjetivo e a evolução disso ao longo do tempo é incerta. O próprio conceito de felicidade muda ao longo do tempo.

Dois fatos, porém, são certos: o primeiro, de que o aumento da renda média per capita não alterou a proporção de pessoas felizes nos países centrais (Ibid., p. 137); o segundo, de que, mesmo que os habitantes dos países ricos se digam, na média, mais felizes que os habitantes dos países pobres (Ibid., p. 139), a quantidade de dinheiro em relação à felicidade é irrelevante a partir de certo ponto. Isso nos leva a concepção inicial de Keynes sobre necessidades absolutas e relativas. Atingido o nível de renda que nos proporcione os bens básicos, outros fatores passam a ditar o que nos torna feliz. No mundo ocidental, ao que parece, a posição social que se ocupa faz parte do conceito de felicidade. Quanto mais se tem em relação aos outros, mais próximo da felicidade se parece estar.

A discussão principal dos autores é que, para o mundo rico, o crescimento econômico não é mais uma meta razoável de políticas de longo prazo (Ibid., p. 169). Não só por uma questão de limites ambientais (caso contrário, evoluções na ciência poderiam justificar um crescimento desenfreado), mas fundamentalmente por questões éticas, cuja finalidade deveria ser proporcionar uma vida boa. A partir da discussão de Skidelsky e Skidelsky, esta vida não é aquela desejável pela maioria, mas sim a que vale a pena ser vivida (Ibid., p. 191). Não se pretende, com isso, que os indivíduos estejam capacitados para tê-la, mas sim que efetivamente eles a tenham, de modo que o objetivo não estaria “nos meios” (a capacidade), mas sim “nos fins” (a vida boa) (Ibid., p. 197).

Esse ponto é fundamental tanto para se entender o que é a vida boa, quanto para se entender a ação política que este conceito gera. Não só se pretende uma atuação a nível individual, mas também uma atuação política, coletiva, de modo que a meta seja alcançar os bens básicos para que todas as pessoas vivam uma vida boa. A partir desta definição sobre o fundamento do conceito dos autores, vale elencar, pois, os bens universais e

inquestionáveis que estão presentes nas diferentes culturas e que são fundamentais uma vida boa<sup>15</sup>.

Estes bens são universais, “o que significa que eles pertencem à vida boa enquanto tal, e não uma concepção de vida boa que seja local ou particular” (Ibid., p. 198); finais, “o que significa que são bens em si, e não apenas meios para qualquer outro bem” (Ibid., p. 198); *sui generis*, “o que significa que não são parte de nenhum outro bem” (Ibid., p. 200); indispensáveis, “o que significa que qualquer um que não os tem pode ser visto como alguém que sofreu uma grande perda ou foi muito prejudicado” (Ibid., p. 200). A partir disso, os autores descrevem os sete bens básicos: saúde, segurança, respeito, personalidade, harmonia com a natureza, amizade e lazer.

A saúde é descrita como o “pleno funcionamento do corpo, a nossa natureza animal na sua plena perfeição” (Ibid., p. 202). Isso inclui tudo que for necessário à manutenção da vida, de modo que seja possível até o “esquecimento do próprio corpo” (Ibid., p. 200), portanto, estar em excelentes condições para desempenhar suas funções. Este, aliás, é um dos poucos bens em que o Estado liberal ainda possui uma postura ativa, especialmente no caso dos países europeus.

Vale lembrar, porém, que o objetivo do bem básico “saúde” é manter as pessoas saudáveis ou curar em casos de doença, não “melhorar” quem já é saudável com cirurgias plásticas ou uma busca infundável pela perfeição do corpo (Ibid., p. 204) (como já diria Galeano, *Seremos imperfectos porque la perfección seguirá siendo el aburrido privilegio de los dioses*). Nesta análise, o conceito de expectativa de vida perde um pouco de seu significado<sup>16</sup>. Isso se deve por dois motivos: em primeiro lugar, porque a expectativa de vida não varia mais do que 6 ou 7 anos entre os países desenvolvidos, portanto, é difícil diferenciá-los sob este conceito. Em segundo lugar, porque a expectativa não mede a qualidade de vida. Assim, embora a expectativa de vida tenha aumentado nos últimos 40 anos, o conceito não leva (diretamente) em consideração o aumento substancial da obesidade, ou das mortes em virtude do álcool, ou do estresse, nos últimos anos. Como o que se pretende é uma vida boa, o conceito mais adequado seria a qualidade de vida. (Ibid., p. 224)

Já a segurança é definida como “a justa expectativa do indivíduo de que sua vida seguirá mais ou menos seu curso habitual, sem ser perturbada por guerras, crimes, revoluções sociais ou econômicas” (Ibid., p. 205). Ela também é uma condição necessária para a realização de outros bens, mas não perde sua característica de ser um bem em si. Este conceito de segurança difere do que é normalmente empregado (a não ocorrência de crimes), pois engloba muitas questões adicionais.

Nos últimos 40 anos, porém, o bem básico da segurança foi largamente afetado. (Ibid., p. 226). De acordo com a interpretação dos autores, “o pleno emprego foi abandonado na era Reagan/Tatcher e nunca mais restabelecido” (Ibid., p. 226). Com isso, o desemprego passou de menos de 5% a mais de 10% em alguns anos. Os empregos efetivos foram

---

<sup>15</sup> Por exemplo, é impossível pensar num conceito de vida boa, independentemente de religião, política ou cultura, que não envolva saúde, respeito, segurança e relacionamentos de confiança (Ibid., p. 193).

<sup>16</sup> Claro, deseja-se que as pessoas possam viver bastante, mas que seja uma vida agradável e saudável.

substituídos por contratos temporários ou terceirizados. As garantias contratuais também foram reduzidas. Isso se deve, em parte, por mudanças estruturais, mas foram exacerbadas pela política econômica. Desta forma, "a segurança é vista como um sacrifício legítimo pelo bem maior do crescimento, e não como uma necessidade humana básica"(Ibid., p. 226).

O respeito é o terceiro bem básico. Por respeito, entende-se que é "indicar, através de um formalismo ou de qualquer outra maneira, que suas opiniões e seus interesses merecem consideração e não devem ser ignorados nem desprezados" (Ibid., p. 207), o que não implica em concordar, apreciar ou gerar alguma admiração pela opinião do outro, mas sim "levá-la em conta", respeitar a dignidade do outro. Isso também não implica que o respeito tem que ser igual ou recíproco (Ibid., p. 208), mesmo que estas condições sejam satisfatórias para os "pares". A desigualdade, como condição base para o respeito, não pode ser muito grande. A assimetria de poder poderia levar que algumas posições fossem levadas em consideração em detrimento de outras única e exclusivamente por conta do poder daqueles que as tem.

Na visão dos autores, o bem básico do respeito tem como maior barreira "o surgimento, nos anos 1970, de um corpo permanente de dependentes do Estado"(Ibid., p. 226), que antes eram protegidos por um sentimento "cristão social-democrata", mas que hoje são tratados como "desocupados e folgados", mostrando um desprezo explícito, na imprensa e na televisão (Ibid., p. 226).

"Outra barreira para o respeito mútuo é a extrema desigualdade. Ela destrói o respeito não só pelos que estão na base, mas também pelos que ocupam o topo, especialmente se suas vantagens forem consideradas imerecidas" (Ibid., p. 227).

O quarto bem básico é a personalidade, entendida "antes de tudo como a capacidade de estruturar e executar um plano de vida que reflita os gostos da pessoa, seu temperamento e sua concepção de bem" (Ibid., p. 210). Em outras palavras, que a pessoa possa expressar sua autonomia, enquanto ser, nas suas ações. Isso implica também na espontaneidade, individualidade e disposição. Porém, nem por isso este bem pode tornar-se superior aos outros - como o liberalismo supõe (Ibid., p. 211). Sendo assim, o conceito de propriedade privada, por exemplo, não assume a forma intocável pregada pelo liberalismo. Neste conceito, a propriedade é um ponto fundamental da personalidade, desde que proporcione uma vida independente às famílias. Caso esteja concentrada nas mãos de poucos, ela descumpra seu papel, necessitando uma redistribuição (Ibid., p. 212). A forma desta distribuição, porém, será discutida na próxima seção.

A harmonia com a natureza, ou "*Amarás a la naturaleza, de la que formas parte*", é o quinto ponto. Neste, não se propõe o favorecimento da vida rural sobre a vida urbana (Ibid., p. 213). A solução seria criar uma harmonia com o entorno rural das grandes cidades, permitindo uma vida mais equilibrada e satisfatória ao se consumir produtos rurais vindos do entorno do meio urbano. Seria, também, necessário um estímulo à jardinagem, às feiras e às lojas que vendam produtos orgânicos e ao convívio com a natureza.

O sexto bem é traduzido como "amizade", que neste caso é entendida como os relacionamentos intensos, afetuosos, englobando tanto as relações familiares, quanto as

relações fora deste âmbito (Ibid., p. 215). Embora não seja um bem essencialmente econômico, tem pré-requisitos econômicos (Ibid., p. 216). Desta forma, “a confiança social não prospera em períodos de fome. E uma economia que é marcada por reestruturações, cortes e terceirizações constantes não pode ser receptiva a relacionamentos profundos e duradouros” (Ibid., p. 216). Portanto, há espaço, mesmo que indiretamente, para a ação governamental.

Mais um ponto a ser observado é que as antigas formas institucionais de sociabilidade estão desaparecendo nos países desenvolvidos - igrejas, sindicatos, bares e clubes sociais (Ibid., p. 230), multiplicando-se os grupos de pressão sobre questões específicas (Ibid., p. 230). Desta forma, “os relacionamentos baseados em estilo de vidas compartilhados estão dando lugar aos interesses e às identidades especiais” (Ibid., p. 230).

O último bem da lista de Skidelsky e Skidelsky é o lazer, não como “sinônimo de relaxamento e repouso”, mas sim como “uma forma especial de atividade em si mesma” (Ibid., p. 230), sendo tomado como o que ele é, não como meio para se fazer qualquer outra coisa. Aulas de idiomas, esportes, ou mesmo a arte, quando são entendidos apenas como meio para outros fins (conseguir um melhor emprego, emagrecer, enriquecer), neste conceito, não podem ser consideradas como lazer. Há uma “ausência de compulsão externa” (Ibid., p. 217). E este é o motivo de o lazer ser considerado um bem básico. Caso contrário, todas as atividades humanas seriam em função de qualquer outra coisa, não restando possibilidade para a espontaneidade e acabando com a possibilidade de lidarmos com nosso “problema real” descrito por Keynes.

Talvez este tenha sido o bem mais ignorado desde a década de 1970. Considerando que o tempo disponível para o lazer é o tempo total subtraído do tempo gasto com o trabalho<sup>17</sup>, não há um consenso se este aumentou ou reduziu desde a década de 1970 (mesmo que as horas de trabalho tenham se reduzido um pouco, o tempo com deslocamento, formação, etc., pode ter aumentado). Uma educação voltada para o lazer e a vida boa, ou seja, aquela possibilidade deixada em aberto por Keynes, de que aprenderíamos a empregar nosso tempo naquilo que nos dá prazer (como um fim em si mesmo), está longe de ser efetivada.

Discutidos os bens básicos, vale ressaltar, novamente, um de seus pressupostos: apesar da pluralidade das pessoas, todos estes bens são fundamentais para uma vida boa, mesmo quando entram em conflito. Claramente os indivíduos podem escolher qual bem preferem priorizar em detrimento de outro. O que não pode ocorrer, todavia, é a supressão total de um bem. Por exemplo, nem todo o respeito ou a saúde que se possa imaginar compensa a falta de amigos ou lazer. O contrário também é verdadeiro (Ibid., p. 220).

Mais um ponto a ser entendido é que a busca insaciável e contínua do crescimento econômico “não é só desnecessária para que os bens básicos sejam efetivados como pode danificá-los. Os bens básicos são essencialmente não comercializáveis: não são comprados nem vendidos apropriadamente” (Ibid., p. 223).

---

<sup>17</sup> Mesmo que o trabalho proporcione prazer, não é uma atividade com fim em si mesmo, portanto, não entrando na definição de lazer dos autores.

O ponto fundamental a ser pensado, neste momento, passa a ser a maneira de efetivar estes bens básicos. A conclusão que se chega é que o Estado tem papel fundamental para isso, mesmo que a efetivação dos bens também esteja na sorte, no destino e na ação individual (SKIDELSKY; SKIDELSKY, 2012, p. 221):

“Saúde e amizade repousam em grande parte no colo do destino. Personalidade, respeito e lazer dependem parcialmente da ação individual. Ainda assim o Estado tem um papel legítimo e importante na criação das condições materiais para que esses e outros bens prosperem. Essas condições incluem não só um determinado nível de riqueza nacional, mas a sua justa distribuição, a sábia aplicação dos recursos públicos e muito mais. O restante está nas mãos das pessoas e das instituições civis. Adaptando uma frase de Keynes, o Estado administra não só a civilização, mas a possibilidade de civilização.”

A política que deve ser adotada para a fuga desta corrida competitiva, de forma a se perseguir o objetivo de uma vida boa será discutida a seguir.

#### 4.2. O papel do Estado na garantia dos bens básicos

A necessidade de intervenção do Estado na economia, a partir de 1930, fez que a política econômica tivesse um viés mais coletivo, de modo que a satisfação das necessidades básicas da população fosse cumprida através do pleno emprego, sistemas de saúde e educação universais, dentre outros aspectos daquilo que ficou conhecido como Estado de bem-estar social. Porém, a partir da década de 1970, o neoliberalismo cresceu e se tornou o conjunto de práticas hegemônicas na política e na vida dos cidadãos. Dardot e Laval (2016) argumentam que a falta de saídas coerentes para o período conturbado da década de 1970, com crescente inflação e queda no crescimento influenciados pelos choques do petróleo, em que os pressupostos da “política keynesiana” não pareciam demonstrar uma saída crível para o período, propiciou o crescimento da organizada ideologia neoliberal.

Skidelsky e Skidelsky (2012), todavia, apontam que o crescimento econômico elevado tornou-se, à partir dos anos 1970, o principal objetivo da política econômica por conta de que “não havia sobrado nenhum outro objetivo para a política econômica” (Ibid., p. 237). Desta forma, buscou-se a liberação das “amarras burocráticas”, a tributação mais leve, a exacerbação da concorrência e o foco na eficiência como metas, proporcionando um espírito “maximizador” na economia, o que permitiu um terreno fértil para a volta dos princípios liberais como predominantes na academia e na política (Ibid., p. 238).

Com isso, houve a mudança na postura do Estado em relação aos indivíduos, que não eram mais vistos “como partes integrantes dos todos”, mas sim “os todos eram simplesmente a soma das partes individuais” (Ibid., p. 239). A macroeconomia keynesiana foi substituída pela novo-clássica e o foco da política se deu na melhora das condições das firmas (sejam as grandes, ou seja, a “empresa de si mesmo” de Dardot e Laval, 2016). Com isso, a “riqueza das nações aumentaria mais depressa se a ganância fosse libertada das suas

restrições comunais” (SKIDELSKY; SKIDELSKY, 2012, p. 240), o que em parte ocorreu, mas de uma forma perversa, tanto com o aumento da restrição ao crescimento de diversos países periféricos, quanto com a crescente concentração de renda nos países centrais. Dessa forma:

“Num mundo como esse não há razão para que o capitalismo acabe. Desde que tudo saia conforme o planejado. Não há espaço para a saciedade de Keynes: o progresso do sistema criará novos desejos e estimulará a competição posicional sem limites. E qualquer tendência observada nas sociedades ricas de relaxar sobre os próprios louros trabalhando e consumindo menos será contrariada pela lógica da globalização e pelo estímulo da desigualdade de renda adicional. Mas é claro que um sistema como esse não funcionará, nem poderia funcionar, conforme o planejado. Ele é ineficiente, tanto economicamente, quanto moralmente. Só sobrevive porque não sabemos mais de que serve a riqueza, a linguagem da vida boa. [...] Mas em um sistema como o nosso, escolher o sistema e seus instrumentos cabe, inevitavelmente, aos mais ricos e poderosos” (Ibid., p. 240-1).

Para fugir desta lógica individualista e maximizadora do mundo dos netos de Keynes e fazer “*un outro mundo posible*”, cabe a utilização de todos os recursos intelectuais, morais e políticos que a sociedade ocidental dispõe. A partir disso, os autores propõem a criação de um “paternalismo não coercitivo”, em que os poderes do Estado serviriam para garantir os bens básicos de forma a não interferir no bem da personalidade. Dessa forma, alguns comportamentos seriam encorajados e outros desencorajados, “mas sem impor limites à liberdade de escolha individual”. Duas ações, todavia, são essenciais para que se atinjam os objetivos principais de: “garantir que os frutos da produção sejam igualmente partilhados e reduzir a pressão do consumo” (Ibid., p. 252). Ambos estão ligados com a redução da jornada de trabalho; no primeiro, a redistribuição da renda causaria um ganho material maior para a população em geral, que estaria mais propensa ao lazer; no segundo, ao reduzir a pressão pelo consumo, haveria uma situação em que menos horas de trabalho seriam necessárias para se obter a produção desejável (Ibid., p. 263).

Em relação à redistribuição, é importante salientar que o aumento da produtividade não implicou no aumento da renda real nas camadas mais pobres a partir da década de 1980, especialmente nos países centrais. Para os autores, o aumento de produtividade da indústria tampouco implicou em uma redução nas horas trabalhadas, pois o “excesso” de mão de obra foi escoado para o aumento do setor de serviços, especialmente do ramo que serve para a satisfação da “riqueza oligárquica”. Desta forma, não só não houve um aumento do lazer, como também o trabalho foi redistribuído para um setor menos produtivo, e que, portanto, mais horas de trabalho são necessárias para se manter a produção.

Neste sentido, é perceptível a estagnação de renda das camadas mais pobres (Ibid., p. 253), com os ganhos de produtividade sendo revertidos para aqueles que são detentores de capital. Por outro lado, porém menos perceptível, há a constatação de que o crédito teve que crescer em um alto ritmo desde então, a fim de satisfazer o crescente desejo por bens oligárquicos em um mundo de salários estagnados (Ibid., p. 253). Como consequência desta não redução das horas trabalhadas, a taxa de desemprego manteve-se

elevada em relação ao que seria o pleno emprego, o que sujeita os trabalhadores a aceitarem piores condições de trabalho, além de pressionar os salários para baixo no mundo desenvolvido. Surge, então, uma divisão na sociedade: há “os que são forçados a trabalhar mais horas do que gostariam e os que não conseguem arrumar emprego” (Ibid., p. 254.).

Desta forma, garantir que a produção seja mais bem distribuída é o mesmo que melhorar as condições dos trabalhadores na relação “bens materiais/tempo”, implicando que a busca por outros bens, tal qual o lazer, seja intensificada e uma nova pressão pela redução da jornada de trabalho seja alcançada. Para além do aumento de lazer, a redução na jornada de trabalho poderia provocar uma melhora em outros bens, como a saúde, a amizade e a segurança, especialmente no sentido de que uma provável redução no desemprego manteria o “amanhã”, mais próximo de hoje, sem a perspectiva de grandes mudanças negativas no trabalho.

Este objetivo de distribuição de renda para auxiliar na redução da jornada de trabalho (e conseqüente aumento do bem básico "lazer") pode ser conseguido através da atuação governamental com mudanças nas legislações tributárias e/ou salariais. No entanto, estas medidas seriam coercitivas, fugindo do princípio paternalista de atuação proposto pelos autores. Deste modo, os autores propõem que os governos façam uso de um programa de renda básica<sup>18</sup> para redistribuir a renda pressionando a jornada de trabalho para baixo.

A segunda forma do governo atuar não coercitivamente na redução da jornada de trabalho é na redução da pressão do consumo através dos tributos e outras políticas. O que se propõe, desta forma, não é o estabelecimento de cotas, ou a imposição de um padrão de consumo, mas sim da taxaço do consumo. Neste sentido, partem das sugestões de Nicholas Kaldor:

“Kaldor queria que a poupança fosse isenta de impostos para incentivar um crescimento mais rápido. Isso em nada sobrecarregaria as atuais condições de afluência. Mas um incentivo maior à poupança talvez fosse necessário para financiar um período de aposentadoria prolongado. Podia ser criado um imposto sobre o consumo em níveis suficientes para produzir poupanças privada e pública que garantissem aposentadoria confortável a todos, e assim atender aos bens básicos de respeito e segurança. Um imposto progressivo sobre o consumo teria duas vantagens sobre o imposto progressivo sobre a renda: reduziria a competição posicional do consumo e aumentaria o dinheiro economizado para a aposentadoria. Também poderia ser usado como fonte de recursos para a renda básica” (Ibid., p. 269).

O terceiro ponto citado pelos autores é taxaço como forma de reduzir publicidade. Neste sentido, bastaria uma reforma tributária em que as empresas fossem impossibilitadas de declarar a publicidade como despesa. Com isso, as empresas teriam que

---

<sup>18</sup> A definição de renda básica é a seguinte: “É o salário pago pelo Estado a cada membro adulto ou residente oficialmente reconhecido de uma sociedade, não importa se tem emprego remunerado, se é rico ou pobre, ou, em outras palavras, independentemente de quaisquer outras fontes de renda que a pessoa possa ter ou dos arranjos de coabitação na esfera doméstica” (Ibid., p. 257).

avaliar, com maior frieza, se os ganhos esperados com a publicidade ultrapassariam as despesas com as campanhas de marketing, além dos impostos a serem pagos. A redução da publicidade seria essencial para desestimular o consumo desenfreado.

O quarto ponto de atuação do governo para a redução da jornada de trabalho é a educação para o lazer. A educação no mundo dos netos de Keynes é vista simplesmente como um modo de preparar o aluno para o mercado, ou seja, como uma forma de melhorar/ampliar o capital humano de cada um, contribuindo fortemente para a formação dos *neossujeitos* de Dardot e Laval (2016). É fundamental que esta lógica seja alterada para que se aumente a pressão pela redução da jornada de trabalho, de modo a se preparar os jovens, principalmente, para se ter uma vida satisfatória fora do ambiente de trabalho, o que seria, nos termos de Keynes, construir uma sociedade que soubesse empregar seu tempo no gozo/lazer de sua própria vida, em detrimento de aplicar a maior parte deste tempo na satisfação de necessidades puramente relativas (para Skidelsky e Skidelsky, oligárquicas).

O quinto ponto seria o do “ambientalismo da vida boa”. Neste, o convívio com a natureza não seria tratado como um benefício às futuras gerações, mas sim “para o nosso bem” (Ibid., p. 186). Desta forma, cabem incentivos às políticas de produção local de alimentos e à jardinagem, de modo que se atinja a harmonia com a natureza, reiterando que o convívio com ela não é um sacrifício, mas sim algo a ser desejado (Ibid., p. 189).

Os autores lembram que estas proposições, porém, não são livres de críticas. Além disso, não são um projeto de lei, apenas indicam um caminho, o caminho da vida boa, diferentemente do vício em acumular riqueza (Ibid., p. 282) que as sociedades dos países centrais tomaram nas últimas décadas. Cabe, porém, indagar-se se este objetivo, um projeto de vida boa – e que implica na atuação do Estado – é possível no mundo dos *neossujeitos*.

Estas proposições, talvez, viessem a sofrer grande resistência das elites econômicas e de grande parte dos trabalhadores. Isto, porém, não inviabiliza a possibilidade de se propor uma nova lógica, um pouco mais coletiva e voltada para o bem comum, como será discutido nas Considerações Finais, a seguir.

## **5. Considerações finais**

Este texto procurou, na primeira seção, entender o motivo que levou ao erro das proposições presentes em *Possibilidades econômicas de nossos netos*, especialmente a que diz respeito ao trabalho dos netos de Keynes. A seção em questão descreveu que a mudança na forma de organização da sociedade após 1970, com aquilo que convencionou-se chamar de neoliberalismo tornando-se o *mainstream* nas propostas econômicas e figuras como Thatcher e Reagan, adeptas deste ideário, tornando-se figuras-chaves na política, foi fundamental para inviabilizar que a utopia de Keynes se tornasse a realidade de seus netos. As mudanças nas leis de trabalho e na tributação permitiram um grande aumento na desigualdade das rendas, de forma a inviabilizar uma ofensiva pela queda contínua da jornada semanal média de trabalho nos países centrais a partir de 1980.

O segundo, em continuidade à conclusão do primeiro, parte das ideias de Dardot e Laval, e prestou-se a apresentar esta “nova razão do mundo”. Com isso, traçou-se

a revisão teórica do liberalismo clássico, que permitiu a constituição da teoria que suporta o que se chama de neoliberalismo. A partir disso, apresentou-se a argumentação de como se comportam o Estado e os indivíduos em meio a este novo sistema normativo, abrindo espaço para o questionamento presente na terceira seção, sobre quais seriam os limites do mercado.

Partindo-se da argumentação de Michael Sandel, a terceira seção argumenta que, deixado ao livre jogo das forças do livre mercado, muitos bens<sup>19</sup> que deveriam seguir outra lógica de distribuição que não a do mercado, acabam sendo transacionados por ele. A possibilidade de existência desses mercados degrada os bens que estão sendo ofertados, seja pela desigualdade, como os cuidados médicos, seja pela corrupção, como no caso dos créditos de carbono.

Assim, este questionamento abriu espaço para a proposição de uma nova forma de organização econômica e social, a “economia da vida boa”, de Skidelsky e Skidelsky, presente na quarta seção.

A seção em questão, anterior a estas considerações finais, discute que não é mais possível ter como meta, em um país central, o crescimento econômico por si só. Este, por sua vez, poderia ser, no máximo, a consequência de uma organização da vida voltada para a garantia de bens básicos (saúde, segurança, respeito, personalidade, harmonia com o meio ambiente e lazer) a toda a população (ao menos) dos países centrais.

A partir de toda a argumentação construída nas seções anteriores, não se pode esperar que a política econômica e as instituições atuais se pautem no bem comum, de modo a produzir um mundo organizado de uma forma diferente. Não se pode esperar, também, que subitamente haverá uma mudança coletiva no pensamento para que estas políticas passem a se pautar numa melhora global da vida das pessoas. Sem qualquer mudança, deixado à livre ação do livre mercado, o mundo continuará produzindo sujeitos que se encaram como capital humano e Estados que se encaram como incapazes e sem legitimidade de resolver os problemas que não podem ser resolvidos pelo mercado.

Porém, como já mencionado na segunda seção, esta forma de organizar o mundo não é, de forma alguma, algo permanente na história. Uma mudança se faz necessária e o julgamento dos limites morais do mercado é fundamental para se entender os motivos disso. A maximização e a concorrência, termos quase sagrados na mídia e na política, não devem reger a sociedade. Esta lógica afasta os indivíduos de um sentimento de pertencimento à localidade, à nação e ao mundo, de forma que os problemas sociais não são mais encarados como uma responsabilidade de todos, mas como uma série de fracassos individuais. É necessário que se entenda que a resolução destes problemas, tanto nos países centrais, quanto nos periféricos, passa pela ação das pessoas e dos Estados, de modo a perseguir metas para a solução destes problemas com um plano delimitado de ação. Este plano, porém, deve limitar alguns mercados e intervir em outros, de modo a tornar a coletividade mais justa, menos desigual, menos corrupta e mais agradável.

---

<sup>19</sup> Bens em um sentido amplo; portanto, amizade, amor, filhos são classificados como bens.

Contudo, mesmo que um plano de ação apareça em um programa político vitorioso, este programa, ao desafiar a lógica neoliberal, provavelmente estará fadado às alianças espúrias, à pressão internacional e ao fracasso. A mudança na organização do mundo depende, sim, de um programa político, mas em um mundo que seja capaz de encarar uma lógica diferente. Em um mundo acostumado a encarar tudo como uma relação de ganho e de perda, a solidariedade e o pensamento coletivo não podem ter proeminência. Por isso, a mudança fundamental, talvez, não esteja na política, no sentido de propor todas as mudanças necessárias para se perseguir os bens básicos. Para que ocorra a mudança na lógica que rege o mundo, há que se ter um consenso de que o desenvolvimento humano é mais importante que o crescimento econômico desenfreado. Isso só é possível através do diálogo, da propaganda, das instituições de convivência coletiva e, fundamentalmente, da educação. É impossível acreditar que as ideias de desenvolvimento humano (seja a Agenda 2030<sup>20</sup>, as ideias de Amartya Sen<sup>21</sup> ou as de Skidelsky e Skidelsky) tornem-se o *mainstream* da forma de se organizar o mundo - e conseqüentemente, de se fazer política. Em um mundo em que uma parcela altíssima da população é analfabeta funcional<sup>22</sup>, não se pode crer que ideias como as de Skidelsky e Skidelsky, que propõem mudar o *status quo* da sociedade, sejam bem aceitas pela população (especialmente ao se imaginar a rejeição e propaganda contrária às ideias dos defensores do neoliberalismo).

Convencer as pessoas de que a solidariedade e o bem comum são, pelo menos, tão importantes quanto a satisfação individual das necessidades, é tarefa ímbar e fundamental na constituição de um novo modo de desenvolvimento. Desta forma, políticas inclusivas, embora possam melhorar a condição de vida de uma parte considerável da população, não levam a uma mudança em torno do consenso sobre qual o tipo de sociedade que se deseja. Assim, na primeira crise econômica, troca-se o poder e os ganhos podem ser revertidos em prol de outro tipo de política restritiva, uma vez que a lógica que rege as relações não foi atacada. Os instrumentos políticos, como a lei, são fundamentais, mas especialmente na esfera não econômica, de modo a produzir uma sociedade que possa encarar outra forma de organização.

A constituição desta lógica que, antes de maximizar tudo indiscriminadamente, julgue aquilo que está maximizando, passa pelas instituições de convivência coletiva. Igrejas, coletivos políticos, associações e sindicatos precisam reavivar seus princípios enquanto coletividades orientadas com um objetivo comum. Estes objetivos, talvez, precisam ser revistos. Porém, fundamentalmente, a constituição desta lógica passa pela educação. E não só pela educação superior (a economia do conhecimento), que atinge não mais do que 20% dos adultos, mas passa fundamentalmente pela educação básica, que

---

<sup>20</sup> Agenda de políticas públicas formulada pela Organização das Nações Unidas para equacionar uma série de questões relacionadas ao “desenvolvimento sustentável” entre 2016 e 2030.

<sup>21</sup> Sen propõe a resolução da questão das liberdades reais como meio de possibilitar aos indivíduos desenvolverem suas capacidades no mercado.

<sup>22</sup> Conforme (VAGVOLGYI et al., 2016, p. 2), cada país possui um conceito de analfabetismo funcional. Desta forma, não se pode fazer uma estimativa correta da porcentagem do mundo que é analfabeta funcional. Porém, sabe-se que este índice é alto: no Brasil, em 2009, por exemplo, este número chega a 20,3% (considerando-se o nível rudimentar de alfabetização). Nos Estados Unidos, exemplo de país central, 20% (UNDP, 2009).

ensina a calcular, a ler, a escrever e a interpretar aquilo que está sendo calculado, lido ou escrito. Somente com a reorientação da educação básica, de modo a se perseguir a justiça e a igualdade, é que se poderá esperar um novo mundo, orientado para outros objetivos, como a personalidade, o respeito ao meio ambiente, a amizade, o lazer, etc.

Por fim, há que se afirmar que o objetivo deste texto não é fazer uso da vaga esperança de que o futuro está pura e simplesmente nas mãos dos jovens, como se estes pudessem ter um estalo de consciência e se organizassem de modo a construir um mundo perfeito. Este texto encara que o modo de organizar a sociedade não produz, seja através das instituições ou da educação, os indivíduos capazes de superá-la. Entretanto, também encara que a reorientação para um mundo mais agradável é plenamente possível, desde que haja uma mudança no modo como se forma a moralidade dos indivíduos, para que, aí sim, se possa propor e esperar um *outro mundo posible*.

“¿Qué tal si deliramos por un ratito?  
¿Qué tal si clavamos los ojos más allá de la infamia  
para adivinar otro mundo posible? [...]”  
La gente no será manejada por el automóvil,  
ni será programada por el ordenador,  
ni será comprada por el supermercado,  
ni será tampoco mirada por el televisor; [...]”  
La comida no será una mercancía,  
ni la comunicación un negocio, porque la comida y la  
comunicación son derechos humanos; [...]”  
La educación no será el privilegio de quienes puedan pagarla  
y la policía no será la maldición de quienes no puedan comprarla; [...]”  
La justicia y la libertad, hermanas siamesas condenadas a vivir separadas,  
volverán a juntarse, bien pegaditas, espalda contra espalda [...]”  
(Eduardo Galeano – El derecho al delirio)

### Referências bibliográficas

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

KEYNES, John Maynard. Possibilidades econômicas de nossos netos. In: SZMRECSANYI, T. (Ed.). *John Maynard Keynes*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978 [1930], v. 2, p. 150-159.

PECCHI, Lorenzo; PIGA, Gustavo. Economic possibilities for our grandchildren: a twenty-first century perspective. In: PECCHI, L.; PIGA, G. (Eds.) *Revisiting Keynes: economic possibilities for our grandchildren*. Cambridge: MIT Press, 2008.

SANDEL, Michael. *O que o dinheiro não compra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SKIDELSKY, Robert; SKIDELSKY, Edward. *Quanto é suficiente? O amor pelo dinheiro e a defesa da vida boa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

UNDP. *Human Development Report 2009: Overcoming barriers: human mobility and development*. New York: United Nations Development Programme, 2009.

VAGVOLGYI, Réka *et al.* A review about functional illiteracy: definition, cognitive, linguistic, and numerical aspects. *Frontiers in Psychology*, US National Library of Medicine National Institutes of Health, v. 10, n. 7, p. 1617-1642, November 2016.

*Augusto Maganha Barbosa* é formado em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da UNICAMP e atualmente é mestrando no programa de Pós-Graduação em Ciência Econômica da mesma instituição.